

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE.
MESTRADO EM ECONOMIA APLICADA

ANA GRASIELLE NERVINO COSTA

**ANÁLISE *SHIFT SHARE*: UM ESTUDO COMPARATIVO DA PRODUÇÃO
CACAUEIRA NOS ESTADOS DA BAHIA E DO PARÁ NO PERÍODO DE 1996-
2016.**

MACEIÓ, AL

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE.
MESTRADO EM ECONOMIA APLICADA

ANA GRASIELLE NERVINO COSTA

**ANÁLISE *SHIFT SHARE*: UM ESTUDO COMPARATIVO DA PRODUÇÃO
CACAUUEIRA NOS ESTADOS DA BAHIA E DO PARÁ NO PERÍODO DE 1996-
2016.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre. Curso de Mestrado em Economia Aplicada da faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Professor Dr. André Maia Gomes Lages.

MACEIÓ, AL

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

C837a Costa, Ana Grasielle Nervino.

Análise shift share: um estudo comparativo da produção cacaueteira nos estados da Bahia e do Pará no período de 1996-2016 / Ana Grasielle Nervino Costa. – 2019.

94 f. : il. color.

Orientador: André Maia Gomes Lages.

Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 88-94.

1. Agronegócio. 2. Cacaucultura. 3. Região cacaueteira. 4. Bahia. 5. Pará. I.
Título

CDU: 338.432:582.798(813.8+811.5)

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA GRASIELLE NERVINO COSTA

ANÁLISE *SHIFT SHARE*: UM ESTUDO COMPARATIVO DA PRODUÇÃO
CACAUUEIRA NOS ESTADOS DA BAHIA E DO PARÁ NO PERÍODO DE 1996-2016

Dissertação submetida ao corpo docente
do Programa de Pós-Graduação em
Economia Aplicada da Universidade
Federal de Alagoas e aprovada em 30 de
agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. André Maia Gomes Lages (FEAC/UFAL),
- Orientador -



Profa. Dra. Verônica Nascimento Brito Antunes (FEAC-UFAL)
- Examinador Interno -



José Crisólogo de Sales Silva – UNEAL
- Examinador Externo -

A todos os produtores de cacau do
Brasil, em especial aos baianos pela resiliência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a DEUS por fortalecer minha Vida em todos os momentos e fazer acreditar que tudo é possível mesmo quando parece não ser.

Em especial, ao meu pai Gilson Costa que sempre acreditou na educação como melhor herança para um filho, fez parte do meu crescimento pessoal e aposta no meu profissional. Meu companheiro, conselheiro e amigo que muitas vezes foi o meu exercício de fixação através de debates sobre conteúdos de avaliações.

Ao meu marido Fred Moraes Lima, pelo amor, companheirismo e paciência por cuidar de nossas filhas para que eu pudesse viajar durante o curso e sempre incentivando ao cumprimento desta etapa de “nossas vidas”.

Ao meu orientador, professor André Maia Gomes Lages pela paciência e compreensão presente em toda a trajetória deste trabalho.

A CEPLAC, que de forma indireta contribuiu bastante para minha formação educacional.

Aos meus queridos professores da Universidade Estadual de Santa Cruz, Francisco Mendes Costa, Fernando Rios Nascimento e Walter Nascimento que fizeram parte de minha vida acadêmica grandiosamente.

Aos meus colegas, Édipo, Samuel e Mirabel, amigos que contribuíram com minha vida acadêmica e pessoal.

Aos professores do curso do mestrado que contribuíram com minha formação acadêmica, tornando as aulas especiais e empolgantes como dos professores Reynaldo Rubem Ferreira Júnior, Ana Maria Rita Milani e a Maria Cecília Junqueira Lustosa.

A coordenação e sua secretaria, com presteza e eficiência para solucionar qualquer situação, principalmente para alunos de outras regiões e que não foram bolsistas.

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC) pela oportunidade de cursar o Mestrado em Economia Aplicada.

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.”

Theodore Roosevelt

RESUMO

A economia cacauceira no Brasil desde a década de 90 tem vivenciado transformações principalmente pelas ocorridas em seu maior estado produtor, a Bahia, que foi assolada pela vassoura-de-bruxa associada as condições climáticas e as inerentes ao mercado do cacau. Entretanto, o estado do Pará está em uma trajetória crescente e diferente, atualmente ocupando o segundo lugar no ranking nacional. O trabalho tem o objetivo de analisar comparativamente as economias cacauceiras nos estados da Bahia e do Pará de forma a identificar quais fatores foram responsáveis pelo crescimento ou decréscimo da produção. Buscando através do modelo *shift share* comparar se houve mudança no componente estrutural para a variável produção de cacau para as duas regiões. A análise foi aplicada comparativamente para as principais regiões produtoras do país, a Bahia localizada na região nordeste e o Pará na região norte do país. Destacou os principais municípios produtores de cada estado para decompor o crescimento da produção de cacau nos efeitos área, efeito rendimento e efeito localização geográfica. Os dados utilizados na análise foram da Produção Agrícola Municipal do IBGE nos períodos 1996/2016. Concluiu-se que o crescimento da produção no estado do Pará esteve associado positivamente aos efeitos área e rendimento, porém uma necessidade de verticalização seria fundamental para o fortalecimento da cadeia produtiva do cacau. O estado da Bahia apresentou taxas negativas de crescimento da produção afetadas pelos efeitos área e rendimento, entretanto a existência de um polo industrial formada por processadoras de cacau ainda a colocou em vantagem diante do estado do Pará quando considerado o efeito localização geográfica.

Palavras-chave: Agronegócio. Cacaucultura. Região Cacaueira. Bahia. Pará.

SUMMARY

The cocoa economy in Brazil since the 1990s has undergone changes mainly in its largest producing state, Bahia, which was devastated by the witch-broom associated with climatic conditions and those inherent in the cocoa market. However, the state of Pará is on a growing and different trajectory, currently occupying the second place in the national ranking. The objective of this study is to compare the cocoa economies in the states of Bahia and Pará in order to identify which factors were responsible for the growth or decrease of production. Searching through the shift share model compare if there was change in the structural component for the variable cocoa production for the two regions. The analysis was applied comparatively to the main producing regions of the country, Bahia located in the northeast region and Pará in the northern region of the country. He highlighted the main municipalities producing each state to decompose the growth of cocoa production in the effects area, income effect and geographic location effect. The data used in the analysis were from the Municipal Agricultural Production of the IBGE in the periods 1996 / 2016. It was concluded that the growth of production in the state of Pará was positively associated with the effects area and yield, but a need for verticalization would be fundamental for the strengthening of the productive chain of cocoa. The state of Bahia presented negative rates of production growth affected by the effects of area and yield, however the existence of an industrial pole formed by cocoa processors still put it ahead of the state of Pará when considering the geographic location effect.

Keywords: Agribusiness. Cacaucultura. Cacaueira Region. Bahia. Pará.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Ranking da produção mundial de cacau em amêndoas 2013 (Toneladas).....	29
Figura 2- Moagens mundiais em milhões de toneladas ano de 2017 e 2018.....	32
Figura 3- Produção nacional de cacau em toneladas no período de 1970-1980.....	39
Figura 4- Produção nacional de cacau em toneladas período de 1980-1990.....	40
Figura 5- Produção nacional de cacau em toneladas no período 1990-2000.....	43
Figura 6-Produção nacional do cacau em toneladas período 2000-2010.....	44
Figura 7- Produção nacional de cacau em toneladas período de 2010-2016.....	45
Figura 8- Produção de cacau em toneladas na mesorregião do sul baiano período de 1989-2010.....	48
Figura 9- Produção de cacau em toneladas nos municípios baianos período de 1989-2010.....	49
Figura 10-Produção de cacau em grãos no estado da Bahia 1986-1996.....	51
Figura 11-Área colhida de cacau em hectares no estado da Bahia 1986-2016.....	52
Figura 12-Produção de cacau em grãos no estado da Bahia 1996-2006.....	53
Figura 13-Produção de cacau em grãos no estado da Bahia 2010-2016.....	56
Figura 14-Rendimento de quilograma por hectare 1986-2016.....	57
Figura 15-Área destinada a colheita em hectares 1995-2016.....	58
Figura 16.Produção do estado do Pará no período 1986-1996.....	60
Figura 17-Produção do estado do Pará no período 1996-2006.....	61
Figura 18-Produção de cacau dos principais municípios paraenses no período 1996-2006.....	62
Figura 19-Produção do estado do Pará no período 2006-2016.....	64
Figura 20- Rendimento médio da produção de cacau no Pará 1974 -2016.....	65
Figura 21- Área destinada a colheita e área colhida no estado do Pará 1988-2016.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- A produção mundial de cacau em grãos nos anos de 2008/2011.....	28
Tabela 2- Produção de cacau em toneladas por grupos de área (hectares) no ano de 1995-1996.....	52
Tabela 3- Produção de cacau em percentual por grupos de área em hectares nos anos de 1995 e 2006.....	55
Tabela 4- Taxa média anual de crescimento e os efeitos área, rendimento e localização geográfica do cacau no estado da Bahia 1996 -2016.....	76
Tabela 5- Taxa média anual de crescimento e os efeitos área, rendimento e localização geográfica do cacau nos principais produtores da Bahia 1996 -2016.....	80
Tabela 6- Efeitos escala, substituição e variação total da produção de cacau para os principais produtores baianos 1996-2016.....	81
Tabela 7- Taxa média anual de crescimento e os efeitos área, rendimento e localização geográfica do cacau no estado do Pará 1996 -2016.....	83
Tabela 8- Taxa média anual de crescimento e os efeitos área, rendimento e localização geográfica do cacau nos principais produtores do Pará 1996 -2016.....	85
Tabela 9- Efeitos escala, substituição e variação total da produção de cacau para os principais produtores paraenses 1996-2016.....	86

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

AIPC	Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau
ANATEL	Agência Nacional de telecomunicações
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo
BAC	Banco Ativo de Germoplasma
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CABRUCÁ	Cooperativa dos Produtores Orgânicos do sul da Bahia
CAPPRU	Cooperativa de Produtores em São Félix do Xingu
CENARGEM	Centro Nacional de Recurso Genético da Embrapa
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EA	Efeito Área
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ELG	Efeito Localização geográfica
ER	Efeito Rendimento
ESALQ	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz”
FAEPA	Federação da Agricultura e Pecuária do Pará
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FETAGRI Familiars	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNO	Financiamento Constitucional do Norte
FUNDECAU	Fundo Baiano de Defesa da Cacaucultura
FUSEC	Fundo Suplementar de Expansão da Cacaucultura
Há	Hectares
IBC	Instituto Biofábrica de Cacau
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Intercontinental Exchange

ICCO	The International Cocoa Organization
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IESB	Instituto de Estudos Socioambientais do sul da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Economia Aplicada
LIFFE	London International Financial Futures Exchange
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NYMEX	New York Mercantile Exchange
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PROCACAU	Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Cacaucultura
SAFS	Sistemas Agroflorestais
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura
SEDAP	Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca
SEI	Superintendência De Estudos Econômicos E Sociais
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
UCSAL	Universidade Católica de Salvador
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URV	Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	15
1.1.Problema de pesquisa.....	17
1.1.1.Objetivo geral	17
1.1.2.Objetivos específicos.....	17
1.2.Justificativa.....	17
1.3 Estrutura da dissertação.....	18
2.REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
3. O PANORAMA DA PRODUÇÃO DE CACAU.....	27
3.1 O cenário da produção mundial de cacau.....	27
3.2 A trajetória da economia cacauceira no Brasil.....	33
3.3 A economia cacauceira na Bahia.....	46
3.4 A economia cacauceira no Pará.....	58
4. METODOLOGIA.....	67
4.1 Áreas de estudo.....	67
4.2 Procedimentos metodológicos, o levantamento e as fontes de dados	68
4.3 O modelo <i>shift share</i>.....	69
4.4 Variáveis.....	72
5. RESULTADOS.....	76
5.1. Análise do modelo <i>shift share</i> no estado da Bahia.....	76
5.1.1 Os efeitos área, rendimento e localização na Bahia.....	76
5.1.2 Os efeitos escala e substituição.....	81
5.2 Análise do modelo <i>shift share</i> no estado do Pará.....	82
5.2.1 Os efeitos área, rendimento e localização.....	82
5.2.2 Os efeitos escala e substituição.....	86
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	92

1.INTRODUÇÃO

A história da economia cacauera nacional muitas vezes pareceu similar a economia cacauera baiana, pois a Bahia em sua trajetória sempre deteve percentual significativo da produção nacional de cacau. Logo, muitos ciclos de crise foram identificados neste estado, mas nada tão intenso e diferenciado como o ocorrido após o ano de 1989, com o surgimento de um fungo denominado *Crinipellis pernicioso*, que popularmente ficou conhecido como a *vassoura-de-bruxa*, devido ao aspecto em que a planta ficava após contágio.

Fatores agregados também contribuíram para a queda da produção na região, conforme reportagem da Folha de São Paulo em 1996, como falta de chuvas no final do ano de 1994 e início de 1995, aumento dos preços do defensivos agrícolas importados e perda da capacidade dos produtores em sustentar suas lavouras, deflagrando uma crise devastadora de grande impacto econômico e social para toda uma região altamente dependente desta economia.

Os outros estados produtores ficavam responsáveis pela produção de apenas 20,49 %, conforme IBGE (1996). Diante disto, toda a economia cacauera nacional esteve fragilizada e necessitava de uma frente de coalização para promover a recuperação da produção nacional, pois o Brasil já ocupou o segundo lugar na produção no contexto internacional e as indústrias instaladas no país precisavam fortalecer toda a cadeia produtiva do cacau e chocolate para atender as suas demandas.

Para Adonias Filho (1978), a produção do cacau foi importante para a economia nacional como um todo, principalmente pelo o que pode representar em termos de geração de empregos diretos e indiretos, contribuição para a balança comercial, participação no PIB e preservação ambiental.

De acordo a AIPC (2017), as exportações de amêndoas de cacau diminuíram principalmente por conta da queda da safra baiana. As exportações em 2000 foram de 1.900 toneladas, mas em 2016 despencou para 389 toneladas. Em contrapartida, as importações cresceram em 2016 chegando a 57.507 toneladas, sustentando as exportações dos derivados do cacau e mantendo a capacidade instalada para o processamento em atividade.

Conforme AIPC (2015), existem unidades de processamento de cacau nos estados da Bahia e de São Paulo associadas a AIPC com mais de 37 fábricas instaladas no país. A cadeia produtiva do cacau e do chocolate empregam diretamente 4.229 pessoas em 5 fábricas e ocupam cerca de 394.743 pessoas em toda a cadeia incluindo empregados, presidente, diretores, proprietários, arrendatários ou sócios.

O PIB da cadeia de cacau e chocolate referente ao ano de 2011 foi de R\$ 11,5 bilhões, que gerou pagamento de tributos na ordem R\$ 2.262 milhões (CEPEA/ESALQ,2013). A produção mundial em 2016/2017 chegou a 4,5 milhões de toneladas, sendo 42 % dominada pela Costa do Marfim e o Brasil ficou apenas com 4% desta produção. Ou seja, a safra brasileira precisa aumentar para atender uma demanda crescente, tanto nacional, como internacional, pois as empresas processadoras de cacau nacional criaram metas de processamento que em 5 anos querem elevar o processamento nacional em 300 mil toneladas. Atualmente, processam 250 mil toneladas e em 10 anos querem alcançar 400 mil toneladas (AIPC,2017).

Entre as metas estabelecidas, conforme AIPC(2017), estão as de aumentar a produção em 40 % no estado da Bahia no ambiente do cacau cabruca visto como um sistema mais produtivo, em 40% no estado do Pará através da recuperação das áreas degradadas e 20% em outros estados.

Tanto os estados da Bahia e do Pará, primeiro e segundo produtores nacionais de cacau respectivamente, possuem condições para marcar um cenário positivo para a cacauicultura nacional, mas com condições diferenciadas que o estudo se propôs a analisar, considerando seus principais municípios produtores.

Mendes (2009), destacou a importância das vantagens comparativas estruturais e conjunturais para inverter a tendência de queda da produção nacional com a finalidade de projetar um caminho mais sólido e seguro para a produção brasileira e melhorar sua posição diante do mercado internacional.

A CEPLAC (1976), colocou o cacau como responsável pela criação de um mercado regional, que correspondeu a 45% do valor das exportações da Bahia, além de ter sido a base de sustentação e o termômetro da economia do estado da Bahia com uma produção crescente. Toda a arrecadação financeira proporcionada pelo cacau serviu para a formulação dos orçamentos governamentais.

O Estado do Pará, conforme IPEA(2010), vem assumindo uma trajetória crescente na produção de amêndoas e na área plantada. Diante disto, a realidade que se configura atualmente é diferente de outrora, as evidências demonstram que o estado da Bahia vem perdendo o espaço de produção e de produtividade quando comparado ao estado do Pará, refletindo uma perda de rendimento da cacauicultura para a região, mas um ganho para a economia cacaueira nacional.

1.1 O problema da pesquisa

Logo, pode-se questionar: Quais os fatores ou variáveis foram responsáveis pela transformação da cacauicultura nos estados da Bahia e do Pará? Na realidade qual fator foi mais determinante considerando cada estado em questão?

O problema da pesquisa implicou em investigar quais fatores foram responsáveis pela transformação da cacauicultura nos estados da Bahia e do Pará, principalmente após a implantação da CEPLAC na região Amazônica. Logo, a análise propôs demonstrar quais condições foram necessárias para fomentar a cacauicultura nos estados da Bahia e do Pará, já que o Brasil precisa garantir a competitividade do setor no contexto internacional.

O desafio do trabalho encontra-se no fato de tentar responder a tais questionamentos, mostrando o porquê isso ocorreu em cada estado destacando suas similaridades e diferenças, considerando cada sistema de produção e como os efeitos vem afetando o cenário da produção nacional de cacau.

Neste contexto, diante de tais questionamentos, aposta-se na hipótese de que os efeitos área e rendimento foram responsáveis por consolidar o estado do Pará no cenário da produção nacional de cacau, principalmente quando comparados ao estado da Bahia que em processo de recuperação de uma crise profunda, que ainda sente as consequências na atualidade.

1.1.1. Objetivo geral

Analisar fundamentado no modelo shift-share quais os efeitos foram responsáveis pelas variações da produção nos estados da Bahia e do Pará, considerando seus sistemas produtivos no período de 1996 a 2016.

1.1.2. Objetivos específicos

- Apresentar o panorama da produção de cacau nos estados da Bahia e do Pará;
- Identificar quais as similaridades e diferenças entre os sistemas de produção de cacau nos estados da Bahia e do Pará;
- Analisar as causas e as consequências dos efeitos na variação da produção dos estados da Bahia e do Pará.

1.2. Justificativa

Diante do argumento da possível consolidação do estado do Pará em comparação ao estado da Bahia no cenário da produção nacional de cacau, surge o

interesse em discutir quais fatores foram responsáveis por esta mudança, impulsionados pela finalidade de garantir a competitividade para o Brasil no cenário internacional, já que a demanda interna e internacional são crescentes.

Dessa forma, o trabalho se justifica pela significativa importância do tema para academia, já que existem trabalhos relacionados a cacauicultura, mas tratando de cada estado de forma individual e específica.

Quando considerado sua importância além da academia, a cacauicultura é responsável pelo desenvolvimento de regiões, gera renda e emprego e possui um nível de sustentabilidade diferenciado diante de outras culturas agrícolas.

1.3. Estrutura da dissertação

Após esta introdução, a dissertação está organizada em mais cinco capítulos. No próximo capítulo, foram tratados as principais referências teóricas mostrando as principais teorias que fundamentaram o estudo, primeiramente sobre o tema Agronegócio, Cadeia produtiva e Instituições.

No terceiro capítulo foi criada uma panorama da produção de cacau contemplando o mercado internacional, nacional, baiano e paraense para entender como a cacauicultura ocorre neste espaços geográficos destacando suas principais características e peculiaridades.

No quarto capítulo foi tratado os aspectos metodológicos baseados no modelo shift-share com a base de dados do IBGE tratados nos anos de 1996 a 2016 com o objetivo de fazer um estudo comparativo entre os principais estados produtores de cacau do Brasil.

No quinto capítulo foram apresentados resultados dos estudos a partir da aplicação da metodologia. As considerações finais apresentadas no sexto e último capítulo foram abordados os resultados diante das hipóteses teóricas levantadas no capítulo anterior.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

No contexto do estudo, vale destacar a conceituação do latifúndio e da propriedade familiar, já que as bases da economia cacauera no estado da Bahia inicialmente estavam associadas a propriedade rural com extensões vastas de terra, enquanto no caso do estado do Pará a economia cacauera ocorre no âmbito da propriedade familiar.

Vale dizer que o estado da Bahia veio passando em sua história uma mudança na estrutura fundiária, por conta de processo de dívidas, crise do setor cacauero, que acabou refletindo nas questões da propriedade da terra. Além disso, novas formas de organização da produção estão sendo utilizadas, como meeiros e parcerias agrícolas.

Seguindo, a definição do latifúndio, de acordo com a Lei nº 4.504/1964 que institui o estatuto da terra, representa imóvel rural, com área igual ou superior ao módulo rural, que é inexplorado ou explorado de forma inadequada e insuficiente, ou ainda porque possui grande dimensão de área, a ponto de ser incompatível com a distribuição justa da terra na região onde se localiza.

Já a propriedade familiar, conforme a Lei nº 4.504/1964 representa uma área terra explorada economicamente, direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família, podendo utilizar de forma eventual ajuda de terceiros no trabalho, mas a sua função social está relacionada a promover o desenvolvimento socioeconômico do referido grupo familiar, numa área máxima fixada na região.

Ressalta que em uma economia agrícola se deve analisar diversos fatores, além das questões da terra, para que seja verificada uma correlação positiva entre eles e propicia ao desenvolvimento de alguma capacidade de formação de um canal de comercialização que interligue produção e consumo.

Neste contexto, Mendes e Padilha Junior (2007, p.8) afirmam:

“Assim, na visão moderna de comercialização, a produção é considerada uma parte de um conjunto inter-relacionado de atividades econômicas, em que a ênfase está no sistema de comercialização como um meio de executar a coordenação entre a produção e a demanda do consumidor... Sob esse prisma, a comercialização inclui as atividades de intercâmbio associadas com as transferências dos direitos de propriedade de um produto, manipulação dos produtos e arranjos institucionais que facilitam essas atividades.”

Dentre os fatores pertinentes ao desenvolvimento de uma economia agrícola, está associado o papel do Estado, pois se interpõe competência de o Estado fomentar a atividade agrícola e organizar o abastecimento alimentar, conforme o artigo 173 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Para Brum (2008), o papel do poder público é decisivo para incentivar e estimular o desenvolvimento local e regional, tentando entender que há processos dinâmicos de desenvolvimento a partir de forças internas nas regiões e de seus sistemas de produção.

Pereira (2014) confirma este papel do Estado colocando como obrigação incentivar o desenvolvimento agropecuário de forma mais eficiente e com instrumentos adequados; ao mesmo tempo constituindo ferramentas necessárias à disposição do setor. Cabe ainda ao Estado: formulação das ações básicas e estimulando o incremento de toda a cadeia produtiva primária, mas deixando a cargo da iniciativa privada o desenvolvimento de produção e comercialização ao longo da referida cadeia produtiva.

No caso da economia cacaueteira da Bahia e do Pará, a criação do órgão executivo pelo governo federal, a CEPLAC, foi um marco institucional relevante. Na concepção de North (1990; 1994), as instituições surgem a partir da interação entre sociedade e organizações, como regras do jogo, como uma resposta estruturadora às incertezas dos agentes que tomam decisões. E as incertezas são decorrentes das limitações de percepção e compreensão da complexidade e problemática que envolve qualquer tipo de interação humana.

Assim, como as instituições, o Estado faz-se necessário para garantir um nível de desenvolvimento socioeconômico para a região. Furtado (1961), atribuiu ao Estado um papel relevante, na qual uma ação coordenadora do estado seria a única capaz de planejar alternativas de crescimento de longo prazo e assim, proporcionando um ambiente de maior investimento em infraestrutura, pesquisa, ciência e tecnologia.

Além do papel de coordenação do Estado mais eficiente de suas políticas públicas com o objetivo de fomentar uma economia agrícola, deve-se analisar toda a extensão de uma cadeia produtiva, ou seja, sua cadeia produtiva, antes, dentro e pós-porteira, um caminho percorrido desde a matéria-prima até o consumidor.

Segundo uma visão tradicional, citada por Mendes e Padilha Junior (2007), é na “porteira agrícola”, que o processo de produção termina e a comercialização começa, onde ocorre a primeira transferência de propriedade, uma visão pautada na comercialização como instrumento de ligação entre a produção e o consumo. Ou seja, a comercialização desempenha funções de transferência de bens e serviços do produtor ao consumidor final.

Para Batalha (2001), o conceito de agronegócio iniciou-se com pesquisadores de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, apresentado como agribusiness, no qual existe uma soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das

operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

Para Araújo (1993 citado por Brum 2008), o conceito de agronegócio está cada vez mais presente na economia agrícola.

(...) desponta o fato de que a visão moderna que se deve ter da agricultura ultrapassa o enfoque eminentemente de produção prevalecente no passado, que se limitava às fronteiras internas das unidade produtiva rural. Administradores públicos e privados precisam agora ter em mente o conceito de agrobusiness, por incorporar a visão interativa das cadeias de alimentos, fibras e biomassa, que é mais adequada para o entendimento da complexidade do mundo econômico deste final de século. Dentro do enfoque do agrobusiness, é necessário entender o processo sistêmico de adição de valor na cadeia produtiva que une as atividades a montante a jusante das fazendas (Araújo,1993, p.20).

Questões pertinentes ao mercado do cacau podem determinar os processos de mudanças, que segundo Nascimento (1994), atribui ao mercado uma forte concentração, proveniente de sua estrutura de tomadora de preço, no qual a eficiência exigida no nível de fazenda faz pouco sentido diante de mercados de oligopsônios.

A colocação acima corrobora com a colocação de Ferguson (1988), ao dizer que para existir uma monopsônio deve haver apenas um único comprador de insumos e oligopsônios quando houver poucos compradores. Assim, representa uma estrutura imperfeita no mercado de insumos, no qual existem poucos compradores e sua curva de oferta de insumo seria positivamente inclinada. Logo, suas variações em volume de compras afetam o preço do insumo.

Byrns e Stone Jr. (1996), completa que um comprador tem poder de monopsônio se, ao restringir a quantidade de um bem ou recurso comprado, conseqüentemente seu preço será reduzido, podendo também absorver a oferta inteira e determinar preço, logo a eficiência a nível de fazenda não faz sentido quando o produtor se depara com uma estrutura de mercado imperfeita como a estrutura oligopsônica.

No estudo de Zugaib (2011), fica evidente o problema da formação do preço do cacau no mercado internacional, o que Nascimento (1994) atribuiu ao mercado a forte concentração, pois sofre influência das condições de oferta e demanda do produto no mercado futuro.

Ou seja, Zugaib (2011) afirma que os agentes econômicos envolvidos na cadeia produtiva do cacau, como produtores, comerciantes locais, exportadores, comerciantes internacionais e transformadores ficam expostos aos riscos provenientes do excesso de demanda do cacau sobre a oferta disponível.

Na realidade, tenta buscar uma relação direta entre o volume de contratos negociados no mercado de futuros do cacau e os preços futuros e disto concluiu que a

participação dos especuladores internacionais acaba influenciando nos preços, contribuindo para aumentar as incertezas dos agentes do elo da cadeia produtiva do cacau em relação aos preços futuros.

Logo a cacauicultura enfrenta uma situação similar aos outros cultivos existentes no país, pois há muitos vendedores e a principal barreira à entrada de novas firmas na indústria é a necessidade de capital e os mecanismos de preços, no qual o poder opera no centro de decisão e exercendo total influencia no sistema de comercialização.

Outro fato relevante para a cacauicultura diz respeito ao investimento, tendo como fonte principal o crédito bancário, suscetível a processos de crises e incertezas que permeiam o setor. Para Nascimento (1994) deveria existir mecanismos institucionais que assegurassem a capacidade de pagamento e cobertura do risco operacional para viabilizar o acesso ao crédito, dentro da lógica bancária imposta aos produtores.

Nascimento (1994) afirmou que a lógica bancária, como prestador, considerou o ambiente de incerteza, que no caso da produção agrícola, tornou-se agravante devido aos fatores climáticos, extrapolando as condições técnicas de produção ou de produtividade, gerando um ambiente de maior incerteza.

Como qualquer outro setor econômico, o acesso ao crédito torna-se imprescindível para garantir um nível de investimento, colocando o Estado no contexto, como indutor e intermediador entre as instituições financeiras e o produtor, principalmente nas condições apresentadas na economia do cacau.

No ambiente político, medidas legais foram apresentadas no intuito de fortalecer a economia cacauera, principalmente quando as indústrias moageiras passaram a importar cacau em amêndoa.

Na câmara de deputados, o projeto de lei 3.717 de 2015 foi apensado ao projeto de lei 2.799 de 2015 com o objetivo de embargar a importação de cacau de países que utilizam mão-de-obra escrava está aguardando parecer do relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviços Públicos. Tal situação pode ser relacionada a uma prática de comércio internacional, o *dumping*,

Na concepção de Byrns e Stone Jr.(1996), o *dumping* sugere uma situação na qual um produtor exporta a preços inferiores àqueles cobrados dentro do seu próprio país. A discriminação de preços internacionais que envolve cobrar dos ansiosos compradores domésticos mais do que dos compradores estrangeiros.

Mas o que deve ser considerado no contexto da cacauicultura é o fato de que as empresas importadoras de cacau são as próprias indústrias processadoras de cacau,

empresas estrangeiras que objetivam manter o seu nível de processamento e garantir seus lucros e vantagens diante do mercado internacional.

Outro ponto político favorável a cacauicultura foi a instituição da Lei nº 13.710 de 24 de agosto de 2018 que trata da política nacional de incentivo à produção de cacau de qualidade, representando uma atuação política com o objetivo de fortalecer a economia cacauera.

Conforme Zugaib (2005), outras medidas protecionistas foram relacionadas e providenciadas, a modalidade de importação conhecida como *drawback* foi escolhida, pois tinha isenção dos impostos de importação, para que o produto não ficasse mais caro e onerasse mais os agentes envolvidos no processo de produção.

A modalidade aduaneira especial de drawback foi definida assim:

“Drawback vem a ser o retorno, no todo ou em parte, dos direitos cobrados sobre a compra de produtos que sejam objeto de beneficiamento e exportação ou sobre a compra de matéria-prima ou produtos semifaturados que serão utilizados na produção de artigos manufaturados nacionais a serem exportados. O Objetivo precípua do drawback é promover o incremento à exportação, na medida em que, mediante redução de custos, aumenta a possibilidade de colocação do produto nacional no mercado externo, o que, evidentemente, provoca desenvolvimento dos setores produtivos. (CORTEÑAS LOPEZ e GAMA, 2011, p.341).”

Castro (2001), colocou o drawback como uma alternativa positiva de importação, permitindo as empresas processadoras exportarem o produto final gerando condições de igualdade diante de seus concorrentes internacionais, já que os custos seriam idênticos da matéria-prima adquirida no mercado internacional, associado a uma redução direta de custos fiscais dispensando o Imposto de Importação e o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante.

Para a economia cacauera caracterizava um incentivo as empresas processadoras e exportadoras, permitindo a importação livre de pagamentos de tributos e taxas, dos itens destinados a integrar o produto por beneficiamento, transformação ou composição, mas em contrapartida deveria ser exportado. Consequentemente, a manutenção de suas atividades na região seria vital para amenizar as questões de geração de renda e emprego.

As inovações tecnológicas foram essenciais para a manutenção da produção na região cacauera baiana e paraense, principalmente com a parceria da Comissão Executiva da Lavoura Cacauera, Biofábricas e Centros de estudos para recuperar o setor afetado por uma crise biológica, afetando os cacauais com o fungo conhecido popularmente por vassoura-de-bruxa, assim destacando a importância do processo de clonagem para alcançar a finalidade, mesmo em níveis baixos em relação ao auge do cacau.

A economia cacauífera acabou criando as bases para o processo de desenvolvimento da região baiana, conforme Rosário et al (1978), já que as consequências sociais também influenciam no resultado sobre o desenvolvimento de uma economia regional, nos níveis de renda e emprego, a circulação de dinheiro na economia local, os investimentos em infraestrutura, saúde, saneamento e educação, refletindo mudanças nos indicadores sociais e níveis de pobreza da região.

Assim, se percebe que diversos fatores podem influenciar um sistema produtivo, ou seja, exercer um grau de determinação que pode conduzir tal sistema ao sucesso ou ao fracasso. Evidenciando uma necessidade de coordenação eficiente entre todos os fatores pertinentes ao processo de evolução.

Fatores que provoquem mudanças ou rupturas, onde as condições de equilíbrio sejam mutáveis de acordo a situação que esteja inserida em um dado momento, como uma destruição criadora na constituição do pensamento de Schumpeter, quando analisado sob um enfoque de inovação de um processo industrial. E é justamente a concepção do que é inovação em suas várias vertentes schumpeterianas que irão ajudar na compreensão desse trabalho.

Diante disso Batalha (2001) propõem uma visão sistêmica do sistema agroindustrial que vai direcionar a análise ao considerar fatores políticos, econômicos e financeiros, tecnológicos, socioculturais e jurídicos como determinantes na dinâmica de funcionamento da cadeia produtiva e como as previsões de futuro seriam influenciadas por tais fatores.

“O enfoque sistêmico considera que todo sistema evolui no espaço e no tempo em função de mudanças internas e externas ao sistema. Enquanto sistema, uma cadeia de produção agroindustrial também estará sujeita a mudanças ao longo do tempo. Essas transformações podem ser o resultado do deslocamento das fronteiras do sistema, de mudanças no meio ambiente ou ainda de um rearranjo interno dos subsistemas que forma o sistema principal. Estes fatores podem atuar isoladamente ou de maneira simultânea”.
(BATALHA, 2001, p.39)

O sistema produtivo do cacau esteve baseado por um longo período apenas na produção de amêndoas de cacau voltados para a exportação, mas foi de fundamental importância à instalação das indústrias moageiras no país. Por consequência, as exportações não ficaram restritas às amêndoas, mas também em forma de manteiga de cacau, chocolate e suas preparações, cacau em pó e pasta de cacau.

Desta forma, verifica-se um sistema agroindustrial incipiente nas regiões da Bahia e do Pará, e que diante das crises da lavoura passaram a ter dificuldades para suprirem a sua demanda interna e externa, passando de uma condição de economia exportadora para importadora nos anos 90, segundo Rocha (2008).

Rosário et al (1978), afirma que existe uma planta industrial que pode ser aproveitada a todo tempo em benefício de uma região. Existem impasses de outra natureza que acabam freando tal condição, criando barreiras que só podem ser rompidas com a sinergia entre todos agentes envolvidos, inclusive decisões políticas vitais e competentes pertinentes ao Estado com o intuito de elevar a produtividade dessas regiões.

Conforme publicações da CEPLAC (2014), no qual afirmava que a capacidade instalada para moagem na Bahia seria da ordem de 250 mil toneladas ao ano, mas o período de 1999 e 2000 o cenário foi outro, a produção não ultrapassou as 123 mil toneladas, evidenciando a capacidade ociosa e a necessidade de se aumentar as importações.

Conforme Batalha (2001), a competitividade do agronegócio brasileiro deve ser garantida, construída com bases sustentáveis através de práticas que estimulem comportamentos mais amistosos entre os agentes econômicos de uma cadeia entre si e criar uma esfera de interação entre os agentes e os poderes governamentais.

A realidade é que a economia do cacau vem passando por diversas transformações, principalmente para estender a sua cadeia produtiva até o consumidor final, com o produto que é o chocolate.

As instituições tentam fortalecer o sistema através de formação tecnológica, fomentar entradas de novas firmas na indústria chocolateira na região, além de uma nova forma de produção que garanta um selo de qualidade ao produto local, buscando aumentar seu mercado consumidor mundial e visibilidade para este mercado, além da valorização da produção local.

Deve ser lembrado que dentro das concepção de seleção adversa, existe a sinalização, que é uma forma de redução do custo de transação. Um selo de qualidade pode ser um bom exemplo de sinalização com suas vantagens conexas.

Pindyck e Rubinfeld (2005), cita a seleção adversa como uma informação assimétrica que trazem consequências negativas para o mercado, pois produtos de qualidade distinta são vendidos pelo mesmo preço, porque compradores e vendedores não estão bem informados para determinar a qualidade real do produto no momento da compra. Logo, o selo de qualidade para o produtor de cacau diferenciaria seu produto e afastaria a situação proposta como seleção adversa.

Assim, os autores completam que os certificados e garantias sinalizam de forma eficaz a qualidade do produto, resultando uma situação na qual os consumidores estarão

dispostos a pagar mais pelos produtos de alta qualidade, no caso da cacauicultura os selos de qualidade associados a sua forma diferenciada de produzir.

Vale ressaltar que Brum (2008) afirmaram sobre o papel da agricultura para o desenvolvimento de uma economia, colocando que a produção de alimentos é fundamental para a manutenção de uma nação. Além de destacar o papel do Estado neste contexto para o melhor entendimento de processos dinâmicos de desenvolvimento de regiões específicas e de seus sistemas de produção, e estimular através de políticas regionais um sistema territorial de produção.

Todos os aspectos apresentados como fatores determinantes podem gerar um impacto em todos os outros setores da economia, transformações que acabam redesenhando o desenvolvimento regional, criando formas de alianças estratégicas, novas formas de produção podendo beneficiar uma economia, dependendo essencialmente da forma como responde as mudanças como uma questão de sobrevivência.

3. O PANORAMA DA PRODUÇÃO DE CACAU

O capítulo tem como principal objetivo apresentar a produção do cacau no contexto internacional e nacional, e mais especificamente nos estados da Bahia e do Pará, de forma comparativa para destacar os aspectos relevantes em cada região. Neste sentido, serão apontadas as origens do cacau, evolução da produção cacauzeira, da área colhida e da produtividade nos estados que são foco do estudo.

3.1 O cenário da produção mundial de cacau

O cultivo do cacau nas Américas surgiu em 1492, conforme estudos de Heine (2009) e Rosário et al (1978) através dos povos Astecas e Maias, os quais nomearam a árvore do cacau de “cacahualt”, logo depois de “xocoalt”.

Rosário et al (1978), cita a importância do cultivo do cacau pelos povos indígenas, principalmente os Astecas, pois estava relacionado a origem divina e o profeta Quatzalcalt ensinara ao povo o seu cultivo como alimento e para o embelezamento dos jardins da cidade de Talzitepec, logo o cultivo era acompanhado por solenes cerimônias religiosas.

Neste contexto, de acordo com Heine (2009) e Nazário e Cuenca (2004), um botânico sueco Carolus Linneu também nomeou o cacauzeiro de “*Theobroma cacao*”, o que significa “manjar dos deuses”, advindo da sua origem religiosa herdada dos povos indígenas.

Além do significado religioso, os índios consideravam as sementes do cacau tão valiosas que as utilizavam como moeda, a sua primeira forma de gerar riqueza conforme Rosário et al (1978) descreve em seu trabalho uma passagem na qual o Imperador Montezuma costumava receber anualmente 1,6 milhões de sementes de cacau como tributo da cidade de Tabasco representando atualmente 30 sacas de 60 quilos ou 120 arrobas de cacau, com um valor aproximado de R\$ 17.640,00 nos dias de hoje com uma cotação de R\$ 147,00 o valor da arroba considerando o estado da Bahia como referência.

Um fruto privilegiado com valor econômico expressivo, que acabou servindo de moeda de troca na compra de escravos, no comércio de mercadorias e na quitação dos tributos cobrados pelo o Estado, apresentado por Peter Martyr (1530 apud Bondar, 1938, p.11).

A expansão do cultivo do cacau para outros continentes ocorreu após a implantação de uma fábrica de chocolate na Espanha, conforme Cuenca e Nazário (2004), final do século XVI, quando os colonizadores espanhóis trouxeram de suas

colônias na América Central sementes para a Espanha, de forma a aumentar o consumo. Logo, impulsionou o cultivo em regiões com clima propício ao cultivo do cacau, como a África, mais especificamente nas Ilhas de São Tomé e Príncipe, na Ásia e na América do sul.(CEPLAC,2015)

A agroindústria do cacau abrange principalmente países da África, América Central e do Sul, Ásia e Oceania, mas principalmente o continente africano que vem mantendo uma posição de líder do ranking de produção de cacau em grãos no decorrer da história.

Conforme a Organização Mundial do Cacau (2011), referente aos estudos estatístico sobre a produção de cacau em grãos nos anos de 2008 até 2011, a África foi responsável por uma produção média em escala mundial de 69,53%, a Ásia e a Oceania correspondem a uma produção de 16,53% e os países da América do Sul e da América Central com uma produção de 13,93%, conforme Tabela 1 abaixo.

Na África o maior destaque foi da Costa do Marfim com uma produção média de 1.263 toneladas ao ano, enquanto na Ásia, a Indonésia teve destaque na produção de grãos de cacau em torno de 513 toneladas e na América do sul o Brasil teve uma produção de 169,33 toneladas.

Tabela 1 -A produção mundial de cacau em grãos nos anos de 2008/2011.

Produção						
Países	2008/09		2009/10		2010/11*	
África	2.518	69.90%	2.475	67.90%	2.778	70.80%
Costa do Marfim	1.222		1.242		1.350	
América	486	13.50%	525	14.40%	548	13.90%
Brasil	157		161		190	
Ásia e Oceania	598	16.60%	647	17.70%	602	15.30%
Indonésia	490		550		500	
TOTAL	3.602		3.647		3.938	

Fonte: Boletim Trimestral de Estatística da ICCO Cacau, vol. XXXVII, nº 1, 2010/2011.Publicado em 01/03/2011.

Atualmente, a composição da produção mundial de cacau, conforme Zugaib e Barreto (2015) e FAO (2016), não modificou tanto, no qual continente africano concentrou 73% da produção mundial, mantendo a Costa do Marfim como maior produtor mundial. A produção das Américas correspondeu a 16% da produção mundial e a Ásia e Oceania corresponderam a apenas 11% da produção total.

A Costa do Marfim manteve sua posição de maior produtor mundial com uma produção de 1.448.992 toneladas, seguido de Gana com 835.466 toneladas, Indonésia com 777.500 toneladas, Nigéria com 367.000, Camarões 275.000 toneladas, e, por fim, o Brasil com 256.186 toneladas de cacau em grãos passou a ocupar a sexta posição do ranking internacional no ano de 2013.

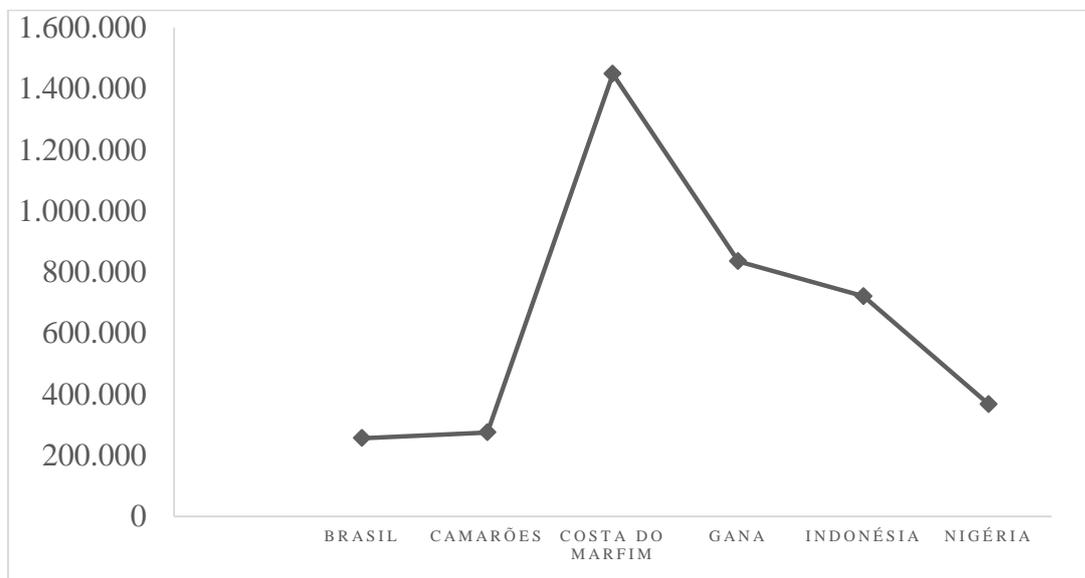


Figura1-Ranking da produção mundial de cacau em amêndoas 2013 (Toneladas).

Fonte: Elaboração própria baseada em dados da FAO,2016.

A oferta mundial de cacau ficou concentrada nesses países, pois possuem fatores eco fisiológicos que influenciam na produção do cacau, ambientais e climáticos, como temperatura e índices pluviométricos. O aumento da produção mundial de cacau foi impulsionada pela demanda de seu produto final, o chocolate, que fica na ponta de sua cadeia produtiva, agregando valor ao processamento do cacau.

Vale ressaltar, que o processo de moagem na industrialização do cacau, não fica concentrado exclusivamente nos países produtores. Conforme Zugaib e Barreto (2015), as moagens mundiais de cacau em 2013/14 foram estimadas em 4,268 milhões de toneladas. Distribuídas entre países produtores e consumidores, sendo 45% das moagens foram processadas nos países produtores, 55% das moagens foram processadas em países consumidores.

Destas, 37% localizadas no continente europeu, 22% nos continentes americanos, 21% no continente asiático e Oceania e 20% no continente africano. Os principais países moageiros foram a Holanda e a Costa do Marfim com 12% de

participação relativa cada um, seguido dos Estados Unidos e Alemanha 10% cada, Indonésia com 8%, Brasil e Malásia 6% cada e Gana com (5%).

De acordo com a ICCO (2015), países especializados na indústria do chocolate e confeitos tiveram seu volume de vendas distribuídos no ano de 2015 da seguinte forma: Mars Inc no valor de US\$ 18,4 milhões e a Mondelez Internacional com US\$ 16,691 milhões, as empresas localizadas nos Estados Unidos; a Nestlé S.A com US\$ 11,041 milhões localizada na Suíça; a Ferrero Group de Luxemburgo e Itália venderam US\$ 9,757 milhões; e a Meiji Co Ltda com 8,461 milhões localizada no Japão.

De acordo Fountain et al (2015), economia cacauera mundial é composta por 5,5 milhões de pequenos agricultores, contendo apenas nove empresas que executam a moagem das amêndoas – fase precedente a fabricação do chocolate. Apesar de haver o processo inicial de industrialização do cacau, a moagem, nos países produtores, mesmo em volumes menores, a localização da produção de seu produto final fica mais próxima do mercado consumidor, que também representa uma fatia seleta do mercado, no qual está correlacionada com a renda *per capita* mais elevada

Conforme dados da International Cocoa Organization (2018), a produção mundial na safra 2016/17 foi estimada em 4,7 milhões de toneladas. A Costa do Marfim foi o maior produtor mundial produzindo cerca de 2 milhões de toneladas representando 42,5% da produção mundial. O Brasil ocupou a segunda posição na produção no continente americano ficando atrás apenas do Equador e sua posição no cenário mundial foi a sétima com uma participação de 3,7% da produção mundial em 2017. A produção brasileira, de acordo com as informações da Produção Agrícola Municipal do IBGE (2017), chegou a 235.809 toneladas, representando um aumento de 10,3% em relação ao ano de 2016 e inferior (-15,3%) ao ano de 2015, o qual representou sua maior produção desde 1998.

Um fator relevante sobre a produção mundial de cacau relaciona-se a sua volatilidade em relação a formação do preço que ocorre de forma exógena e os contratos futuros de cacau são negociados principalmente pela Bolsa de Mercadorias de Londres (LIFFE), pela Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque (NYMEX) e pela Bolsa de Mercadorias Intercontinental (ICE).

Os Mercados de Futuros descritos em Assaf Neto (2008), envolve uma operação com compromisso de compra e venda de determinado ativo em certa data futura, no caso a commodity cacau, logo sua formação de preço ocorre através das bolsas de valores que fixam valores limitados diariamente e permitem livre negociação dentro

deste limite, como o mercado fica altamente volátil, devido as grandes variações diárias dos preços acabam estimulando a entrada dos especuladores no mercado.

Desta forma, importa observar que a estrutura de mercado a qual o cacau está inserido se caracteriza por uma estrutura oligopsônica, onde um grupo de compradores da *commodity* compram grande parcela da produção dos produtores.

Para compreender o *Agribusiness* Internacional do Cacau, conforme Menezes e Carmo-Neto (1993), compararam a uma comunidade pequena, porém com uma superestrutura mais complexa entre as estruturas do comércio mundial de commodities. A superestrutura capitalista, complexa e muito sofisticada, de um lado composto por firmas multinacionais e do outro lado por estruturas de produção do lado da oferta fragilizadas.

As empresas multinacionais acabam controlando a exportação, a industrialização e processamento, bem como a distribuição mundial de cacau, criando pirâmides de poder com diversas informações sobre as safras, mecanismos e financiamentos de vendas, além da proteção por hedge nas Bolsas de Nova York e Londres, com controle de estoques.

Devido a composição dos elementos desta rede, o que confere poder as firmas o comércio mundial de cacau ocorre através das *holdings* da mesma empresa. Na realidade o grau de concentração de firmas do *agribusiness* cacau cresceu desde o final dos anos 80, influenciando de forma determinante nos preços internacionais, principalmente com as fusões(*mergers*), aquisições(*take-overs*) e associações, mostrando como a indústria de processamento de amêndoas e derivados e de chocolates adquiriram características de oligopsônios.

Para Zugaib e Barreto (2015), o mercado de futuros do cacau caracterizado por constantes oscilações de preço vem caracterizando a commodity cacau como uma das mais voláteis negociadas em Bolsa, somando sérias implicações para os produtores e consumidores.

Para entender um pouco sobre a volatilidade dos preços no mercado de cacau, conforme Mercados Agrícolas (2018), foi colocado as condições climáticas como desfavoráveis ao desenvolvimento da safra 2018/2019 associadas a uma demanda impulsionada pelo crescimento da renda nas principais regiões consumidoras, como Europa e América do Norte, conseqüentemente determinando uma expectativa de alta dos preços.

Como os preços do cacau dependem das condições relacionadas a oferta e a demanda, o ano de 2018 representou uma forte demanda impulsionada pelos baixos

preços e grandes margens de processamento na Europa e Estados Unidos, ou seja, um mercado totalmente dependente de maior estabilidade da economia internacional, onde qualquer tipo de mudança nesse cenário econômico, bem como condições climáticas nos países produtores acabam influenciando fortemente neste mercado.

Dados do Mercados Agrícolas (2019), confirmam a situação de forte demanda por amêndoas para processamento, principalmente para os países produtores da Ásia e África Ocidental, no caso das moagens marfinenses que atingiram 135 mil toneladas no último trimestre de 2018; ao tempo em que Gana tem realizado investimentos significativos para ampliação da capacidade.

De acordo SNA (2019), o nível de moagens pode ser acompanhado pela Figura 2 abaixo para os anos de 2017 e 2018:

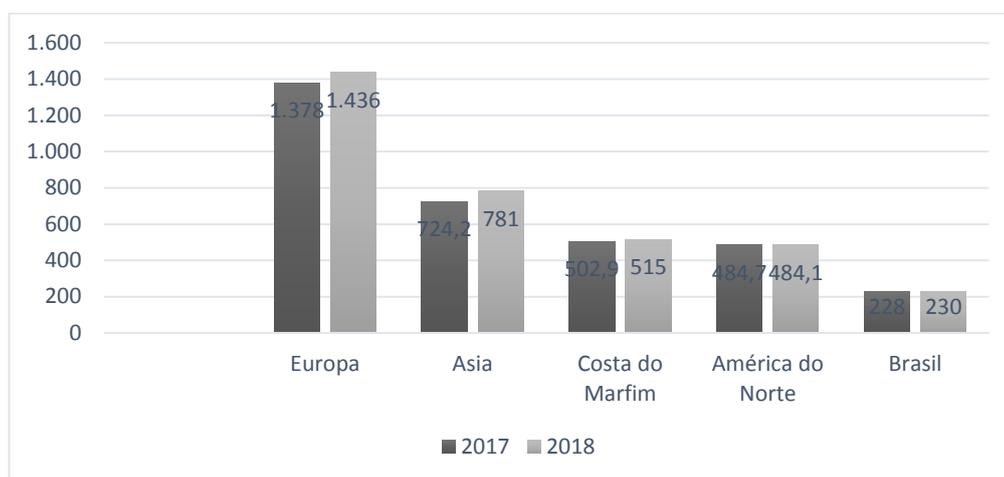


Figura 2-Moagens mundiais em milhões de toneladas ano de 2017 e 2018.

Fonte :Elaboração própria baseada em dados da ECA, CandyEUA, Associação de cacau da Ásia, INTL. FCStone,2019.

Consequentemente, a perspectiva de um balanço de oferta e demanda acirrado na safra 2018/2019 será reforçado pelo nível de processamento, pois compõe um indicativo mais relevante de demanda pela amêndoa, logo o nível de preços da commodity também sofrerá oscilações, conforme as situações expostas do mercado e sua volatilidade será o maior desafio para os países produtores de amêndoas de cacau.

De acordo Relatório INTL.FCStone (2019), a expectativa dos preços do cacau passaram a uma tendência de alta para o segundo trimestre de 2019 com uma cotação média semanal de US\$ 2.405/toneladas entre abril e junho, resultante de um aumento da demanda global associada a uma quebra da produção de Gana e o estabelecimento pelos governos da Costa do Marfim e Gana dos preços mínimos.

Conforme ainda com o relatório, os agentes do mercado passam a direcionar suas previsões as condições climáticas e produtividade diante das incertezas postas ao mercado ao final da safra internacional. Como a demanda global continua aquecida, principalmente para os mercados consumidores como a Europa que se enquadra na posição de maior demandante de amêndoa. Tais condições favorecem a volatilidade deste mercado, mas no contexto Brasil os fatores acabam estimulando positivamente para o aumento da produção com a finalidade de aumentar sua participação no mercado internacional.

3.2 A trajetória da economia cacaeira no Brasil.

A cacauicultura foi introduzida no Brasil oficialmente através da Carta Régia em 1679. Autorizou os colonizadores a cultivar o cacau em suas terras. Em meados do século XVIII, o cacau chegou ao sul da Bahia.

Apesar do cacau ter sua origem na região amazônica e ele foi intensamente cultivado no estado da Bahia, local no qual manteve centralizado o cultivo por longos períodos da história, pois as condições edafoclimáticas da região baiana possui características semelhantes com as condições da região amazônica, fato relevante para a propagação e sustentação desta cultura na Bahia.

Adonias Filho (1978) ao tratar da origem do cacau, destaca que as sementes do cacau pertenciam ao grupo Amelonado-Forastero, uma espécie conhecida de “Pará” e que um colono francês que cultivava o cacau no Pará, Luiz Frederico Werneau, trazendo plantas nativas do Pará as entregou a Antônio Dias Ribeiro, um explorador de cana-de-açúcar da região de Canavieiras, sendo o primeiro a plantar em sua fazenda Cubículo as margens do Rio Pardo, e logo em 1752 foram feitos plantios no município de Ilhéus, a princesinha do sul da Bahia, assim conhecida pelos livros do autor Jorge Amado.

No estado do Pará, o cultivo de cacau não foi tão explorado inicialmente, conforme Adonias Filho (1978). De acordo com Rosário et al (1978), o Pará em 1780 detinha uma produção de mais de 100 arrobas de cacau, evidenciando que o cultivo não se estabeleceu no mesmo período que a Bahia e foi caracterizada apenas como uma atividade extrativa.

O cultivo do cacau passou por uma trajetória chegando ao estado do Espírito Santo no ano de 1917, através de um baiano conhecido como Filogonio Peixoto, o “pai do cacau”, primeiramente cultivado no norte do estado na cidade de Linhares, conforme a série de reportagens do “Cacau 100 anos” realizada em 2017 pela TV Gazeta Norte do

estado do Espírito Santo em comemoração ao aniversário de 217 anos do município de Linhares principal produtor de cacau daquele estado.

O governado do estado do Espírito Santo incentivou o cultivo do cacau com o objetivo de diversificar a produção agrícola no estado através de doações de terras, principalmente pelo fato do setor cafeeiro em crise no pós primeira guerra mundial. Tal política refletiu um crescimento de 340 mil pés de cacau no estado.

Uma condição que também contribuiu para a projeção do estado do Espírito Santo no cenário nacional da cacauicultura foi o sucesso da Bahia na produção de cacau, estado vizinho. Desta forma, os estado da Bahia e do Espírito Santo foram responsáveis pelas principais produções nacionais de cacau no período.

Após alguns anos de ouro, segundo Miranda et al (1987), a economia cacauera passou a enfrentar crises que se tornaram cíclicas. Desde a década de 1940, os sinais de crise foram detectados, período marcado por estagnação da economia nacional, a partir disto, passando por diversos ciclos viciosos, problemas econômicos estruturais inerentes ao próprio cultivo.

O Brasil estava em um período de transição, muitos acontecimentos internacionais que acabaram influenciando a economia doméstica, tais como a Segunda Guerra Mundial, a Convenção de Bretton Woods e mudanças no Sistema Monetário Internacional.

A política externa brasileira em 1946 acabou criando uma situação de “ilusão de divisas” tratada por Vianna e Villela (2005), como agravante para a contração das exportações brasileiras no período de 1947 a 1950.

Como as reservas internacionais eram compostas na metade por ouro, consideradas reservas estratégicas e preservadas para emergências futuras, a outra metade era composta por libras esterlinas bloqueadas ou em moeda inconvertível, e apenas uma pequena parcela era composta por moeda convertível.

Deve-se salientar os conceitos sobre moedas convertíveis e inconvertíveis para entender a economia brasileira naquela época diante do sistema monetário vigente:

Moeda convertível seria moeda que, de acordo com os termos de sua emissão e durante a vigência do padrão-ouro ou do padrão-cambio-ouro, podia ser convertida, numa determinada cotação fixa, em ouro monetário ou em moedas fortes como o dólar e a libra. (SANDRONI,2004, p.406)

A Moeda inconvertível para Carneiro (2008):

A moeda é inconvertível se não possui aceitação no âmbito internacional ou, mais propriamente, quando não desempenha nesse plano nenhuma das funções clássicas da moeda: unidade de conta, meio de pagamento ou reserva de valor. Assim, por exemplo, não há cotações internacionais de mercadorias em moedas inconvertíveis, nem elas servem de moeda de denominação de

contratos mercantis ou financeiros. Muito menos, denominam ativos financeiros de reserva; privados ou de bancos centrais.

O Brasil nos anos de guerra possuía superávits comerciais no lado das moedas inconversíveis e acumulava déficits com os Estados Unidos e outros países de moeda forte, pois as moedas dos países europeus não eram conversíveis durante os primeiros anos do pós-guerra, logo suas reservas não poderiam ser utilizadas para cobrir os déficits com os Estados Unidos. (BAER,2002, p.71-72)

Ao final do período da Segunda Guerra Mundial todas as áreas produtoras de cacau no mundo, de acordo com o IICA(1982), sofreram bastante devido ao sensível decréscimo no consumo mundial provocado pelo fechamento dos principais mercados consumidores que estavam preocupados com a recuperação pós segunda guerra mundial e controlas crises econômicas internas.

Houve um controle da comercialização por parte dos países produtores, enquanto nos países consumidores como os Estados Unidos havia controle de preços e racionamento de consumo no Reino Unido.

Como o cacau, dada sua estrutura de mercado, commodity negociada em bolsa de valores, com o fechamento da Bolsa de Nova York por três anos durante a segunda guerra mundial, assim como a Bolsa de Londres, precisamente nos anos de 1940-1945, conforme IICA(1982). Logo, os preços internacionais despencaram e o setor deflagrou uma crise, a produção ficou estocada nos armazéns sofrendo deterioração dos insetos, mofo e roedores, conseqüentemente a qualidade do produto também ficou a desejar.

Conforme Vianna e Villela (2005), a política econômica do governo Dutra (1946-1951), marcada pela ortodoxia enfrentava o problema da inflação e diagnosticada como derivada pelo excesso de demanda agregada, ou seja, aumento do consumo dos agentes econômicos, culminando com o período da industrialização brasileira na década de 1950 baseada na substituição de importações, no qual havia uma necessidade de importação dos produtos essenciais para a manutenção de todo processo.

Como o câmbio ficou sobrevalorizado, principalmente na década de 1950 após segunda guerra mundial, Baer (2002), afirmou que o controle do câmbio foi uma das ferramentas básicas para a industrialização do país nos anos pós guerra.

A sobrevalorização deveu-se as próprias condições da guerra, consequência das medidas adotadas pelo governo para enfrentar as dificuldades do balanço de pagamentos, mas que gerou um aumento das importações favorecendo a criação de um complexo industrial brasileiro. (BAER,2002, P.72)

Vianna e Villela (2005) complementaram que a política do governo gerou um processo ativo de política de crédito para o setor industrial por parte do Banco do Brasil. Dito isto, a política agrícola na década de 1950 no Brasil, de acordo o IICA(1982), assim como em outros países da América Latina, foi relegada a segundo plano, baseado na ideia de que os problemas do subdesenvolvimento seriam corrigidos através da promoção do desenvolvimento da indústria.

A economia interna estava centrada no processo de industrialização, além de haver um entendimento tácito entre os políticos de que; “a exploração cacaueteira pertencia aos baianos e por eles devia ser conduzida e equacionada” (IICA,1982). Dessa forma, a cacauicultura não deveria expandir sua produção, pois dependia da demanda e das cotações do mercado externo.

Na década de 1950 a economia cacaueteira brasileira passava por dificuldades, devido à falta de tecnologias eficientes para agregar ao processo produtivo, não tinha crédito para investir e ampliar a produção, sem serviços de pesquisa e extensão, permanecia quase que de maneira extrativa, plantações com mais de cinquenta anos de idade, as lavouras novas com baixo rendimento, não tinha adubação, além da situação do confisco cambial com os Fundos de Ágios em 1953.

O confisco cambial foi uma situação vivida pelos produtores de cacau no ano de 1953 com a criação do Fundo dos Ágios, o qual onerava o setor cacaueteiro, já que as divisas geradas pela exportação de cacau sofriam reduções, ou seja, parte da receita auferida pelas exportações de cacau era apropriada pelo governo em moeda estrangeira.

A Instituição que representava a economia cacaueteira estava localizada no estado da Bahia, criada em 1931 o Instituto de Cacau da Bahia, mas não possuía representatividade, o setor parecia desorganizado politicamente, conforme o IICA (1982). Em torno de 97% da produção brasileira de cacau era exportada nos anos de 1950, logo como manter um nível de produção em um quadro latente de crise, se não tinha programas de crédito orientado? Os produtores não investiam em suas propriedades, além de desviarem os recursos, conseqüentemente a debacle do ano de 1956 foi um marco do auge da crise cacaueteira.

Para Costa (2006), havia a necessidade de uma política pública efetiva para regular o mercado de cacau, além de atribuir sustentabilidade e competitividade ao setor. No ano de 1956, um movimento, mesmo que desorganizado, levou o Governo Federal a intervir e reformular a estrutura institucional da produção cacaueteira.

Por tal iniciativa governamental, a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica Rural da Lavoura Cacaueteira foi criada em 1957 no estado da

Bahia, que de certa forma, representou toda a economia cacaueteira nacional, pois também atuou junto ao estado do Espírito Santo, mais tarde englobou outros estados produtores.

Neste contexto, o papel do Estado foi vital para dar continuidade a economia cacaueteira. Por isso, Pereira (2014), atribuiu ao Estado o papel de incentivador do desenvolvimento agropecuário fazendo de forma mais eficiente e com instrumentos adequados, ao mesmo tempo constituindo ferramentas necessárias à disposição do setor, formulando as ações básicas e estimulando o incremento de toda a cadeia produtiva primária, mas deixando a cargo da iniciativa privada o desenvolvimento de produção e comercialização presente em toda cadeia produtiva.

A CEPLAC foi criada no ano de 1957 vinculada ao Ministério da Fazenda, através do Decreto Federal nº 40.987, instituída pelo governo federal como um Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueteira, ligada a Carteira de Comercio Exterior do Banco do Brasil. (CEPLAC,2014)

Inicialmente foi um órgão de crédito, depois assumiu competências que favoreceram ao processo de desenvolvimento das regiões cacaueteiras, principalmente com a criação dos centros de pesquisas e estudos de extensão rural, transferindo todas as suas atividades para o Ministério da Agricultura e apoiando integralmente a cacauicultura.

Através da interação entre o Estado e os produtores a criação do órgão executivo pelo governo federal, a CEPLAC, foi um marco institucional relevante. Assim, se inicia a trajetória desta instituição tão vital para a reestruturação da economia cacaueteira nacional. Primeiramente criada no estado da Bahia, já que era a principal região produtora do país, tornou-se a solução para acabar com o problema de insolvência dos produtores.

Com a criação do seu Centro de Pesquisa e Departamento de Extensão, ao longo do tempo, cumpriu a tarefa de prestar todo tipo de assistência técnica e científica que a lavoura precisava para se modernizar, principalmente nas questões de adubação, técnicas produtivas que melhorassem a produtividade das lavouras.

Costa (2006), afirmou que a Comissão criada para a lavoura assumiu o papel de um governo paralelo, e com a modernização da cultura cacaueteira, o Brasil sempre conseguiu ficar entre os maiores países produtores e exportadores de cacau do mundo.

Na cidade de Linhares, no estado do Espírito Santo, conforme a série “Cacau 100 anos” (2017), os representantes políticos da região afirmavam que a CEPLAC foi o melhor prefeito da cidade, porque todo recurso captado através do imposto de

exportação do cacau voltava para a cidade através da infraestrutura formada, como construções de pontes, estradas, escolas, ginásios, hospitais, dentre outras coisas que fortaleceram o desenvolvimento.

De acordo IICA (1982) e CEPLAC (2007), a CEPLAC foi responsável pela criação dos Serviços Experimentais de Belém no Pará em 1965, no Amazonas em 1970 e em Rondônia no ano de 1971, porque antes do período de criação o sistema de produção predominante dos estados ocorria de modo extrativista. Nos Estados da Bahia e do Espírito Santo, já contavam com assistência técnica e havia influenciado no desenvolvimento dessas regiões.

Vale dizer, de acordo Lacerda(2010), que o período de expansão da cacauicultura coincidiu com o regime militar, no qual a economia alcançou seu auge com o chamado “Milagre econômico”, que aconteceu entre 1968-1973, apresentando um crescimento econômico elevado.

Conforme CEPLAC (2007), no ano de 1976 através do Plano de Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional -PROCACAU foi implantado um Departamento Especial da Amazônia com sede em Belém do Pará, mas abrangendo os estados produtores do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia.

A finalidade de expansão da cacauicultura nos estados do norte era de aumentar a área de cultivo, pois a Bahia e o Espírito Santo estavam com plantações decadentes e de baixa produtividade. Assim, a Amazônia foi contemplada com 170 mil hectares para a expansão, destacando o Pará com 50 mil hectares e Rondônia com 100 mil hectares a serem plantados.

Vale destacar um instrumento básico para a suplementação de crédito para a cacauicultura nacional, principalmente na Amazônia, o Fundo Suplementar de Expansão da cacauicultura (FUSEC), criado pelo Conselho Monetário Nacional conforme O IICA (1982), apoiando 46,5 % as operações de crédito no período de 1975-1980.O FUSEC foi decisivo para a implantação e fortalecimento do PROCACAU na região amazônica.

Desde a criação da CEPLAC o cenário passou a ser de expansão da produção de cacau em amêndoas no país através do aumento das áreas cultivadas em todo o território. Rosário et al (1978), destacou que o Brasil foi o segundo maior produtor do mundo e o cacau também foi um dos mais importantes produtos brasileiros da pauta de exportações, atribuindo relevância a cacauicultura baiana que detinha 375 mil hectares produzidos.

O destaque foi o ano de 1977 quando as exportações brasileiras de cacau, englobando amêndoas e derivados gerou um rendimento em torno de 800 milhões de dólares, conforme a Figura 3 abaixo, verifica-se a crescente produção de cacau que marcou a década de 1970, chegando acima das 300.000 toneladas de cacau em grãos.

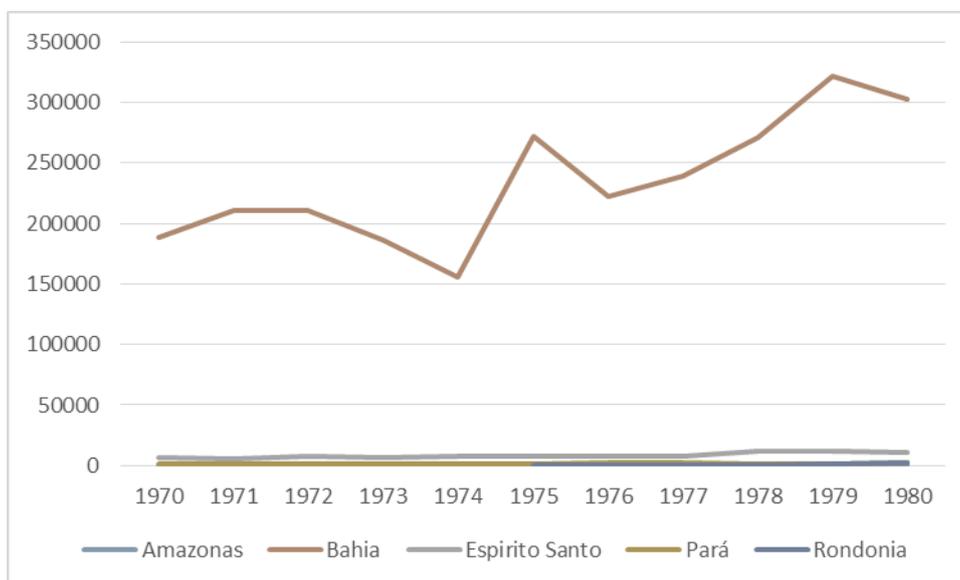


Figura 3-Produção nacional de cacau em toneladas no período de 1970-1980.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do IPEA, 2017.

Apesar de a economia cacaeira nacional apresentar bons números, o quadro econômico internacional passava por momentos de tensão, pois a primeira crise do petróleo em 1973 contribuiu para o crescimento dos juros internacionais, logo tensões inflacionárias internas aumentaram. De acordo a Figura 2, o ano de 1974 sofre com o reflexo da crise internacional, demonstrando queda da produção nacional. No ano de 1979 o setor foi acometido por outro choque do petróleo agravado por déficits nas transações correntes e déficits públicos recorrentes, assim o período de 1980 iniciou com queda na produção nacional.

Para Pereira (1996), o processo inflacionário interno estava relacionado com segundo choque do petróleo, com a elevação das taxas de juros internacionais, recessão nos Estados Unidos, suspensão de empréstimos para o Brasil, sucessivas quebras de safras agrícolas e déficits no balanço de pagamentos.

A década seguinte inaugurada parecia sombria, sob a égide de um governo militar, com políticas ortodoxas e ajustes recomendados pelo FMI, deflagrando recessão e desconfianças, principalmente no ambiente internacional vivendo a moratória mexicana de 1982. Nesse período, acontecem quedas reais do PIB brasileiro e passar chamar atenção o fenômeno do estagflação.

Apesar das turbulências, conforme o IICA (1982), entidades da Bahia, do Espírito Santo e da região Amazônica expressaram um significativo reconhecimento tácito da atuação da CEPLAC após 25 anos de existência, mesmo com todos os problemas provenientes da cultura cacaeira.

Na década de 1980, com 81,7% do total arrecadado da cota de contribuição cambial serviu para a recuperação da cacauicultura contribuindo para promover a expansão do cultivo para outras unidades da federação, diversificando e fortalecendo a infraestrutura das regiões produtoras.

Deve ser destacada a importância da cota de contribuição cambial para a economia cacaeira, criada em 1961 com o objetivo de constituir o Fundo de Defesa do Cacau, proporcionando ao setor uma arrecadação de recursos financeiros provenientes das exportações de cacau para a CEPLAC compor o fundo.

Segundo a Figura 4, a produção dos estados do Pará e de Rondônia passaram a crescer, tal expansão estava associado a atuação da CEPLAC na região após implantação do PROCACAU em 1976 apoiado pelo FUSEC criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1974. (IICA,1982)

A consequência desta atuação na Amazônia foi fundamental para as operações de crédito na região destinadas aos pequenos agricultores, contando com um apoio de 46,5 % das operações no ano de 1975-1980, refletindo mais tarde no aumento da produção percebida a partir do ano de 1985, deixando claro que uma ação coordenada entre o Estado e os entes envolvidos na produção nacional de cacau serviu para a formação de uma política pública relevante para o setor produtivo.

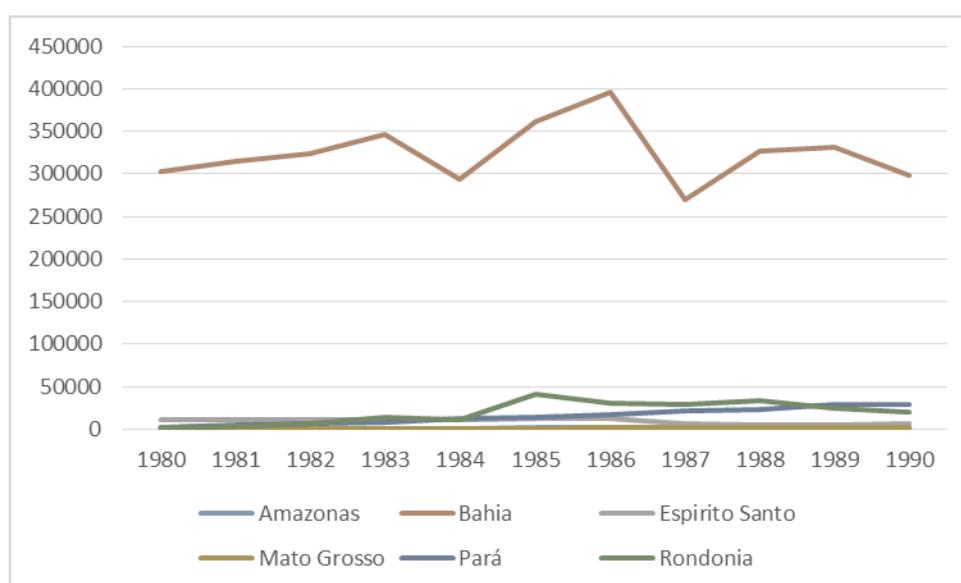


Figura 4-Produção nacional de cacau em toneladas período de 1980-1990.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do IPEA,2017.

Na economia interna, segundo Lopes e Conceição (2016), em 1985 o Brasil inaugurou uma nova fase democrática, mas devido ao forte descontrole inflacionário, a poupança pública ficou corroída em 1986 e na tentativa de ajuste foi implantado um plano de estabilização, o Plano Cruzado. Foram criados diversos planos de estabilização utilizando medidas como indexação da economia, congelamento de preços, dentre outras, mas não alcançaram seus objetivos e nem conseguiram manter um nível de inflação desejável. De fato, o relativo sucesso foi alcançado em 1994, quando foi estabelecido o Plano Real, com sua URV, que serviu para realinhar os preços relativos e apagar a memória inflacionária no povo brasileiro. Daí surge a nova moeda: o Real

Apesar disso, a economia cacauzeira dos anos de 1985-1986 teve um pico na produção nacional que alcançou um nível de produção próximo das 400.000 toneladas no estado da Bahia e o estado de Rondônia que chegou a produzir 40.460 toneladas, passando para o segundo maior produtor no ranking brasileiro, ultrapassando o estado do Espírito Santo, que configurou por muitos anos tal posição no cenário nacional.

Já no final da década mais precisamente o ano de 1989, conforme Castro (2005), uma nova economia internacional estava se formando, baseada no Consenso de Washington, a qual recomendava ao Brasil uma abertura comercial, tentativa de flexibilização das relações trabalhistas e na política monetária.

O neoliberalismo estava pressionando as mudanças institucionais necessárias para a estabilização da economia. Essa mudança da forma de intervenção do estado na economia. Deixava-se uma espécie de Estado empresário, onde o governo era proprietário de várias estatais, e passa-se a um Estado mais regulador. Por isso, surgem os processos de privatização e de concessão das estatais.

Essa mudança foi iniciada no governo Collor de Mello. Foi nesse governo que foi extinto o IAA e o IBC. O governo FHC que o sucedeu continua nessa linha de nova forma de intervenção do Estado, aprofundando o processo com criação das agências reguladoras (ANP, ANATEL, ANEEL etc), assim como com o estabelecimento do CADE. Era um forma indireta de ajudar o Plano Real (PRADO, 2011).

Como a economia cacauzeira baiana já apresentava sinais de crise desde 1987, considerando que de acordo com a SEI (2006), a seca de 1987 provocou uma queda acentuada na produção na zona cacauzeira, conseqüentemente na produção nacional e uma praga patógena altamente destrutiva conhecida como vassoura-de-bruxa acometeu a lavoura no ano de 1989.

O cenário de mudança ficou evidente na Figura 5 abaixo, inaugurando uma nova fase de crise do setor, mesmo a vassoura-de-bruxa chegando mais tarde a outros estados produtores, como o Espírito Santo no ano de 2001. Diferentemente, os estados da região amazônica passaram a aumentar a sua produção, mesmo em níveis ainda baixos, começaram aparecer no contexto da produção nacional.

A década de 1990 foi marcada por um novo padrão de desenvolvimento, reestruturação produtiva e administrativa, abertura comercial, políticas difusas, implantação do mais importante plano de estabilização da economia, o Plano Real e sua maturação ao longo da década.

Logo a economia cacaueteira, conforme Cuenca e Nazário (2004), também sofreu um processo de transformação saindo de uma condição de exportadora passando para importadora, estimulado pelo crescimento da demanda interna do produto versus crise patogênica da vassoura-de-bruxa, baixo nível de investimento e crédito voltado para a produção.

Para os autores, outros agravantes para a queda do setor ocorreu principalmente devido ao aumento da oferta internacional, ocasionada pelos países produtores da África ocidental e do sudeste Asiático, derrubando os preços internacionais do cacau, bem como desestimulando o setor produtivo interno, além da colocação complementar de Nascimento (2004), que identificou os anos de 1990 como um período de retração do crédito disponível ao agricultor, praticamente nulo.

Autores como Tavares (2014) e Costa et al (2009), interpretaram a situação atribuindo relevâncias as condições climáticas de má distribuição de chuvas entre 1992 e 1997 como preponderante ao cenário de recessão acrescidos da elevação dos custos com defensivos agrícolas importados, consequência direta na redução da produção nacional, outro fator preponderante foi a crise cambial deflagrada no ano de 1999.

Importa lembrar que no começo do referido ano o Brasil mudou o regime cambial, deixando as bandas cambiais, passando para o sistema *dirty floating*, ou flutuação suja na tradução literal. Essa mudança teve profundos impactos no mapa de exportação do agronegócio brasileiro, pouco registrado ainda.

Na figura 5 abaixo, percebeu-se uma queda acentuada da produção cacaueteira nacional a partir dos anos de 1990, produção reduzida mais da metade de seu nível inicial, principalmente no estado da Bahia, conhecido como o maior produtor nacional, mostrando a fragilidade e suscetibilidade a crises e iniciando os anos de 2000 com o cenário decadente e de destino duvidoso para todo o setor nacional.

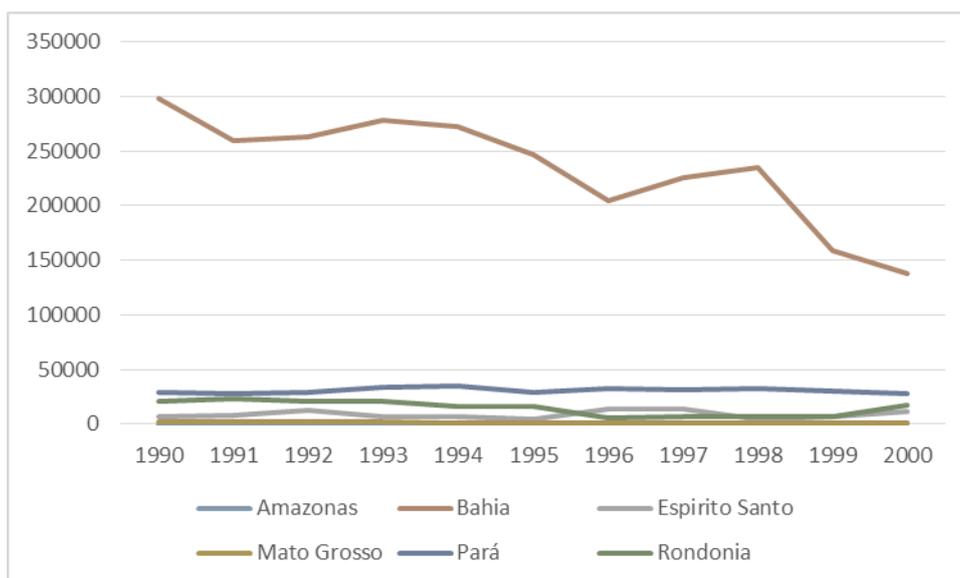


Figura 5-Produção nacional de cacau em toneladas no período 1990-2000.

Fonte: Elaboração própria baseado em dados do IPEA, 2017.

Apesar da queda da produção a Figura 4 mostra uma outra realidade, o crescimento sutil da produção em outros estados, principalmente o estado do Pará, passando a configurar um outro momento para o setor nacional que pode gerar alguma expectativa positiva para o setor, quando se trata de produção nacional. Atualmente o cenário brasileiro de produção do cacau é composto pelos estados do Amazonas, da Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Rondônia, nos quais a CEPLAC também se faz presente.

Vale dizer que a economia, de forma geral, segundo Goldfajn (2018), na década de 2000 foi marcada por acontecimentos positivos, como o *boom das commodities*, forte crescimento global com impactos para o Brasil, mas também crise financeira internacional, como a crise de 2008 nos Estados Unidos. Internamente houve o sucesso do tripé macroeconômico e reformas microeconômicas o que tornou a economia mais sólida.

Giambiagi (2005) ainda destacou que foi uma década, após a adoção do câmbio flutuante (*dirty floating*) para conter a vulnerabilidade das crises com transformações positivas, pois a apreciação da moeda brasileira atenuado pela alta das exportações e pela demanda dos mercados anteriormente deprimidos, como a Argentina e pela maior penetração em outros mercados, como a China acabaram estimulando a diminuição da relação dívida externa líquida/ exportações em 2004.

Mas no que se refere a economia cacauceira nacional após uma década de existência da *vassoura-de-bruxa*, bem como sua propagação para outros locais, a

lavoura inicia os anos de 2000 com fortes quedas na produção, podendo ser constatado conforme Figura 6 abaixo, devido a capacidade reduzida de investimento dos produtores, expresso pela relação endividamento e receita revertida negativamente.

Segundo a CEPLAC (2005), baseada no estudo de economistas da instituição, depois do cenário de queda da produção, devido as condições climáticas, o ataque da vassoura-de-bruxa e baixos preços os anos de 2000/2001 e a safra de 2005/2006, concluiu que haveria como manter o crescimento da produção de forma sustentável.

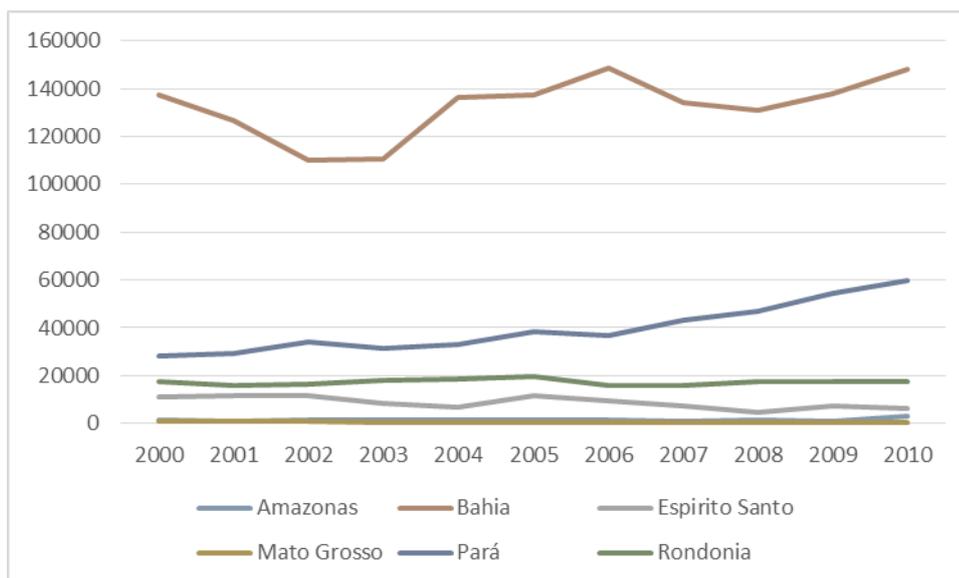


Figura 6-Produção nacional do cacau em toneladas período 2000-2010.

Fonte: Elaboração própria baseado em dados do IPEA,2010.

Os principais fatores, de acordo a CEPLAC (2005), que determinaram tal crescimento no período, foi o controle da vassoura-de-bruxa através das atividades de clonagem do cacau com a oferta de clones melhorados geneticamente como resultado do pacote tecnológico da CEPLAC com a seleção de novas variedades resistentes e produtivas as pragas.

Vale destacar que outras alternativas foram colocadas pela CEPLAC (2005) para o crescimento da produção, como o retorno dos a cacaucultores à atividade produtiva com técnicas mais aperfeiçoadas de gerenciamento das propriedades com uma visão empresarial do agronegócio, inclusive diversificação da produção.

Mas o papel preponderante do processo tecnológico feito pela instituição criou folego para as regiões produtoras nacionais, sendo preponderante para o retorno da atividade de forma mais sustentável em busca de um maior nível de crescimento da produção nacional.

A partir da análise da Figura 7 abaixo, os anos de 2010-2016 demonstraram um período de elevação produção, podendo estar vinculado através da atuação do pacote de melhoramento genético do cacau feito pela CEPLAC nas regiões produtores, como por fatores externos que acabam influenciando na produção nacional, como o nível de processamento das amêndoas pelas indústrias moageiras e chocolateiras do mundo.

No cenário nacional, dentre os estados produtores, atualmente o Pará tem certo destaque conjuntamente em relação ao estado da Bahia, pois possuindo características produtivas que proporcionam crescimento a sua produção, sendo uma condição promissora para a cacauicultura local, ficando mais evidente no ano de 2016, conforme Figura 7 abaixo.

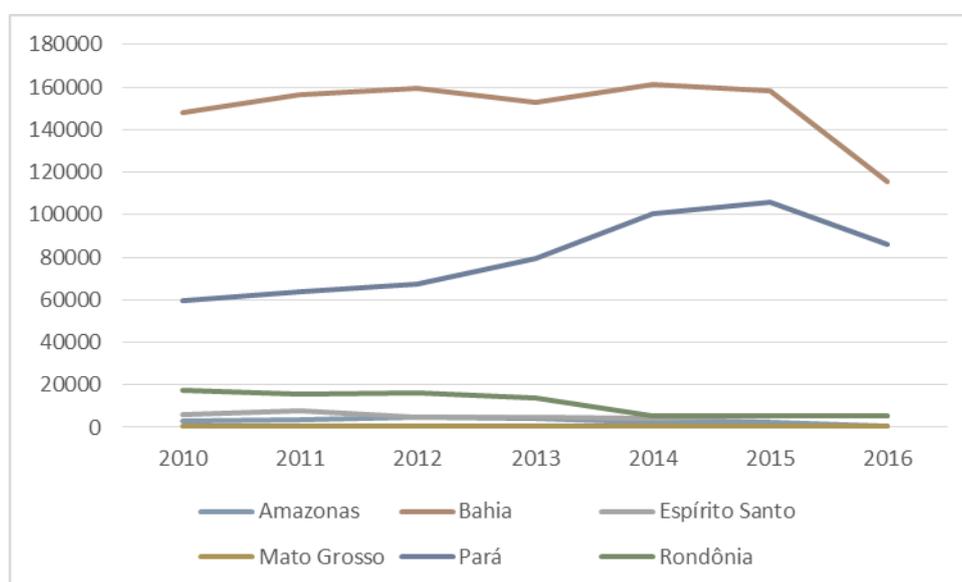


Figura 7-Produção nacional de cacau em toneladas período de 2010-2016.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Produção Agrícola Municipal, IBGE,2017.

A manutenção da cacauicultura nas regiões produtoras garante um nível de competitividade do agronegócio brasileiro através do crescimento da produção e do melhoramento da qualidade das amêndoas. Segundo as estimativas da ICCO (2012), mesmo com a recuperação da capacidade instaladas das indústrias moageiras do país, o processamento nacional foi bem abaixo dos anos de 1980, representando em níveis globais 6,1 %, devido ao recuo da produção nacional e aumento da safra africana e seu nível de processamento.

Para o setor, o maior desafio constitui acabar com a importação do cacau africano para melhor atender a indústria nacional, considerando que em 2017 foi importado 60 mil toneladas.

De acordo o Ministério da Agricultura, Pecuário e Abastecimento (2017), a melhora das condições depende do maior apoio aos cacauicultores, reestruturando a CEPLAC institucionalmente com investimentos por meio de crédito rural e medidas de incentivo para revitalizar a economia cacauieira no prazo de cinco anos, com a ampliação da produção nacional em torno de 300.000 mil toneladas anuais, com uma expectativa de aumento em 50 %.

Mendes (2011) afirma que a CEPLAC ao seguir sua principal missão de promover a competitividade e a sustentabilidade da cacauicultura nas regiões produtoras, vem incentivando o incremento de produtividade e expansão da área cultivada da produção, principalmente no estado do Pará, destacando que a vassoura-de-bruxa na Bahia acabou abrindo uma janela de oportunidade para o Pará com o objetivo de ser o maior produtor nacional.

Novas estratégias de produção e planejamento tornam-se necessárias para retomar um nível de produção desejável, o crescimento e a sustentabilidade da cadeia produtiva do cacau e do chocolate, conforme MAPA (2017), os estados da Bahia, Pará e Rondônia possuem o maior Banco Ativo de Germoplasma (BAC) do cacau no mundo composto por 70 mil plantas, configurando o mais importante do setor mantidos pela CEPLAC.

De acordo Juvenal Maynard, superintendente da CEPLAC apud MAPA (2017), o apoio a cacauicultura deverá manter a qualidade dessa produção, principalmente nos biomas Amazônico e da Mata Atlântica. O PIB da cadeia produtiva do cacau e do chocolate gerou em torno de R\$ 15 bilhões, contando com mais de 70 mil empregos diretos e 5.000 indiretos.

De acordo Adonias Filho (1978), a cadeia produtiva do cacau é importante para a economia nacional como um todo, principalmente pelo o que pode representar em termos de geração de empregos diretos e indiretos, contribuição para a balança comercial, participação no PIB e preservação ambiental.

3.3 A economia cacauieira na Bahia

A região cacauieira baiana ficou bastante conhecida através dos livros do autor baiano Jorge Amado, em seu livro “Gabriela Cravo e Canela”, onde sua história retratava a figura do coronel do cacau, das suas “jogadas” políticas para o fortalecimento daquela cultura na região.

Muito além da história, a região ficou bem conhecida pela sua economia rica e produtiva de cacau em grãos que internacionalmente destacava-se através da produção em grande escala do fruto, do qual se faz o chocolate, representando a maior produção de cacau do Brasil, conforme dados do IBGE (2016) e do Ipea (2010).

A zona cacauzeira baiana fica localizada em uma região com bastante vegetação e clima propício ao plantio, precisamente no bioma da Mata Atlântica, que de acordo o Ministério do Meio Ambiente (2019), a mata formada por florestas nativas e ecossistemas associados, possuindo cerca de vinte mil espécies vegetais, dentre endêmicas e as ameaçadas de extinção, chegando a ter uma riqueza em biodiversidade diante de outras regiões mundiais como a Europa e a América do Norte, confirmando a notabilidade de sua conservação.

Araújo et al (1998), expuseram a magnitude da Mata Atlântica para o sul da Bahia, individualmente a região cacauzeira representa uma perspectiva da diversidade biológica, alocando a região como uma das áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade global e reconhecidamente pelos ambientalistas como tal.

Na realidade, a cacauicultura na região acabou fortalecendo a cultura da preservação ambiental, conforme Sambuichi e Haridasan (2007), mesmo sob o sistema agroflorestal da cabruca, no qual grande parte das florestas nativas foram transformadas em plantações de cacau, apresentaram elevada propriedade para a renovação de espécies arbóreas.

Conforme Lobão (2007), o sistema de cabruca foi definido como agrossilvicultural de produção proporcionando benefícios nas silviculturais, agroecológicos e ambientais sob a égide do desenvolvimento sustentável. Ou seja, o cacau cabruca transformou os elementos da floresta em prol de um interesse econômico, mas implantado sob a proteção das árvores remanescentes descontinuamente e rodeada de vegetação natural com grande acerto ambiental, harmonizando as relações com o meio ambiente.

Para Smith et al (1996), os sistemas agroflorestais foram avaliados como possibilidade para os trópicos úmidos, já que apresentam uma estrutura semelhante a uma floresta inicial com forte presença da biodiversidade. Como o cacauzeiro é uma planta ombrófila, que segundo Araújo et al (1998) a sua condição de sobrevivência fica atrelada ao sombreamento, ou seja, desenvolvimento sob a sombra, a cabruca mantém o cacauzeiro sombreado por árvores nativas da Mata Atlântica, no qual 70% dos cacauais cultivados na Bahia estejam sob tal sistema.

O sistema de cabruca sobressai diante de outros sistemas para Lobão (2007), pois as qualidades conservacionistas vão desde manter o solo rico em material orgânico a manutenção da qualidade da água do sistema, bem como para o Ministério do Meio Ambiente (2019), ao afirmar que a Mata Atlântica possui uma relevância econômica sendo responsável por 80 % da produção econômica nacional quando se trata da mata em um contexto nacional que engloba dezessete estados.

Para Araújo et al (1998), havia uma preocupação em relação a crise da cacauicultura na região com a propagação da vassoura-de-bruxa a partir de 1989, já que detectaram como uma ameaça a preservação da Mata Atlântica, pois os cacauicultores poderiam explorar outras atividades de cunho mais impactante para a vegetação, como por exemplo, derrubadas de árvores nativas para a exploração madeireira, gerando consequências ambientais e econômicas para toda a região.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito a localização geográfica da região. Essa passou por transformações geográficas que podem refletir em sua realidade econômica atual. Conforme o IBGE (2015), a região era composta por 41 municípios, fazendo parte da mesorregião do sul baiano, que continha a microrregião de Valença, a microrregião de Porto Seguro e a microrregião Ilhéus- Itabuna, sendo a última a mais importante produtora de cacau no período analisado, comprovando que mesmo após a crise da vassoura-de-bruxa, diante dos contratemplos, a região sobressaiu na produção conforme constatado na Figura 8 abaixo.

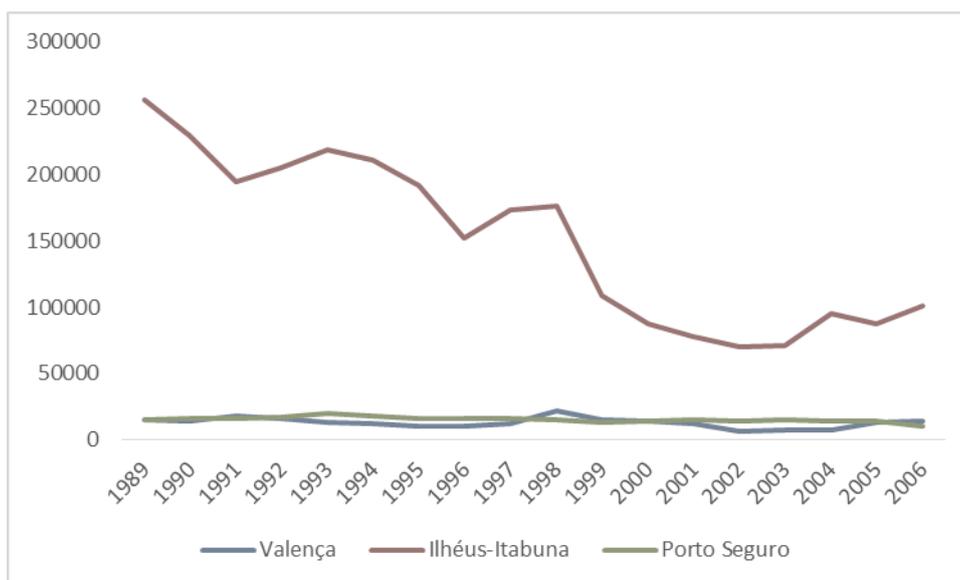


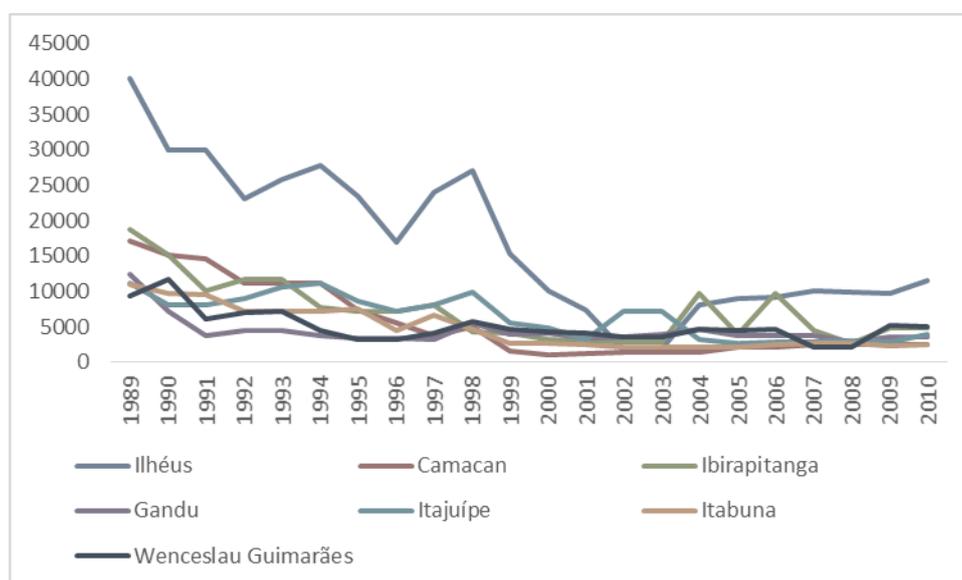
Figura 8-Produção de cacau em toneladas na mesorregião do sul baiano período de 1989-2010.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do IPEA (2011).

Mas atualmente o IBGE (2017), reformulou a Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas¹, diante desta modificação a zona cacaeira passou a figurar dentro da região geográfica intermediária Ilhéus-Itabuna composta por 51 municípios, mas subdividida em 4 regiões geográficas imediatas: Ilhéus-Itabuna (22 municípios); Teixeira de Freitas (13 municípios); Eunápolis-Porto Seguro (8 municípios) e Camacan (8 municípios).

Apesar das mudanças, a região que continua a ter destaque é a região geográfica imediata de Ilhéus-Itabuna. Neste contexto Bastos (2018), confirma a potencialidade da economia cacaeira baiana, onde destaca que o Brasil é um dos únicos países do mundo em reunir a cadeia produtiva do cacau-chocolate (em um único território, corroborando para o município de Ilhéus como o maior produtor, além de concentrador dos processos de industrialização e comercialização). Dessa forma, o município ficou dependente da cultura cacaeira.

Na Figura 9 constatou tal supremacia do município de Ilhéus na produção de cacau no período de 1989 a 2010, seguido ora pelo município de Ibirapitanga ora pelo município de Camacan.



¹ As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros. As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais (REGIÕES..., 2008)8. Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE,2017,p.2)

Figura 9-Produção de cacau em toneladas nos municípios baianos período de 1989-2010.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do IPEA (2010).

Adonias Filho (1978) ressaltou que a indústria moageira da Bahia foi implantada nos anos 60 e 70 no município de Ilhéus, tal fato acabou influenciando no resultado da produção do fruto na região ficando entre os quatro maiores do mundo. Naquele momento, o Brasil deixou de ser apenas exportador de matéria-prima e passou a fornecer produtos de cacau para as principais indústrias chocolateiras do mundo, localizadas nos Estados Unidos e União Europeia, além de atender a indústria nacional.

Conforme Ilhéus (2016), a década de 70 foi bastante expressiva para o município, já que a implantação do Distrito Industrial do Iguape ocorreu no ano de 1974, já contando desde 1971 com uma estrutura portuária relevante para a exportação do cacau brasileiro em Ilhéus.

Menezes e Carmo- Neto (1993) afirmou que com o processamento das amêndoas, o valor adicionado nas exportações seria vantajoso para o Brasil através do aumento do seu parque industrial, exportando além das amêndoas, líquido ou pasta, manteiga, torta e pó.

As principais indústrias moageiras instaladas na Bahia foram: Barreto de Araújo Produtos de Cacau S.A; Berkau S.A.Com. e Indústria; Itaísa (Itabuna Ind.S.A); Nestlé (Coprodal); Multinacionais como a *Adm Joanes* foi instalada em 1979; *Cargill* inaugurada em 1980; a *Chadler Industrial da Bahia* ;e mais tarde a *Barry Callebaut* sediada em 1999 no pólo moageiro baiano.

O processamento baiano chegou a 260 mil toneladas no ano de 1990/1991 de acordo Menezes e Carmo-Neto (1993), representando mais de 10% do processamento mundial, mas com a crise latente da vassoura-de-bruxa, o parque industrial de processamento de cacau entrou em ociosidade elevando iminentemente seus custos frente a outros países moageiros.

Assim como a moagem, a produção regional do ano de 1991 sofrendo as consequências da crise cacauzeira, conforme IPEA (2010), inaugurou com uma queda de 34,28 % da produção em relação ao ano de 1986, ano recorde da produção baiana.

Nascimento (1994) afirmou que nos anos de 1990 a crise foi mais profunda, chegando a zerar a oferta de crédito agrícola, como a lavoura cacauzeira sempre teve crédito em abundância, com o declínio substancial da oferta de crédito o impacto foi

negativo para a agricultura, que se retroalimentava de recursos de terceiros, além de fatores climáticos e ambientais já citados.

A década de 90 exigiu transformações que de acordo Araújo et al (1998) atribuiu solução econômica em torno de alternativas que pudessem gerar renda e emprego como outrora foi na economia cacaeira. Todo o desencadeamento das décadas anteriores acabou refletindo mal nos anos seguintes, logo a economia cacaeira baiana passou a produzir em níveis mais baixos o cacau em grãos, como mostra a Figura 10 abaixo.

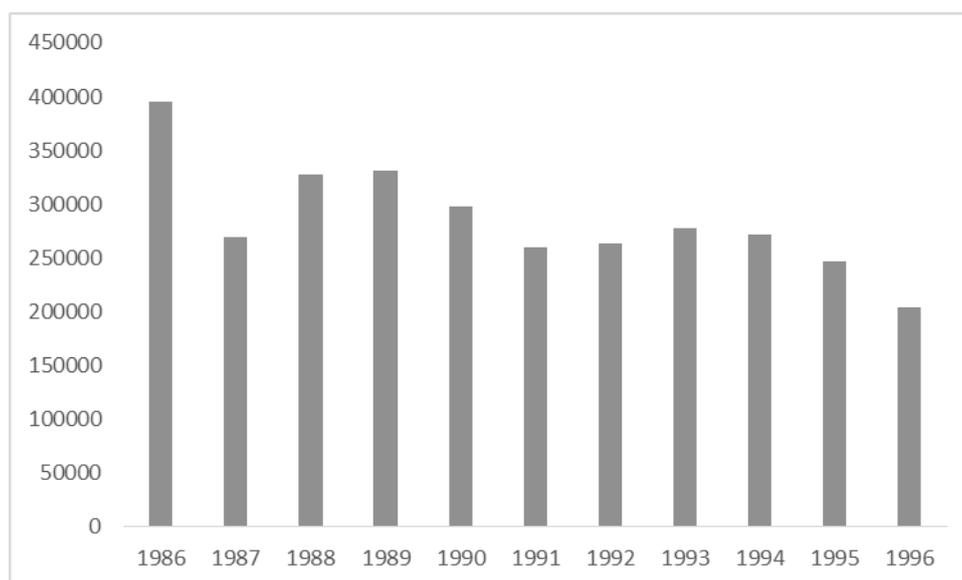


Figura 10-Produção de cacau em grãos no estado da Bahia 1986-1996.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Produção Agrícola Municipal IBGE (2016).

Como já foi exposto acima, a análise dos dados para o Censo Agropecuário de 1995 considerou a antiga divisão geográfica, assim conforme o IBGE (1995-1996) a Bahia saiu de um patamar de produção em torno de 395.486 toneladas em 1986 para 204.168 toneladas em 1996, mas vale citar que o volume da produção no ano de 1995 gerou ganhos em torno de R\$184.996.849,5 milhões para região cacaeira com 434.155.742 unidades de pés colhidos.

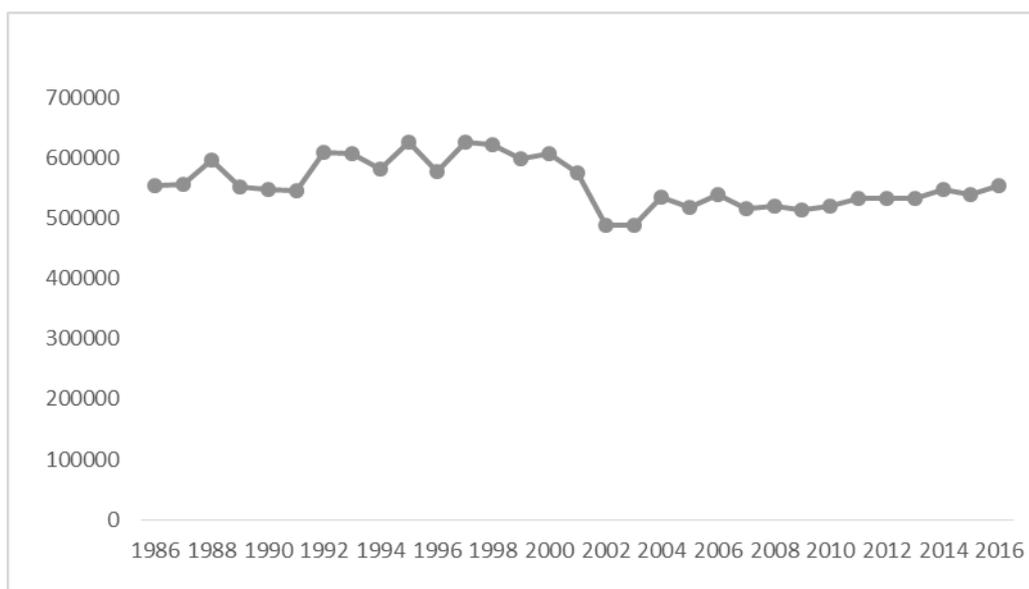


Figura 11-Área colhida de cacau em hectares no estado da Bahia 1986-2016.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Produção Agrícola Municipal IBGE (2016).

Apesar de manter a área destinada a colheita estável na trajetória de trinta anos como a Figura 11 apresenta, a Bahia detinha em média de 46,32% da área total nacional destinada a colheita.

O Censo agropecuário de 1995-1996 mostrou uma realidade sobre a propriedade da terra, pois os cultivos do cacau ocorriam principalmente em propriedades com 20 hectares até 500 hectares, conforme Tabela 2 abaixo:

Tabela 2-Produção de cacau em toneladas por grupos de área (hectares) no ano de 1995-1996.

Área (hectares)	Quantidade produzida
Menos de 1 há	353
1 a menos de 2 há	1145
2 a menos de 5 há	6501
5 a menos de 10 há	10394
10 a menos de 20 há	19198
20 a menos de 50 há	44909
50 a menos de 100 há	42424
100 a menos de 200 há	38750
200 a menos de 500 há	35287
500 a menos de 1.000 há	12011
1.000 a menos de 2.000 há	3024
2.000 a menos de 5.000 há	1445
5.000 a menos de 10.000 há	44
Total	215486

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do Censo agropecuário de 1995 -1996, IBGE.

As propriedades de 20 a 500 hectares produziram 161.370 toneladas de amêndoas de cacau de um total de 215.486 toneladas produzidas no estado da Bahia. A microrregião de Ilhéus-Itabuna produziu 70,15 % das amêndoas e as propriedades entre 20 e 500 hectares produziram conjuntamente 79,85% da produção total da microrregião.

A produção de acordo o Censo Agropecuário de 1995-1996, respeitando as condições do produtor em relação às terras, eram produzidas em torno de 98,38% por proprietários e o restante dividido entre arrendatários, parceiros e ocupantes da terra na Bahia, bem como a microrregião de Ilhéus-Itabuna seguiu a tendência com 98,86% da produção realizada por proprietários da terra.

A economia cacauceira baiana na segunda metade da década de 90 começou a apresentar queda de produção, principalmente a partir de 1999 situação mais preocupante, conforme Figura 12.

As áreas de cultivos diminuíram, conforme dados do IBGE (2010), confirmando para o ano de 2003 uma produção de 110.205 toneladas de grãos de cacau.

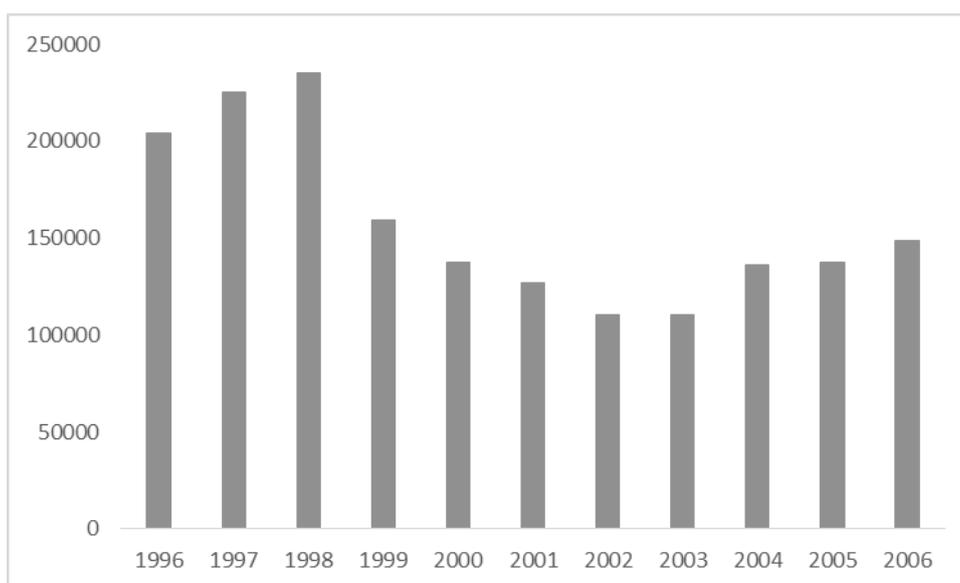


Figura 12-Produção de cacau em grãos no estado da Bahia 1996-2006.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Produção Agrícola Municipal IBGE (2016).

Diante do contexto de crise, a CEPLAC passou a investir mais em assistência técnica aos produtores da região e desenvolver pesquisas de extensão. A partir de 1997, segundo Sodr e e Marrocos (2009), a CEPLAC passou a formar jardins clonais com o objetivo de fomentar a distribui o dos primeiros clones e intensificou sua produ o em larga escala no estado da Bahia

Um clone, segundo Sodré e Marrocos (2009) seria uma planta geneticamente igual àquela que lhe originou, fazendo uma variedade clonal um material homogêneo. E por iniciativa do governo do estado da Bahia, foi criado o Instituto de Biofábrica de Cacau (IBC) em 1999 como uma organização social com o objetivo de produzir mudas de clones de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa para a comercialização com preços subsidiados.

Dias et al (2008), cita outra ação relevante no contexto da cacauicultura baiana no período: A Rede Genômica no estado da Bahia. O projeto, iniciado em 2000, com o objetivo de traçar estratégia para a criação dos clones resistentes à vassoura-de-bruxa, formalizado por um Protocolo de Intenções entre a Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia (SEAGRI), a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEM), a UNICAMP (como coordenadora), com a interveniência do Fundo Baiano de Defesa da Cacauicultura (FUNDECAU).

Em 2001, as Redes Regionais de Estudos Genômicos do Ministério da Ciência e Tecnologia/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MCT/CNPq), incluíram no projeto as Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Católica do Salvador (UCSal).

Para o MDA (2017), a safra de cacau baiano caiu de 1990 até 2000 em termos percentuais em torno de 72,47%. Foi através da ação CEPLAC e de outras Instituições já citadas acima, que no tocante ao processo de inovação tecnológica com a criação de clones resistentes à vassoura-de-bruxa foi essencial para conter a agressividade da praga e evitar maiores perdas para os agricultores.

Ao observar a Figura 12, notou-se que o intervalo entre os anos de 2000 a 2003 houve queda expressiva da produção, propriamente no período de implantação dos projetos relativos ao processo de melhoramento genético dos cacauais, pois deve ser considerado o período de maturação e produção do cacaueteiro, que leva em média 3 anos para produzir. Em 2004, a produção passou a crescer exatamente no momento após implantação dos projetos de clonagem.

Assim, considerando o Censo Agropecuário de 2006, a produção de cacau foi em torno de 149.799 toneladas, representando uma taxa de crescimento anual negativo de - 3,25% em relação a produção de 1995.

Vale observar que houve um crescimento da produção por parte do parceiro agrícola, conforme o Censo Agropecuário de 2006, que foi de 3,05 % da produção total,

saindo dos 0,81 % de participação no ano de 1995-1996. A realidade da região no período de 2000 a 2006 configurou outra realidade de outrora, o que certa forma contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar na região cacauceira baiana.

Outro fato relevante foi a composição das propriedades rurais. As propriedades que mais produziram pertenciam a uma grupo de área de 2 a menos de 200 hectares, segundo a Tabela 3 abaixo, considerando os dados do Censo Agropecuário de 2006, percebendo uma mudança na composição da propriedade rural na Bahia.

O Censo Agropecuário de 2006, apresentou uma produção nacional de cacau concentrada em propriedades com área total inferior a 50 hectares, sendo 59,42 % do total, na Bahia 56,48% das propriedades estavam enquadradas nesse contexto, conforme Tabela 3 abaixo.

Analisando os dados da Tabela 3, o percentual da faixa de 2 hectares a menos 5 hectares cresceu no estado da Bahia, passando de 3.02% em 1995 para 9,44% em 2006. Crescendo também a faixa de 10 hectares a menos de 20 hectares, partindo em 1995 de 8,91% para 14,07 %.

Tal situação, demonstra como a crise da vassoura-de-bruxa influenciou na composição da terra na região cacauceira, já que os proprietários ficaram endividados, fazendas abandonadas por dívidas, outras formas de organização foram expressivas, corroborando com o aumento da parceria agrícola no ano de 2006.

Além disso, 39,4% da produção brasileira de cacau era proveniente da agricultura familiar, sendo que na Bahia, a produção chegou a 32,7%, demonstrando uma relação direta entre o fortalecimento da agricultura familiar e a composição da área da propriedade rural.

Tabela 3-Produção de cacau em percentual por grupos de área em hectares nos anos de 1995 e 2006.

Grupos de área	1995-1996		2006	
	Brasil (%)	Bahia (%)	Brasil (%)	Bahia (%)
Maior de 0 a menos de 1 ha	0.18	0.16	4.03	3.3
De 1 a menos de 2 ha	0.52	0.53	4.04	3.54
De 2 a menos de 5 ha	2.89	3.02	11.63	9.44
De 5 a menos de 10 ha	4.66	4.82	11.14	9.74
De 10 a menos de 20 ha	8.43	8.91	14.61	14.07
De 20 a menos de 50 ha	19.67	20.84	22.04	23.23
De 50 a menos de 100 ha	19.63	19.69	12.43	13.42
De 100 a menos de 200 ha	19.43	17.99	12.53	14.83
De 200 a menos de 500 ha	16.58	16.37	5.33	5.69
De 500 ha e mais	8.01	7.67	2.22	2.74
Total	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria baseada em dados dos Censos Agropecuários 1995-1996 e do ano de 2006, IBGE.

Vale dizer, que conforme o Censo Agropecuário de 2006, poucos estabelecimentos agropecuários receberam orientação técnica, apenas 7.131 unidades tiveram assistência e 50.115 estabelecimentos não receberam.

A região mesmo com um aumento de produção em 2006 após a crise da vassoura-de-bruxa mostrou-se necessárias transformações que exigiam sinergia entre os setores envolvidos e mudanças na estrutura existente.

Conforme AIPC (2018), o Brasil continuou a importando cacau, sendo 65.445 toneladas em 2006 para complementar junto a produção nacional e suprir a necessidade para atender a sua capacidade instalada, já que conta com um parque industrial moageiro local, que conforme a AIPC (2017), são quatro fábricas instaladas, sendo três em Ilhéus e uma em Itabuna.

O processo de clonagem suavemente começou a ter resultados, e a produção baiana de acordo o IBGE (2010), registrou um valor de 148.254 toneladas em grãos de cacau em 2010.

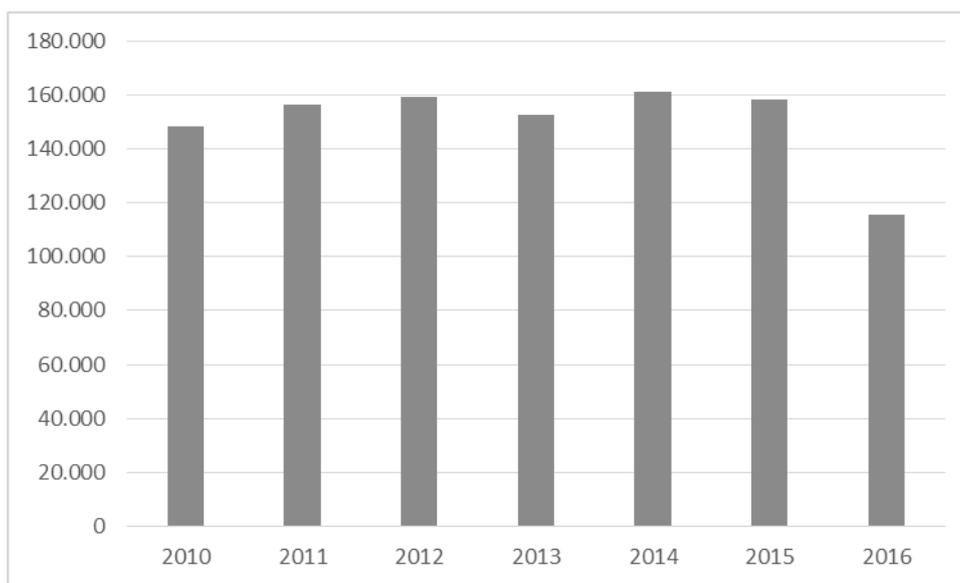


Figura 13-Produção de cacau em grãos no estado da Bahia 2010-2016.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Produção Agrícola Municipal IBGE (2016).

Rocha(2008) afirmou que a prática da clonagem gerou um sentimento otimista na região reconhecendo a prática como uma boa alternativa para a recuperação da lavoura cacauífera. A figura 13 acima demonstra tal realidade com uma projeção positiva e equilibrada da produção no estado até o ano de 2016 com uma diminuição em relação aos anos anteriores da década analisada.

Dados do IBGE(2016) confirmam que em relação a 2006 a produção do ano de 2014 cresceu em torno de 7,69%, já em 2016 a produção sofreu uma queda alcançando um patamar de produção de 115.756 toneladas, o menor do período. De acordo AIPC (2017), a queda da produção baiana foi ocasionada por uma crise hídrica com períodos de estiagem, consequentemente o nível de importação cresceu saindo de 11.021 toneladas em 2015 para 57.507 toneladas em 2016.

Atualmente a economia cacaeira baiana apresenta uma queda na produção quando comparado ao seu período de ouro, como nas décadas de 70 e 80, antes do processo da crise da vassoura-de-bruxa. Consequentemente, o rendimento por hectare sofreu retração quando analisado desde 1986 até 2016, conforme Figura 14 abaixo:

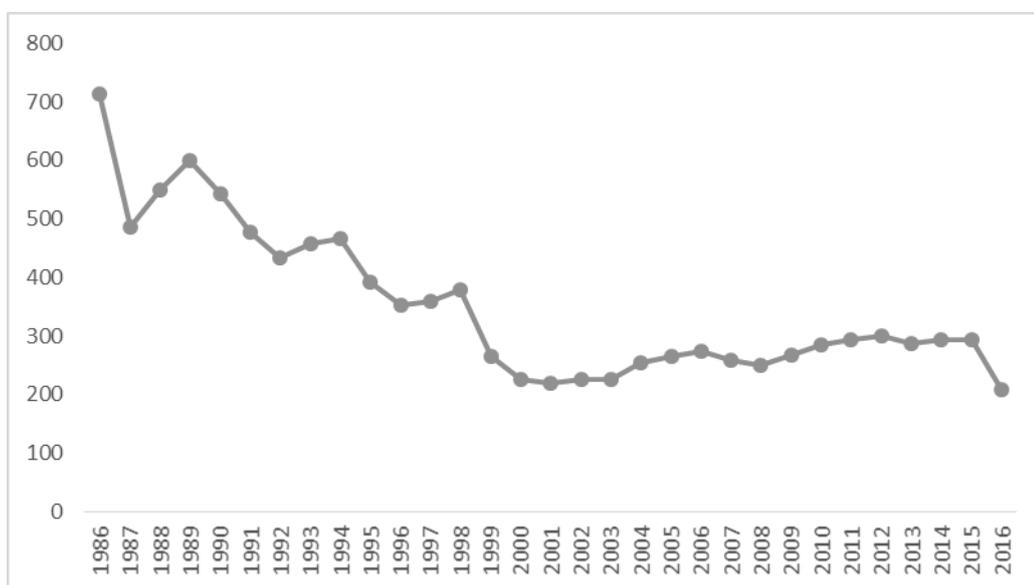


Figura 14-Rendimento de quilograma por hectare 1986-2016.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Produção Agrícola Municipal IBGE (2016).

Em 1986, o rendimento médio foi de 713kg/hectares passando para 209kg/hectares no ano de 2016, caracterizando uma trajetória descendente ao analisar o rendimento, apesar de manter um nível de área destinada a colheita praticamente inalterada durante o período analisado, conforme Figura 15:

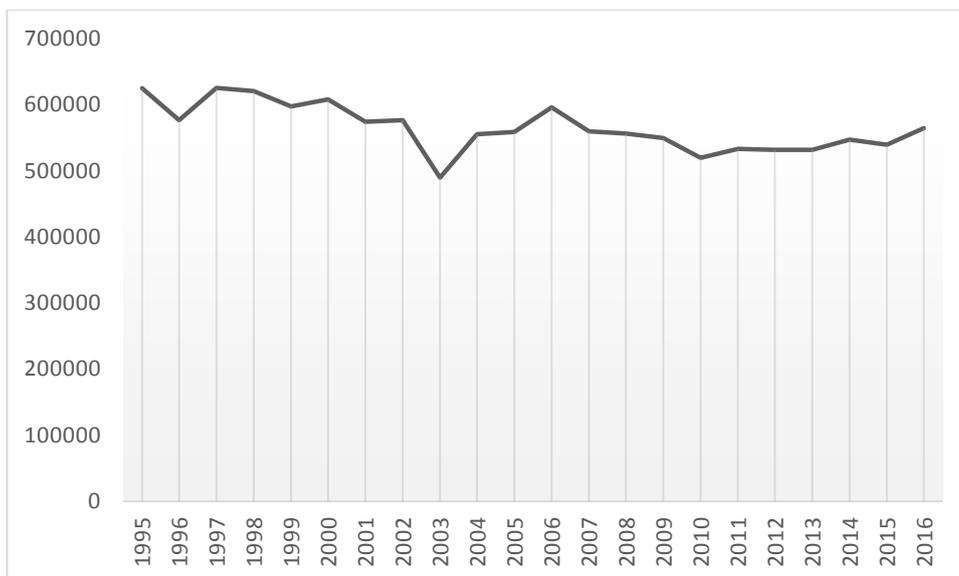


Figura 15-Área destinada a colheita em hectares 1995-2016.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Produção Agrícola Municipal IBGE (2016).

A economia cacaeira baiana inaugura uma nova trajetória na região, assim analisar os fatores condicionantes desta realidade torna-se vital para a transformação de uma realidade principalmente para uma economia relevante para o avanço da região baiana e responsável pela formação e transformação da infraestrutura regional.

3.4 A economia cacaeira no Pará

A cacauicultura paraense se desenvolveu no maior bioma brasileiro, a Amazônia, que de acordo o MMA (2019), é composto por um verde e um vasto mundo de águas e florestas com copas de árvores imensas, no qual um terço das espécies da terra habitam e vivem na região, apesar de tanta riqueza natural a região amazônica contrasta com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, favorecendo estrategicamente ao desenvolvimento da região de maneira sustentável.

Apesar do fruto originário da região amazônica, o cacau, somente passou a ter relevância econômica após a implantação da SEBE- Serviços Experimentais de Belém em 1965, conforme CEPLAC (2009) com o objetivo de suprir a necessidade de material genético em variedades de cacauzeiros nativos, sementes, mas o fato que promoveu a expansão da cacauicultura no estado do Pará foi a criação do PROCACAU em 1976 e da CEPLAC com uma prospecção de aumento de área cultivada em 50 mil hectares.

Conforme Mendes (2009), as regiões produtoras do Pará são: Polo Cacauzeiro da Transamazônica, Cacau do Médio Amazonas e de Bragantina. A região da

Transamazônica composta pelos municípios de Pacajá, Anapu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará e que concentra a maior produção estadual.

Os outros polos são do Médio Amazonas composto pelos municípios de Santarém, Alenquer, Monte Alegre, Rurópolis, Itaituba, Trairão e Placas; e o polo cacauero de Bragantina, formado pelos municípios de Santa Isabel do Pará, Castanhal, Tomé-Açu, Acará, Cametá, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru, Novo Repartimento, Tucumã e São Felix do Xingu.

A região Transamazônica possui condições edafoclimáticas favoráveis ao cultivo do cacau com uma estação seca bem definida e uma fertilidade natural dos solos elevada. Conforme Mascarenhas (1997), com uma estação seca bem definida inibe a disseminação da vassoura-de-bruxa causada pelo fungo *Crinipellis pernicioso*.

Outro fato relevante da produção na Amazônia conforme Mendes (2005), acaba favorecendo a produção da amêndoa de alta qualidade devido ao teor de gordura e ponto de fusão que corresponde aos padrões dos mercados internacionais, atendendo a um padrão da indústria chocolateira ou seja, mais competitiva em relação as amêndoas produzidas em outras regiões.

A cacauicultura paraense, conforme Mendes (2011) é explorada basicamente por pequenos produtores em solos de média a alta fertilidade, colocando-a na posição mais competitiva do mundo. Possui o mesmo sistema produtivo da Bahia, baseada em características de preservação em sistemas agroflorestais, assim a cacauicultura tornou-se uma alternativa agrícola sustentável, principalmente pela sua localização na reserva legal² na Amazônia.

Segundo Arero (2004), a cacauicultura vai além dos aspectos econômicos, pois o seu valor amparado na sustentabilidade, deixa os solos protegidos dos processos de erosão e de lixiviação, mantendo seu solo nutritivo protegendo o meio ambiente e Mendes (2005) completa ao afirmar que a cultura cacauera possui as menores taxas de desmatamento diante de outras atividades agrícolas praticadas no estado.

Devido ao baixo custo de produção, estruturada em pequenas propriedades com bastante conservação ambiental e alta produtividade, Nogueira (2000) atribuiu as

²De acordo com a Lei 12.651/2012, todo imóvel rural deve manter uma área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal. Trata-se de área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa. Sua dimensão mínima em termos percentuais relativos à área do imóvel é dependente de sua localização. (CÓDIGO FLORESTAL,2012).

condições fitossanitárias das plantas e as condições edafoclimáticas ao aumento da produção e do rendimento médio na região Transamazônica, chegando a 890kg/hectares no município de Medicilândia, maior produtor do estado e da região em toda trajetória analisada do estudo e conforme dados do IBGE (2016).

Mendes (2011) afirmou que a CEPLAC incrementou a produtividade e expansão da área cultivada, além de destacar a vassoura-de-bruxa na Bahia como uma janela de oportunidade para o Pará com o objetivo de ser o maior produtor nacional.

De acordo IBGE (2016), o Pará produzia 980 toneladas no ano de 1974 e em 1984 a produção estava em torno de 11.990 toneladas, com uma taxa média de crescimento anual de 37,31%. No final da década de 1980, a produção mais que dobrou, mais precisamente no ano de 1989, enquanto a vassoura-de-bruxa no estado da Bahia reduziu drasticamente a produção, e através da Figura 16 abaixo se observou uma tendência de crescimento da produção estadual de maneira geral.

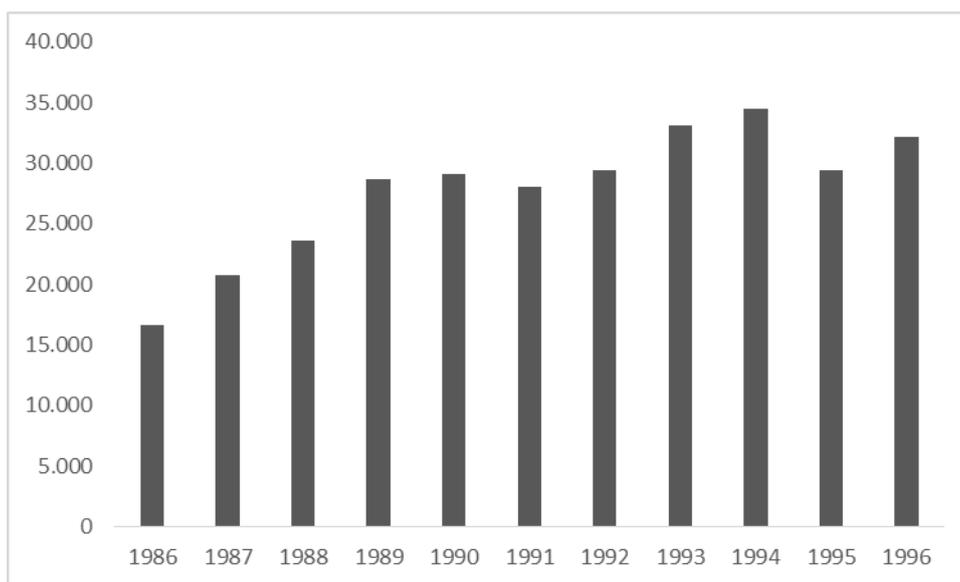


Figura 16-Produção do estado do Pará no período 1986-1996.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Produção Agrícola Municipal IBGE (2016).

A partir desta trajetória o estado do Pará buscou uma elevação da produção que pôde ser detectada através do Censo agropecuário de 1995-1996, onde as propriedades foram administradas em sua maioria pelos proprietários, com uma área colhida em torno de 48.158 hectares de 53.658 de área total cultivada, uma produção de 32.171 toneladas concentrada em uma área que variou entre 50 hectares e menos de 200 hectares, com destaque para a região da Transamazônica que deteve 68,68 % da produção, puxado

pelo seu maior produtor, o município de Medicilândia seguido pelos municípios de Uruará, Pacajá, Altamira e Brasil Novo respectivamente.

Entre os anos de 1994 a 2000 houve um investimento em expansão da cacauicultura no estado do Pará em torno de R\$ 110 milhões através de recursos de Financiamento Constitucional do Norte (FNO) formado por uma parceria entre o Banco da Amazônia e a Superintendência da Amazônia Oriental na CEPLAC.

No período de 1996 a 2006 o crescimento da produção estadual seguiu uma tendência constante de crescimento por conta da expansão das áreas cultivadas. Conforme IBGE (2006), a produção paraense no ano de 2006 foi de 36.595 toneladas representando uma taxa de crescimento médio anual de 1,67 % em relação 1996, podendo ser visto na Figura 17 abaixo, desta forma manteve-se na segunda posição do ranking nacional conquistada desde 1984.

A área destinada a colheita segundo Censo Agropecuário 2006 foi de 57.533 hectares e uma área colhida de 57.462 hectares, ou seja, 99,87% de aproveitamento e um rendimento médio de 636 kg/hectares bastante superior ao principal produtor nacional.

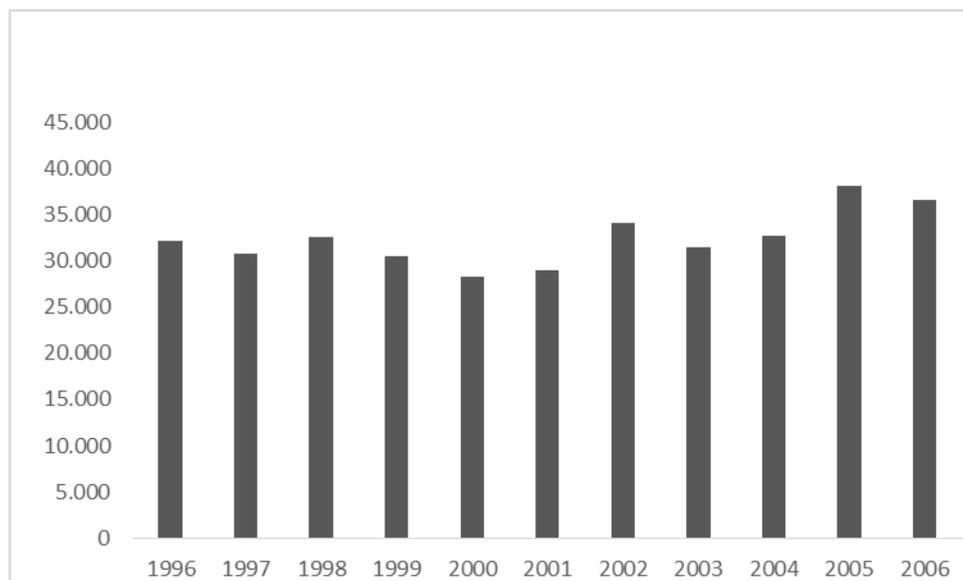


Figura 17-Produção do estado do Pará no período 1996-2006.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Produção Agrícola Municipal IBGE (2016).

A Figura 18 abaixo destaca a supremacia da produção dos municípios da região da Transamazônica desde 1996 a 2006, demonstrando como as condições edafoclimáticas da região a colocaram em uma posição promissora e de continuidade do crescimento produtivo em relação aos municípios das outras regiões produtoras do estado.

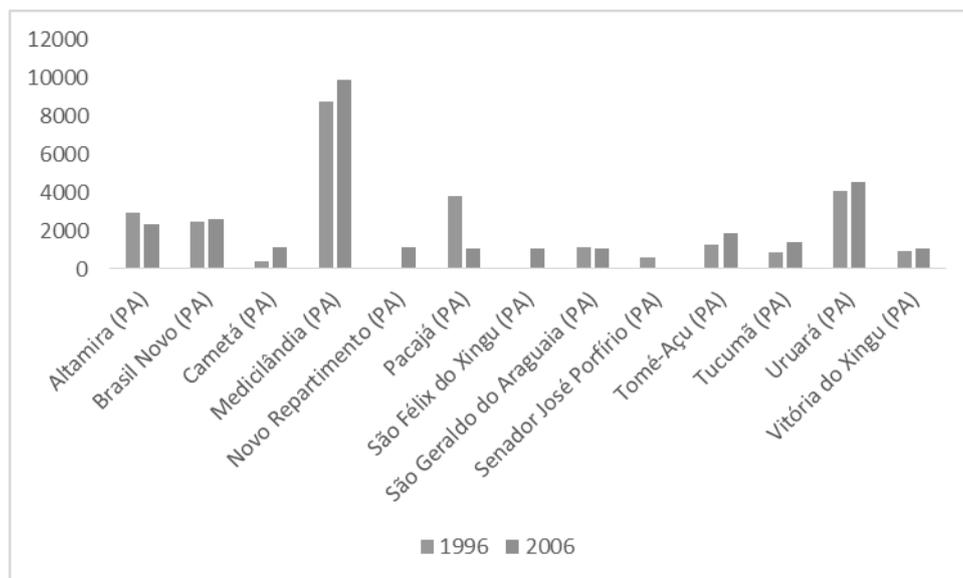


Figura 18-Produção de cacau dos principais municípios paraenses no período 1996-2006.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Produção Agrícola Municipal IBGE (2016).

Importante destacar que os cultivos no estado do Pará ocorrem geralmente em pequenas e médias propriedades sob os moldes da agricultura familiar. Diante disto, a regulamentação da agricultura familiar por lei só ocorreu a partir do ano de 2006 com a promulgação da Lei 11.326 que veio definir a agricultura familiar no Brasil. Logo, deve-se considerar seus requisitos necessários para o enquadramento nos parâmetros da lei, porque existem definições que variam segundo a localização principalmente no que diz respeito ao Módulo Fiscal.

Segundo o INCRA(2013), o módulo fiscal é estabelecido para cada município e procura refletir a área mediana dos módulos rurais dos imóveis rurais no Brasil e a para o enquadramento sob as condições da agricultura familiar o agricultor não pode ter acima de 4 módulos fiscais, que no estado do Pará pode variar entre 55 a 75 hectares. Nos municípios de Medicilândia e Uruará, maiores produtores do estado, o módulo fiscal corresponde a 70 hectares.

Desta forma, a partir de tais definições o Censo Agropecuário de 2006 pôde gerar alguns dados relevantes sobre o tema que confirmaram a condições prevalente da agricultura familiar na cultura cacauera.

Assim o Censo Agropecuário de 2006, forneceu informações tais, que os números de estabelecimentos que estavam enquadrados sob tal sistema chegou a 11.105 unidades, sendo que 8.634 estabelecimentos estavam somente utilizando mão-de-obra

familiar refletindo uma condição de que a cultura cacaueteira seria capaz de fixar o homem no campo e bastante intensiva em mão-de-obra.

As unidades agropecuárias que sob diversas formas que as enquadraram no regime de agricultura familiar em 2006 produziram 28.888 toneladas de amêndoas de cacau em um área colhida de 37.068 hectares com 11.855 pés novos plantados. Ou seja, a agricultura familiar no estado Pará produziu 78,9 % da produção total do estado demonstrando a importância disto para a geração de renda.

Diante do cenário da agricultura cacaueteira paraense ficou evidente a sua relevância para o agronegócio regional, pois o cultivo gerou taxas de retorno elevadas e sua consolidação a partir deste momento seria primordial para a consolidação do cultivo.

A produção estadual de 2006 a 2016 obteve um crescimento partindo de um patamar de 36.595 toneladas para 85.826 toneladas, conforme Figura 19. Observando os anos de 2014 e 2015 onde a produção chegou em patamares acima de 100.000 toneladas. A produção do período foi totalmente promissora e expressiva e refletiu no cenário modificando a posição do estado no ranking nacional, já que a produção da Bahia vem em uma trajetória decrescente.

Os esforços para o aumento da produção estadual surgiu a partir da necessidade de fortalecer esta economia que segundo Oliveira (2016), a economia cacaueteira paraense estava estabilizada e precisava melhorar a cadeia produtiva, já que o estado não possui um parque moageiro e suas amêndoas são exportadas para o estado da Bahia.

Assim, Mascarenhas (1997), descreveu como uma desvantagem desta economia na região amazônica associada com seu processo de comercialização deficiente, principalmente por falta de estrutura nas áreas de produtivas principalmente na localidade da Transamazônica.

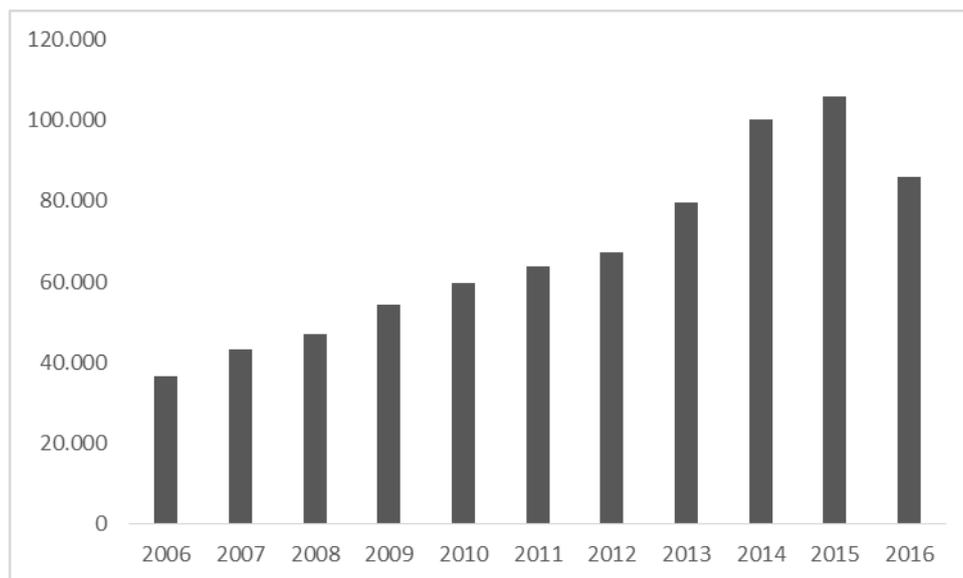


Figura 19-Produção do estado do Pará no período 2006-2016.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Produção Agrícola Municipal IBGE (2016).

A região Transamazônica através de dados estimados pela CEPLAC (2012) verificou uma elevação do total da área plantada para 75.192 hectares com uma produção de 47.222 toneladas e 6.916 agricultores no ano de 2011. O polo do médio Amazonas correspondeu a 6.539 toneladas com uma produção de 564 quilos por hectares e um número na ordem de 2.532 agricultores. O polo de Bragantina representa uma produção de 9.131 toneladas em uma área total de 27.037 hectares, uma produção de 469 quilos por hectare concentrada nas mãos de 4.255 agricultores.

O reflexo das mudanças adveio de uma política para o Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do cacau, no Pará o PROCACAU 2011-2019, que segundo Oliveira (2016) respeitou as recomendações do Programa Pará 2030. Tal política envolveu instituições como: CEPLAC; EMATER; SENAR; OCB; UFRA; UFPA; FAEPA; FETAGRI e SOLIDARIEDADE.

Os objetivos seriam a implantação e o cultivo de 220 mil hectares de cacauzeiros híbridos, sendo 200 mil no ecossistema de terra firme e 20 mil na várzea distribuídos entre 26 mil produtores prevalecendo os produtores de base familiar e alcançar uma produção de 247,4 mil toneladas com uma produtividade média de 1237kg/hectares (OLIVEIRA,2016).

Ao analisar o rendimento médio da produção desde 1974 até 2016, de acordo a Figura 20 abaixo se verificou uma trajetória crescente, no qual o rendimento foi de 661kg/hectares.

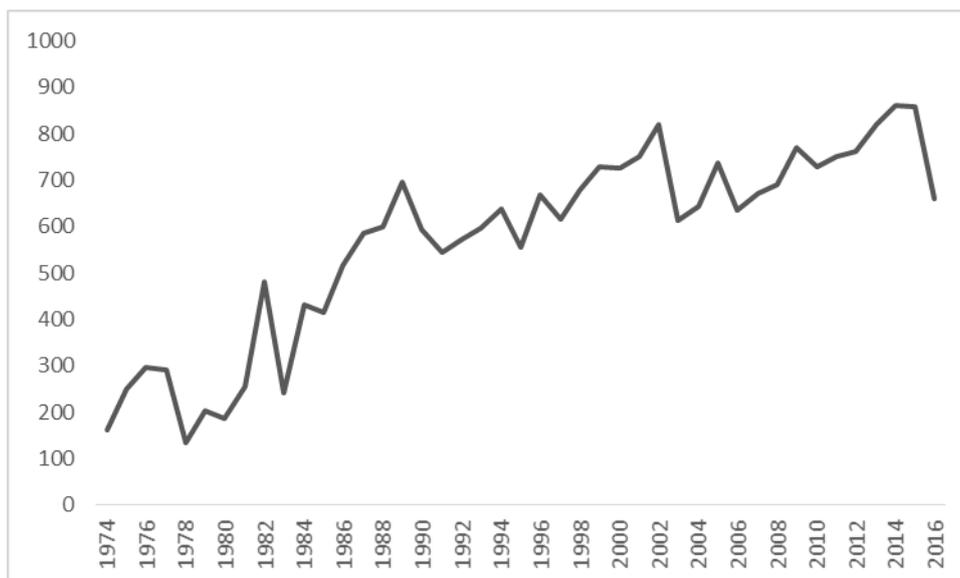


Figura 20-Rendimento médio da produção de cacau no Pará 1974 -2016.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Produção Agrícola Municipal IBGE (2016).

Conforme censo agropecuário de 2017 e IBGE(2016), os municípios de São Félix do Xingu e São Geraldo do Araguaia apresentaram respectivamente um rendimento médio de 1000kg/hectares e 1150kg/hectares, ou seja acima da média, enquanto o município de Medicilândia como maior produtor teve uma produção em média de 791kg/hectares.

A expansão da área cultivada expressa na Figura 21 abaixo, considerando o período de 1988 a 2016, expressa uma elevação da área colhida e da destinada à colheita, que expressa uma situação de quase 100% de aproveitamento da produção.

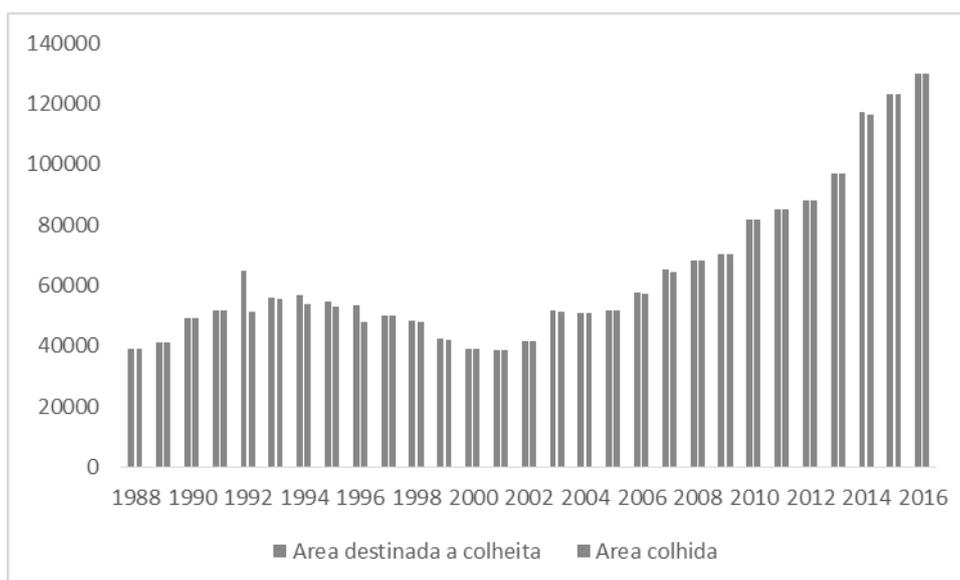


Figura 21-Área destinada a colheita e área colhida no estado do Pará 1988-2016.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Produção Agrícola Municipal IBGE (2016).

Diante das informações do censo tanto o rendimento médio como as áreas de colheita cresceram e podem ser relacionadas com as políticas implantadas pelas instituições envolvidas no setor, principalmente da atuação da CEPLAC que também mantém a assistência técnica aos produtores, melhorando os tratamentos culturais e a implantação de novos cacauais resistentes através dos processos de clonagem.

A cacauicultura do Pará sofreu menos com a crise da vassoura-de-bruxa que assolou a região baiana, mas seus cacauais sofreram com a “podridão parda”, causada pelo fungo *phytophthora palmivora*, doença comum na Amazônia, principalmente no período de 1992 a 2005, logo no período a retomada da expansão ficou evidente.

A articulação das instituições estão empenhadas em colocar o Pará como o maior produtor nacional de cacau, janela para o mundo em busca da verticalização da cadeia produtiva do chocolate e atrair empresas moageiras com políticas de incentivo, mostrar suas vantagens competitivas, sendo fundamental o fortalecimento da cultura no estado.

4.METODOLOGIA

O presente capítulo aborda os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa. Expõem e caracteriza a área de estudo, explana os procedimentos utilizados para o levantamento e análise dos dados que compõem cada etapa do desenvolvimento da pesquisa para almejar os objetivos propostos.

4.1 Áreas de estudo

A área de estudo compõe as regiões cacaeiras dos estados da Bahia e do Pará. No estado da Bahia, de acordo IBGE (2017), baseada na nova divisão geográfica em regiões intermediárias e imediatas a região cacaeira está inserida na região intermediária de Ilhéus-Itabuna composta por 51 municípios. A região dos produtores de cacau baiano pertence a quatro regiões imediatas que compõem a intermediária Ilhéus-Itabuna, sendo as imediatas: Ilhéus-Itabuna; Teixeira de Freitas; Eunápolis-Porto Seguro e Camacan.

Para o estudo foram selecionados os principais municípios produtores de cacau na trajetória de 1996 a 2016 (IBGE, 2016). Os municípios são: Arataca, Aurelino Leal, Belmonte, Camacan, Gandu, Ibirapitanga, Ilhéus, Itacaré, Itagibá, Itajuípe, Itamaraju, Maraú, Mascote, Una, Uruçuca e Wenceslau Guimarães.

Uma característica fundamental da plantação cacaeira está pautada no tipo de sistema de cultivo, o agroflorestal, que ajuda a preservar o bioma da Mata Atlântica, um corredor ecológico que favorece a cabruca, com uma convivência com outras frutas que cumprem o papel de sombrear os cacauais, promovendo sua expansão na região sul da Bahia.

As condições climáticas desta região são favoráveis ao cultivo dos cacaeiros, pois inserida em uma área de clima tropical úmido, sem estação seca predefinida com temperaturas médias anuais que variam entre as máximas superiores a 24°C e mínimas de 21° C. Os meses mais quentes do ano vão de dezembro a março e as temperaturas mais baixas concentram-se nos meses de julho a agosto. A pluviosidade varia de 1.000 mm a 2.300 mm com chuvas ao longo do ano. A vegetação original é a Mata atlântica, com uma rica biodiversidade e solos férteis ocupados pela cacauicultura. (BERTOL, 2008)

O estado do Pará na região norte do país, a vegetação predominante é a floresta amazônica com um clima equatorial, quente e úmido. As temperaturas variam em média de 26° C, com apenas duas estações bem definidas durante o ano: verão (máxima de 35° C) e inverno (mínima de 19° C). Conforme Mendes (2011) a cacauicultura paraense é

explorada em solos de média a alta fertilidade, colocando-a na posição mais competitiva do mundo. O sistema produtivo são os SAF'S, baseada em características de preservação em sistemas agroflorestais, assim a cacauicultura tornou-se uma alternativa agrícola sustentável, principalmente pela sua localização na reserva legal da Amazônia.

No estado do Pará a região cacauera compõem mais de uma região intermediária, que de acordo a nova classificação geográfica do IBGE(2017), localizada nas regiões intermediária de Belém (Imediata Cametá); Altamira (Imediata Altamira), Marabá (Imediata Tucuruí), Redenção (Imediata Tucumã- São Félix do Xingu) e Santarém (Imediata Itaituba), presente praticamente em todo o estado.

Assim, conforme CEPLAC(2011) as regiões produtoras são: Polo Cacaueiro da Transamazônica, Cacau do Médio Amazonas e de Bragantina, sendo o principal município produtor Medicilândia.

Mendes (2009), afirma que a região da Transamazônica no estado do Pará composta pelos municípios de Pacajá, Anapu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará é a que concentra a maior área plantada do estado com cerca de 30 mil hectares do total de 51 mil hectares para o ano de 1999.O Polo cacaueiro do Médio Amazonas é composta pelos municípios de Santarém, Alenquer, Monte Alegre, Rurópolis, Itaituba, Trairão e Placas.

O Polo cacaueiro de Bragantina é formado pelos municípios de Santa Isabel do Pará, Castanhal, Tomé-Açu, Acará, Cametá, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru, Novo Repartimento, Tucumã e São Felix do Xingu. (CEPLAC,2011)

No estudo foram considerados como os principais municípios paraenses na produção de cacau, respeitando as informações de produção pelo IBGE (2016): Altamira; Brasil Novo; Cametá; Medicilândia; Novo Repartimento; Pacajá; Rurópolis; São Félix do Xingu; São Geraldo do Araguaia, Senador José Porfírio; Tomé-Açu; Tucumã; Uruará e Vitória do Xingu.

4.2 Procedimentos metodológicos, o levantamento e fonte dos dados

A metodologia é descritiva, estatístico e bibliográfica. Basicamente com dados secundários. A pesquisa descritiva destacada por Medeiros (2014), compõem um estudo, análise e interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador. O método estatístico vale-se das probabilidades da teoria estatística para explicar a realidade.

Para Marconi e Lakatos (2010, p.90), o método estatístico é:

Planejado por Quetelet. Os processos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. Assim, o método estatístico significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado.

Medeiros (2014), define a pesquisa bibliográfica como um procedimento de documentação indireta, com um levantamento bibliográfico pertinente ao assunto ao qual deseja estudar, constituindo-se em fonte secundária na busca de dados relevantes para a realização do estudo.

Marconi e Lakatos (2010), expõem a pesquisa bibliográfica no contexto do levantamento de dados, no qual forma um apanhado geral sobre os principais trabalhos relacionados ao tema ajudando no planejamento e execução do trabalho, de forma a evitar erros e orientar o estudo acertadamente.

As fontes dos dados utilizados foram secundários e coletados, principalmente nos Órgãos Oficiais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da pesquisa Agrícola Municipal dos anos de 1996 a 2016 e também do Censo Agropecuário publicados em 1995-1996, 2006 e 2017; dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foram usados e da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica e Rural da Lavoura Cacaueira.

Outras fontes de dados em sites oficiais poderão ser utilizadas, Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, do Instituto Internacional do Cacau, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, dentre outros necessários ao cumprimento deste estudo.

A interpretação dos dados fazem parte da análise, colocada por Marconi e Lakatos (2010), como uma explicação que tenta expor as relações existentes entre os fenômenos estudados e outros fatores, podendo ser estabelecidas em função de propriedades relacionais de causa-efeito e correlações, e assim responder aos objetivos propostos no estudo.

4.3 O modelo *shift share*

O método de análise *shift-share* ou método estrutural-diferencial é ferramenta principal de análise no estudo. Na verdade, objetiva refinar o diagnóstico, dissecando a quem cabe a performance em cada sistema produtivo, pois são marcados por diferenças relevantes entre os estados produtores de cacau.

Wanderley (2018), destaca formulações teóricas sobre o modelo shift share, no contexto internacional e nacional, como instrumento de aferição de indicadores de crescimento regional e setorial, assim como ferramenta para análises empíricas.

Cramer (1942), foi o primeiro a desenvolver a base técnica para o modelo *shift and share analysis* com o objetivo de analisar a indústria de transformação no Reino Unido, conforme Wanderley (2018) cita em seu estudo.

Para Dun (1959;1960), o modelo *shift and share analysis*, apresentou uma formulação matemática, tendo como variável base o nível de emprego. Suas bases estruturais seguem as premissas abaixo, descritas por Wanderley (2018):

1) análise sob estática comparativa entre os períodos de tempo; 2) inexistência de assimetrias em regiões e atividades econômicas no período base inicial; 3) o período base é referência de ponderação da estrutura econômica da região, inexistindo mudança estrutural da atividade econômica entre os períodos inicial e final; 4) a economia da região (localidade) é influenciada pela amplitude espacial (área global); 5) independência entre as componentes estrutural e regional ou diferencial.

Esteban-Maquillas (1972) propôs uma variável homotética ao modelo e incorpora as vantagens competitivas das atividades econômicas utilizando cálculos de graus de especialização e de indicadores de competitividade e Arcelus (1984) agregou a esta análise de competitividade as influências endógenas no crescimento em nível de região, conforme colocado em Wanderley (2018).

Assim, todas as contribuições científicas ao modelo permitiram novas interpretações, como em Simões (2005) e difundir o modelo shift-share como instrumento de análise regional.

O método shift-share, consiste, basicamente, na descrição do crescimento econômico de uma região nos termos de sua estrutura produtiva. O método é composto por um conjunto de identidades – com quaisquer hipóteses de causalidade – que procuram identificar e desagregar componentes de tal crescimento, em uma análise descritiva da estrutura produtiva. (SIMÕES, 2005, p.10).

De acordo Haddad (1989), o método estrutural-diferencial estabelece uma diferença entre o componente estrutural e o componente diferencial, permitindo identificar fatores diferenciados que influenciam na dinâmica do crescimento regional.

O componente estrutural informa que as variações na estrutura de demanda, variações de produtividade, inovações tecnológicas e outros determinantes explicam as mudanças nas taxas de crescimento setorial ao nível nacional. Ou seja, como uma região pode se desenvolver de forma diferenciada de outras regiões e quais forças locais

podem atuar para gerar a dinâmica do desenvolvimento daquela região, possuindo vantagens diante de outras.

Alves (2012) apontou o método estrutural-diferenciado como uma medida que completa a análise das medidas de localização e de especialização. O método divide a variação na produção de uma determinada atividade em três componentes: a componente nacional ou macrorregional; a componente setorial e a componente diferencial regional.

Quando concilia a composição da estrutura produtiva aos fatores especificamente regionais, tais como: economias de aglomeração, cultura empresarial regional, políticas econômicas eficientes dos governos regionais acabam influenciando na performance da região.

Alves (2012), destacou que estrutura produtiva promissora em algumas regiões, podem apresentar performances inferiores a de regiões de estrutura menos dinâmica, contudo exploram bem suas potencialidades ou vantagens diferenciais. Logo, a análise o utilizará como ferramenta para verificar o desempenho de cada região como proposto pelo o estudo.

De acordo Pedroso et al (2015), o modelo shift-share pode ser decomposto para verificar as fontes do crescimento da cultura abordada no caso do estudo, a cacauicultura presente nos estados da Bahia e do Pará através dos efeitos abaixo:

- Efeito área (EA): indica que a variação da produção ocorre através do uso extensivo do solo da área cultivada, supondo os demais efeitos constantes no tempo;
- Efeito rendimento (ER): calcula a variação da produção explicada exclusivamente pelas mudanças da produtividade, refletindo mudanças tecnológicas;
- Efeito localização geográfica (ELG): reflete mudanças na produção provenientes de vantagens locacionais, como fatores especificamente regionais ou a estrutura produtiva. Como diferentes custos de transportes, diferenças de custos de aquisição dos produtos intermediários ou de matérias-primas, menor ou maior abundância de determinados fatores de produção e vantagens comparativas regionais. Mede a mudança na produção em virtude da localização de determinada cultura. Vantajosa quando a expansão da área cultivada for seguida por maiores produtividades e suficientes para contrabalancear a estabilidade ou a retração nas demais regiões.

4.4 Variáveis

A descrição das variáveis foi baseada no trabalho de Pedroso et al (2015), sendo as variáveis relevantes: Quantidade produzida, Área total plantada e o Rendimento para definir o perfil da produção de cacau nos estados da Bahia e do Pará. Foram considerados 16 municípios no estado da Bahia, neste caso $m=1, \dots, 16$; descritos acima. Os municípios selecionados no Pará foram 14, neste caso $m=1, \dots, 14$.

As variáveis do modelo são estas:

Q_{cmt} = Quantidade produzida da cultura c no tempo t no m -ésimo município.

A_{cnt} = Área total da cultura c do estado n no tempo t .

A_{cmt} = Área total da cultura c do m -ésimo município no tempo t .

R_{cnt} = Rendimento da cultura c do estado n no tempo t .

R_{cmt} = Rendimento da cultura c do m -ésimo município no tempo t .

$\gamma_{cmt} = A_{cmt} / A_{cnt}$.

A quantidade de cacau c produzida nos estados no tempo t é definida por

$$Q_{cnt} = \sum_{m=1}^k (A_{cmt} R_{cmt})$$

As quantidades nos tempos inicial e final são:

$$Q_{cni} = \sum_{m=1}^k (A_{cni} R_{cni}) = \sum_{m=1}^k (\gamma_{cni} A_{cni} R_{cni}) \quad \text{e} \quad Q_{cnf} = \sum_{m=1}^k (A_{cnf} R_{cnf}) = \sum_{m=1}^k (\gamma_{cnf} A_{cnf} R_{cnf})$$

Ao manter constante o rendimento e a localização, logo a produção da cultura c no tempo f , modificando apenas da área total cultivada:

$$Q_{cnf}^A = \sum_{m=1}^k (\gamma_{cni} A_{cnf} R_{cni})$$

Agora, alterando a área total cultivada e o rendimento, permanecendo constantes a localização e a estrutura de cultivo, chega-se a:

$$Q_{cnf}^{AR} = \sum_{m=1}^k (\gamma_{cni} A_{cnf} R_{cnf})$$

Finalizando, variando a área total cultivada, o rendimento e a localização geográfica, a quantidade final fica assim:

$$Q_{cnf}^{ARL} = \sum_{m=1}^k (\gamma_{cnf} A_{cnf} R_{cnf}) = Q_{cnf}$$

A diferença da produção total da cultura c entre os períodos inicial e final pode ser representada por

$$Q_{cnf} - Q_{cni} = \sum_{m=1}^k \gamma_{cmf} A_{cmf} R_{cmf} - \sum_{m=1}^k \gamma_{cni} A_{cni} R_{cni}$$

ou
$$Q_{cnf} - Q_{cni} = (Q_{cnf}^A - Q_{cni}^A) + (Q_{cnf}^{AR} - Q_{cnf}^A) + (Q_{cnf} Q_{cnf}^A)$$

Após as equações definidas calculam-se os fatores determinantes da variação da produção de:

- EA: variação total da produção da cultura c entre os períodos inicial e final no estado n , quando há somente variação da área cultivada:

$$Q_{cnf}^A - Q_{cni}^A$$

- ER: variação total da produção da cultura c entre os períodos inicial e final no estado n , quando há somente variação do rendimento:

$$Q_{cnf}^{AR} - Q_{cnf}^A$$

- ELG: variação total da produção da cultura c entre os períodos inicial e final no estado n , quando há somente variação da localização geográfica:

$$Q_{cnf} - Q_{cnf}^{AR}$$

As taxas anuais de crescimento referentes a EA, ER e ELG vão seguir o modelo aplicado como em Anjos e Rosário (2012). Assim, os valores isolados corresponderão ao percentual da mudança total da quantidade produzida em cada estado. Logo, divide-se a equação:

$$Q_{cnf} - Q_{cni} = \sum_{m=1}^k \gamma_{cmf} A_{cmf} R_{cmf} - \sum_{m=1}^k \gamma_{cni} A_{cni} R_{cni} \text{ por}$$

$$(Q_{cnf} - Q_{cni})$$

$$\text{Ou seja, } \frac{(Q_{cnf} - Q_{cni})}{(Q_{cnf} - Q_{cni})} = \frac{(Q_{cnf}^A - Q_{cni})}{(Q_{cnf} - Q_{cni})} + \frac{(Q_{cnf}^{AR} - Q_{cnf}^A)}{(Q_{cnf} - Q_{cni})} + \frac{(Q_{cnf} - Q_{cnf}^{AR})}{(Q_{cnf} - Q_{cni})}$$

equação que será multiplicada por

$$R = \left(\sqrt[f]{\frac{Q_{cnf}}{Q_{cni}}} - 1 \right) 100$$

O índice f corresponde ao número de anos da análise (no caso, $f = 20$), e R é definida como a taxa anual média de variação da produção de cacau, em percentagem. logo,

$$R = \frac{(Q_{cnf}^A - Q_{cni})}{(Q_{cnf} - Q_{cni})} R + \frac{(Q_{cnf}^{AR} - Q_{cnf}^A)}{(Q_{cnf} - Q_{cni})} R + \frac{(Q_{cnf} - Q_{cnf}^{AR})}{(Q_{cnf} - Q_{cni})} R$$

Através dessa expressão, obtém-se EA, ER e ELG em termos de taxa de crescimento anual, em percentual, para cada estado:

- EA:

$$\frac{(Q_{cnf}^A - Q_{cni})}{(Q_{cnf} - Q_{cni})} R$$

- ER:

$$\frac{(Q_{cnf}^{AR} - Q_{cnf}^A)}{(Q_{cnf} - Q_{cni})} R$$

- ELG:

$$\frac{(Q_{cnf} - Q_{cnf}^{AR})}{(Q_{cnf} - Q_{cni})} R$$

Para os efeitos escala e substituição, as equações são estas:

- Efeito escala:

$$(\gamma_{cni} A_{cni} - A_{cmf})$$

- Efeito substituição:

$$(A_{cmf} - \gamma_{cmf} A_{cni})$$

Ou seja,

$$(A_{cmf} - A_{cmi}) = (\gamma_{cmi} A_{cmi} - A_{cmf}) + (A_{cmf} - \gamma_{cmi} A_{cmi})$$

Desta forma, o efeito escala e o efeito substituição é obtido da decomposição da variação da área cultivada com a cultura *c* dentro do sistema produtivo de cada município.

5. RESULTADOS

O capítulo vai apresentar os resultados da análise do modelo shift-share através das taxas de crescimento da cacauicultura nos estados da Bahia e do Pará, apresentando os efeitos área, rendimento e localização para saber a taxa média de variação da produção em cada estado, considerando também os efeitos nos principais municípios produtores de cada estado.

5.1 Análise do modelo shift-share na Bahia

5.1.1 Os efeitos área, rendimento e localização na Bahia

A Tabela 1 mostra o comportamento da lavoura do cacau em termos de taxa anual de crescimento, subdividida em EA, ER e ELG no período de 1996 a 2016, conforme dados da Produção Agrícola Municipal referente aos anos. Como resultado, o estado da Bahia apresentou taxas de crescimentos decrescentes, principalmente no período de 1996-2006, com uma taxa negativa de 5,79%, no período de 2006 a 2016 a taxa anual de crescimento foi de (-2,17 %) e quando analisado o período de 1996-2016 a taxa anual de crescimento foi de (-1,02%), verificados na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4-Taxa média anual de crescimento e os efeitos área, rendimento e localização geográfica do cacau no estado da Bahia 1996 -2016.

Estado	Período	EA	ER	ELG	Taxa anual de crescimento (%)
Bahia	1996 a 2006	-0.777002547	-5.182619553	0.173540336	-5.79
	2006 a 2016	0.278403097	-2.527088723	0.078415709	-2.17
	1996 a 2016	-0.272224499	-0.856282903	0.104118273	-1.02

Fonte :Elaboração própria com base nos dados da Produção Agrícola Municipal 1996-2016, IBGE(2016).

Os efeitos áreas e rendimento contribuíram negativamente para a queda do crescimento da cacauicultura do estado. Tais efeitos podem ser relacionados com a crise da vassoura-de-bruxa que assolou a região baiana desde o ano de 1989 e provocou queda da produção a partir da década de 1990.

Conforme Araújo et al (2005), até o ano de 1995 a produção manteve-se constante em uma área em torno de 700 mil hectares, mas no início dos anos de 2000 a área cultivada já estava em torno de 450 mil hectares e seu rendimento já tinha caído 42 % chegando ao nível de 286kg/hectare.

A redução do rendimento esteve associado, segundo CEPLAC (2005), a diminuição do poder de compra dos produtores por conta de dívidas, dificuldades na manutenção dos tratos culturais, influências climáticas e utilização de defensivos importados.

De acordo Noia et al (2015), um fato relevante foi a implementação pelo Governo Federal em parceria com o Governo Estadual em 1995 do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira com recursos do BNDES no valor de R\$ 340 milhões referentes ao ano corrente de 1995, dividido em: 1995-1996;1996-1997 e 2001-2003. Desta forma, esperava-se reestruturar a economia cacaueira na região, melhorar a receita do produtor, capacidade de solvência, de custeio de produção e de investimentos futuros.

Amin(1998) ainda aliou o quadro de crise as altas taxas de inflação do período, PIB com tendência negativa, principalmente dos produtos agrícolas. Os efeitos foram negativos e áreas cultivadas foram queimadas por conta da infestação por vassoura-de-bruxa, evitando sua propagação, mas como a praga não era muito conhecida, o resultado sob o controle causou um resultado inverso.

Araújo (2005) atribuiu a redução da área e o do rendimento como consequência do envelhecimento natural das plantações e o preço do produto que sofreu oscilação no período contribuindo para a diminuição da área e do rendimento.

Para Noia et al (2015), as políticas levaram ao insucesso na medida de adoção de tecnologia moderna, pois a cultura cacaueira altamente dependente da importação de insumos agrícolas provenientes do setor industrial, com crédito reduzido para financiar a produção e um comportamento diferencial entre os preços pagos pelos insumos importados e os preços recebidos pelos produtores de cacau.

O componente localização geográfica manteve-se positivo no período de 1996-2006, sendo 0,17 % quase estável, mas vale destacar que com a queda da produção o Brasil passou a importar as amêndoas de cacau de outros países sob a modalidade de *Drawback*, regime aduaneiro livre de taxas e tributos instituído pelo Decreto Lei nº 37 de 21 de novembro de 1966, para a manutenção da moagem das indústrias instaladas.

No período de 2006-2016, a taxa média anual de crescimento da cacauicultura foi negativa em torno de -2,17 %, mas em relação ao anterior já representou uma melhora, principalmente pelo efeito área ter sido positivo em 0,27 %, uma certa estabilidade que pode ser interpretada como uma recuperação da área cultivada.

O efeito rendimento foi negativo -2,52%, pois os efeitos do processo de modernização das técnicas agrícolas não foram suficientes para melhorar o rendimento.

O efeito localização geográfica continuou positivo, mas reduzido representando uma taxa de 0,07%, podendo ser associado ao fechamento de algumas fábricas de cacau no polo moageiro baiano, por conta da crise iniciada no ano de 1989.

Conforme Mascarenhas (1999), as indústrias moageiras de capital nacional passaram por problemas de liquidez e interromperam suas atividades, dentre elas: Barreto de Araújo, Berkau, Intercacau, Chocolates Vitória e Itaísa. Mantendo-se apenas 4 instaladas no eixo industrial de ilhéus-Itabuna, como: Nestlé (Companhia Produtora de Alimentos Delfi Cacau em Itabuna); Chadler Industrial da Bahia S.A (comprada pela Barry Callebaut); Cargill Cacau Ltda e Joanes Industrial S.A (ou ADM Cocoa), instaladas no município de ilhéus.

Neste período, segundo Noia et al (2015) a principal estratégia traçada foi através do enfrentamento da doença vassoura-de-bruxa investindo no melhoramento genético e introdução de novas tecnologias filotécnicas de manejo, como criação de clones resistentes à doença, por parte da CEPLAC. Uma sinergia entre a CEPLAC, a SEAGRI com as Biofábricas e as Universidades estabeleceram parcerias em pesquisa para melhorar o cultivo da região.

Chiapetti (2009), completa que o cacau, mesmo diante da crise manteve-se em posição de destaque. Tais medidas associadas a demanda internacional crescente acabou estimulando a produção regional, mesmo que em níveis mais baixos que vistos anteriormente.

Considerando a trajetória de 1996-2016, a economia cacaueira apresentou uma taxa de crescimento de -1,02 %, causado pelos efeitos negativos de área e rendimento, o que deixa evidente a necessidade de mudanças tecnológicas e um uso do solo de maneira eficiente, aumentar o seu cultivo e rendimento.

As áreas muitas vezes abandonadas devido a praga patogênica contribuíram decisivamente para um efeito negativo geral, surgiram novas formas de organização como meeiros e parceiros agrícolas, inclusive assentamentos para a reforma agrária na região.

Uma transformação estrutural também contribuiu para novas formas de produção, condição relevante para o estudo como colocado por Noia et al (2015), um novo sistema que incentivou a produção do período, mesmo em escala menores frente ao tradicional, o cacau orgânico e o cacau fino.

Para atender aos novos padrões de consumo, o cacau orgânico, sem adição de agrotóxico confere ao produtor uma amêndoa de qualidade diferenciada, assim como o seu preço, determinado em uma estrutura não oligopsônica. Deve ser lembrado que a

produção organizada com certificação garante uma forma de sinalização, reduzindo a assimetria de informação.

O cacau orgânico garante uma prática de preços melhores do que no mercado convencional de cacau, não relacionado a preços cotados na Bolsa de Nova York, conforme Noia et al(2015), em 2005 a CABRUCÁ produziu 180 toneladas de cacau orgânico e exportou para a Itália e para a França por preços acima de US\$ 2.000,00 dólares a tonelada, mostrando-se promissora para a região. Indústrias moageiras estão inseridas neste processo, a Barry Callebaut e a Cargill.

Além disso, existe o cacau fino, demandando principalmente pelas indústrias chocolateiras da Europa. Segundo Santos et al (2012), o cacau fino pode ser definido como um cacau com aromas e sabores especiais, como com notas frutais.

Para Santos et al (2012), em 2008 o Brasil não era reconhecido como produtor de cacau fino para as indústrias europeias, mas o mercado tá em expansão e as potencialidades estão sendo reconhecidas mundialmente do cacau fino brasileiro e vem ganhando prêmios nos principais salões de chocolates do mundo, a Bahia está inserida neste contexto de produção diferenciado e promissor diante do sistema tradicional de cultivo.

Algumas iniciativas colaboraram para o efeito localização geográfica positiva, a verticalização da cadeia produtiva na região, que segundo Bahia de valor (2018), através da valorização da qualidade da amêndoa provocou o surgimento de marcas regionais de chocolates finos, com alto valor agregado que variam de 50% a 100% de cacau em sua composição.

Vale acrescentar que o maior teor de cacau está associado a pontos positivos para a saúde em relação àquele com maior teor de leite, como citado por Efraim et al (2011), em seu estudo sobre os benefícios do cacau para a saúde humana, apontando a semente de cacau, o chocolate em pó e os chocolates amargos ricos em compostos fenólicos, os quais possuem propriedades antioxidante, cardioprotetora e anti-inflamatória, mas quando passam por processamento tradicional de cacau e derivados acabam perdendo os compostos fenólicos.

Foram criadas cerca de 40 marcas regionais de chocolates no sul da Bahia conquistando o mercado internacional e nacional. Inclusive uma fábrica com bases na agricultura familiar, é o caso da Bahia Cacau, criada pelo governo do estado como primeira fábrica de chocolate de agricultura familiar, dirigida por cooperativas locais.

A nível municipal, conforme Tabela 5 os principais produtores baianos, durante os anos de 1996-2016 refletiram uma trajetória descendente praticamente em todos os

municípios, puxados principalmente pelos efeitos área e rendimento, seguindo a tendência estadual.

A exceção foi o município de Wenceslau Guimaraes com uma taxa positiva de 0,76 % e um outro, que mesmo com uma taxa negativa, em níveis mais baixos foi Gandu com uma taxa de crescimento -0,91%. Noia et al (2015) atribuiu ao aumento da produtividade do município de Gandu o fato dos investimentos realizados por alguns produtores com boa capacidade financeira, como a fazenda da Odebrecht, que por aproximação com outras fazenda as informações técnicas puderam ser disseminadas e utilizadas por outras unidades rurais.

Os dois municípios apresentaram, conforme IBGE(2016), maiores níveis de rendimento por hectare e o efeito positivo em Wenceslau Guimaraes pode ter sido influenciado pelas ações praticadas no vizinho Gandu. Apesar dos dados para Guandu serem negativos na Tabela 5, seus valores são geralmente e individualmente inferiores aos outros municípios. Isso atenua as diferenças de resultados.

Diante disto, a cacauicultura enfrenta dificuldades para crescer, em expandir sua área de produção e sua produtividade. O município de Ilhéus, o mais importante produtor da Bahia, apresentou queda na área e no rendimento, no ano de 1996 tinha um rendimento de 400kg/hectare e 2016 o rendimento foi de 160kg/hectare, apesar do aumento de área colhida, conforme dados do IBGE(2016).

Tabela 5-Taxa média anual de crescimento e os efeitos área, rendimento e localização geográfica do cacau nos principais produtores da Bahia 1996 -2016.

Município	EA	ER	ELG	Taxa anual de crescimento (%)
Arataca (BA)	-0.2712265	-3.072990112	0.106642115	-3.237574516
Aurelino Leal (BA)	-0.3356133	-4.563906262	-0.884980327	-5.784499887
Belmonte (BA)	-0.322512	-4.186869386	-0.783135156	-5.292516551
Camacan (BA)	-0.3263038	-3.610395825	-1.499417083	-5.436116695
Gandu (BA)	-0.2201095	-0.551055302	-0.143468613	-0.914633455
Ibirapitanga (BA)	-0.2470452	-2.412446685	0.479429194	-2.180062706
Ilhéus (BA)	-0.2755793	-3.927533262	0.781933546	-3.421178994
Itacaré (BA)	-0.2708511	-3.104202181	0.153404494	-3.221648796
Itagibá (BA)	-0.247173	-0.84770588	-1.090951196	-2.185830045
Itajuípe (BA)	-0.3335247	-5.288121003	-0.085200021	-5.706845761
Itamaraju (BA)	-0.2299435	-1.67945895	0.520779368	-1.388623058
Maraú (BA)	-0.236665	-3.105906273	1.63815407	-1.704417183
Mascote (BA)	-0.3093542	-3.192229173	-1.284516867	-4.7861002
Una (BA)	-0.2900887	-3.807019592	0.077202672	-4.019905589

Uruçuca (BA)	-0.2979825	-4.016785456	-0.022834922	-4.337602842
Wenceslau Guimarães (BA)	-0.1877447	-0.426564427	1.377156166	0.762847021

Fonte :Elaboração própria com base nos dados da Produção Agrícola Municipal 1996-2016, IBGE(2016).

5.1.2 Os efeitos escala e substituição

Na Tabela 6 foram colocados os efeitos escala e substituição, efeitos de composição que explicam como a área pode ser modificada por determinada cultura dentro de uma sistema de produção nos principais municípios baianos.

Notou-se que todos os municípios obtiveram um efeito escala negativo, confirmando uma diminuição da área cultivada de cacau na principal região produtora, porém seu efeito substituição foi positivo para todos os municípios analisados, indicando que no período de análise a cultura do cacau expandiu ganhando área de outras culturas aumentando a sua participação.

A cacauicultura na região possui alta participação, mas ao considerar o efeito total 50% dos municípios foram influenciados pelo efeito escala negativo refletindo negativamente no total, ou seja, a queda da área cultivada foi determinante para o resultado final, principalmente no município de Ilhéus.

A situação do município de Ilhéus pode estar relacionada com a dificuldade de substituição da cacauicultura por outra atividade, já que o cacau sempre foi sua atividade econômica principal e responsável por toda dinâmica de seu desenvolvimento.

Já Camacan e Mascote, mesmo com efeito escala negativo, ao considerar o efeito total foram positivos, alavancados pelo efeito substituição. Assim, a cacauicultura pode ser a principal atividade dos municípios também, já que a cultura do cacau não foi substituída.

Tabela 6-Efeitos escala, substituição e variação total da produção de cacau para os principais produtores baianos 1996-2016.

Município	Efeito escala (ha)	Efeito substituição (ha)	Total
Arataca (BA)	-19604.547	19581.39713	-23.14988523
Aurelino Leal (BA)	-8342.2116	8408.115059	65.90342413
Belmonte (BA)	-9965.2531	10040.26725	75.01415409
Camacan (BA)	-13426.725	13773.39869	346.6736336
Gandu (BA)	-8070.1234	8074.260566	4.137165912
Ibirapitanga (BA)	-21142.884	21046.86186	-96.02216254
Ilhéus (BA)	-49633.496	48706.38076	-927.1148073
Itacaré (BA)	-14857.513	14839.06042	-18.45283889
Itagibá (BA)	-8657.6315	8710.484333	52.85283338

Itajuípe (BA)	-16239.118	16257.48574	18.36775406
Itamaraju (BA)	-13392.461	13355.07461	-37.3864758
Maraú (BA)	-14352.875	14258.371	-94.50369664
Mascote (BA)	-9738.2264	9863.643347	125.4169851
Una (BA)	-18338.323	18322.15662	-16.16598046
Uruçuca (BA)	-16226.059	16230.06455	4.005225311
<u>Wenceslau Guimarães (BA)</u>	<u>-11713.837</u>	<u>11663.5852</u>	<u>-50.25222367</u>

Fonte :Elaboração própria com base nos dados da Produção Agrícola Municipal 1996-2016, IBGE(2016).

De acordo com Noia et al (2015), a área de cultivo do cacau está relacionada a 40% de todo o território municipal de Ilhéus, 68.300 hectares. O censo agropecuário de 2006 destacou que a ocupação média era de 87% da área plantada para todos os municípios que compõem a região intermediária de ilhéus-Itabuna; em alguns municípios o cultivo do cacau chega a ocupar 95% da área agrícola, explicando o efeito substituição positivo no período analisado pelo estudo.

O cacau nesta região tem forte participação e que esta cultura pode substituir outras, mesmo ainda sofrendo com alguns efeitos da crise da vassoura-de-bruxa, considerando o período de 20 anos de análise. Isso implica, tentar reestruturar uma economia relevante para o desenvolvimento regional do sul da Bahia.

A cultura necessita do envolvimento dos agentes da cadeia produtiva, dos produtores, mercado consumidor, rede de comercialização e moageiras, pois a cacauicultura é uma fonte de geração de emprego, grande potencial conservacionista da Mata Atlântica, clima e solos adequados para a produção, além da atuação decisiva das instituições com o processo tecnológico como novos processos que potencializam a produção como as clonagens e enxertias.

5.2 Análise do modelo shift share no estado do Pará

5.2.1 Os efeitos área, rendimento e localização

O estado do Pará possui condições favoráveis a expansão da cacauicultura que vão desde seu clima e solos até a sinergia entre as instituições envolvidas na promoção do desenvolvimento das regiões produtoras, fatores decisivos que levaram a traçar um objetivo nacional de alcançar o nível de maior produtor.

No estudo, todos os efeitos foram positivos de 1996 a 2006 houve uma expansão da área cultivada, mas a mudança realmente ocorreu após os anos de 2006

principalmente com o incentivo através do PROCACAU 2011-2019, pois o estado quis modificar e buscar a verticalização da economia no estado.

Os ano de 1996-2016 representou um crescimento da produção com uma taxa anual 9,80 %, na Tabela 7, confirmando que a política entre os órgãos responsáveis na trajetória temporal foram eficientes nos resultados. Vale dizer que nas áreas ocupadas, mais de 70% estão sob o regime da agricultura familiar, com o uso intenso do solo capaz de assegurar mão-de-obra e renda no campo.

Tais condições também acabaram contribuindo para a expansão, pois como citado por Mascarenhas (1997), áreas menores de cultivos distribuídas na mão-de-obra familiar proporciona um controle equilibrado das pragas como vassoura-de-bruxa e podridão parda acrescidos de condições climáticas com estações bem definidas durante o ano o que vai ser decisivo em relação ao estado da Bahia.

Tabela 7-Taxa média anual de crescimento e os efeitos área, rendimento e localização geográfica do cacau no estado do Pará 1996 -2016.

Estado	Período	EA	ER	ELG	Taxa anual de crescimento (%)
Pará	1996 a 2006	1.770	14.656	0.451	16.8
	2006 a 2016	8.284	0.3191	0.409	9.01
	1996 a 2016	4.911	4.015	0.928	9.80

Fonte :Elaboração própria com base nos dados da Produção Agrícola Municipal 1996-2016, IBGE(2016).

O efeito rendimento mensura a variação da produção considerando a produtividade que no caso do Pará representa a maior produtividade do país, principalmente no município de Medicilândia, como destacado por Motta (2008) citado por, Noia et al, 2015, p.28):

Com manchas de terra roxa que ocupam cerca de 7% de seu território, Medicilândia, na Região de Integração Xingu, no oeste paraense é o maior produtor isolado de cacau do Brasil e o de maior produtividade do mundo. De acordo com dados da Secretaria da Agricultura (Seagri), o Pará produz anualmente cerca de 40 mil toneladas de sementes de cacau/ano; Medicilândia sozinha responde por 16 mil toneladas/ano. O Pará é o segundo maior produtor de cacau do Brasil, atrás apenas da Bahia, tradicional polo cacauero. A maior parte da produção de cacau de Medicilândia é vendida in natura para a Bahia, o grande mercado comprador do Brasil. [...] Pela importância econômica e seu potencial produtivo a meta do Pará é tornar-se o primeiro produtor da cultura no Brasil. A produtividade média em Medicilândia varia de 800 a 1.200 quilos de sementes por hectare, enquanto que a média do Brasil é de apenas 250 quilos. Em Medicilândia a atividade é desenvolvida por pequenos e médios produtores e surge na região a produção do cacau orgânico. A região também se caracteriza pela pecuária leiteira e a produção de grãos, hortaliças, frutos e pequenos animais, dentro do programa de segurança alimentar destinado à população de baixa renda e à comercialização do excedente. Com o apoio da prefeitura, pequenos produtores já beneficiam o cacau em forma de chocolate, geleia, licor e compotas comercializados na própria região[...] Do cacau se aproveita até as folhas, que desidratadas tornam-se delicadas películas utilizadas para

acondicionar o chocolate em barras e ornamentar embalagens. De grão em grão o cacau se destaca no Pará.

A produtividade elevada acabou refletindo positivamente na trajetória de 1996-2016, vale dizer que as condições do clima amazônico potencializa a qualidade do cacau produzido na região, como colocado por Mascarenhas (1997), a amêndoa com ponto de fusão elevado enquadra a região nos padrões internacionais de produção.

Já o efeito localização geográfica reflete mudanças na produção provenientes das vantagens locacionais, apesar de ser positivo o estado do Pará enfrentou barreiras referentes ao processo de comercialização, transporte, já que sua principal região produtora fica na região da Transamazônica.

Mascarenhas (1997) já havia identificado algumas condições desfavoráveis, sendo uma delas a falta de estrutura em estradas, no caso a Transamazônica BR 230 para escoamento da produção, a falta de uma indústria moageira nas regiões produtoras ficando afastado dos centros moageiros do país. O cacau paraense participa do processo de moagem na ordem de 28 % de acordo AIPC (2018) e sua produção direcionada para o estado da Bahia.

Um gargalo da produção paraense pode ser relacionado ao efeito localização geográfica, o processo de comercialização que conforme Oliveira (2016) a necessidade de verticalização da cadeia produtiva do Pará busca melhorar tais condições, pois as vendas nas regiões produtoras por conta da dificuldade de transporte é realizada pelo atravessador.

O atravessador impacta negativamente e diretamente no lucro dos produtores rurais, pois os produtores acabam vendendo mais barato sua produção pela ineficiência dos transportes, conseqüentemente o preço no estado do Pará é diferenciado em relação ao estado da Bahia, justamente pelas condições de venda.

Mesmo que o Pará seja favorecido na qualidade de seu produto nas condições biológicas do fruto fica prejudicado no momento da venda, pois o atravessador armazena de forma inadequada o produto, como destacado por Mascarenhas (1997), pois as amêndoas absorvem muita umidade quando estocadas erroneamente, além dos mofos.

No contexto municipal ao analisar a Tabela 8 verificou-se uma tendência igual do estado, pois os efeitos área dos municípios foram positivos refletindo os efeitos das políticas do PROCACAU na implantação de novos cultivos, o processo de clonagem feito pela CEPLAC também refletem positivamente neste contexto.

Tabela 8-Taxa média anual de crescimento e os efeitos área, rendimento e localização geográfica do cacau nos principais produtores do Pará 1996 -2016.

Município	EA	ER	ELG	Taxa anual de crescimento (%)
Altamira (PA)	7.486678366	-4.043377461	-2.153011938	1.290288967
Brasil Novo (PA)	7.167862892	-1.238882005	-4.196845603	1.732135284
Cametá (PA)	2.915074897	5.610742559	1.611640491	10.13745795
Medicilândia (PA)	4.40769118	-0.779399612	2.788215604	6.416507172
Novo Repartimento (PA)	0.321102763	0.103174798	28.12173008	28.54600764
Pacajá (PA)	11.65139518	-6.85014547	-8.30509092	-3.503841206
Rurópolis (PA)	5.30104344	-0.4821604	-0.132248853	4.686634187
São Félix do Xingu (PA)	0.603446242	0.270564307	22.49197627	23.36598681
São Geraldo do Araguaia (PA)	8.284789972	14.61989368	-22.66091571	0.243767936
Senador José Porfírio (PA)	7.530216655	-4.538162142	-1.760979156	1.231075357
Tomé-Açu (PA)	5.946752749	8.531608757	-10.896746	3.581615511
Tucumã (PA)	4.07621944	2.091826331	0.966898169	7.13494394
Uruará (PA)	6.059996825	-1.599000969	-1.063003884	3.397991972
Vitória do Xingu (PA)	4.91202569	-1.236085639	1.731280168	5.407220219

Fonte :Elaboração própria com base nos dados da Produção Agrícola Municipal 1996-2016, IBGE(2016).

Os municípios de Pacajá e São José do Araguaia apresentaram as maiores taxas em relação aos efeitos área, mas o município de Medicilândia continua mantendo maior área de produção estadual, mas os efeitos foram maiores nos municípios citados acima.

O maior efeito rendimento foi no município de São Geraldo do Araguaia que confirma de acordo IBGE (2016), uma produtividade no patamar de 1.050 kg/hectare, representando nesta análise uma das maiores produtividades do Brasil.

Quando analisa o efeito localização os municípios favorecidos pelas vantagens locais foram Novo Repartimento e São Félix do Xingu. No caso de São Félix do Xingu, conforme Moreno (2012), o município tem uma das mais organizadas cooperativas de produtores de cacau (CAPPRU), a produção da cooperativa passou de 400 a 940 toneladas entre 1997 e 2011, sendo parcela significativa da produção vendida à multinacional Delfi.

Fonseca citado por Moreno (2012) acrescenta que a multinacional Cargill, maior compradora de cacau no Brasil, ficou interessada em oferecer financiamento e assistência técnica aos agricultores de São Félix do Xingu, disto isto os efeitos localização representou uma mudança pertinente as vantagens construídas no município favorecendo a expansão da cultura no município, confirmando as taxas de crescimento da produção de cacau no período analisado.

O município de Novo Repartimento fica na região da Transamazônica favorecido pelo cultivo sob o regime da agricultura familiar que serviu para reflorestar a Amazônia, que conforme SOLIDARIDADE (2016), compõem o maior assentamento da América Latina, o Tuerê, inserido na iniciativa de Territórios Inclusivos e Sustentáveis desde 2016, buscando a promoção do desenvolvimento de uma agricultura de baixo carbono na Amazônia, que acabou influenciando em seu resultado positivo.

5.2.2 Os efeitos escala e substituição

Ao analisar a Tabela 9 abaixo verificou taxas negativas dos efeitos escala que expressa a variação da área cultivada da cacauicultura mantendo sua participação relativa. As áreas da região amazônica em sua história foram bastante desmatadas devido a pecuária e a exploração madeireira refletindo negatividades nas questões de sustentabilidade na produção.

Logo, os efeitos negativos podem ser reflexos de uma economia cacauera ainda em expansão e transformação que requer programas voltados ao objetivo final, como o PROCACAU 2011-2019 baseado nas premissas do Pará 2030 relacionadas abaixo conforme SEDAP(2016), prevê as seguintes iniciativas: Atração de Indústrias para Verticalização; Formação, capacitação, assistência técnica e extensão rural; Certificação; Pesquisa & Desenvolvimento; e Organizações Sociais Produtivas.

Tabela 9-Efeitos escala, substituição e variação total da produção de cacau para os principais produtores paraenses 1996-2016.

Município	Efeito escala (ha)	Efeito substituição (ha)	Total
Altamira (PA)	-7074.651709	7155.301327	80.64961817
Brasil Novo (PA)	-5337.928548	5445.404494	107.4759459
Cametá (PA)	-6308.735163	6295.007156	-13.72800785
Medicilândia (PA)	-36541.21803	35633.30106	-907.9169748
Novo Repartimento (PA)	-10730.84997	10723.97434	-6.875637533
Pacajá (PA)	-3593.493127	4024.350268	430.8571416
Rurópolis (PA)	-1294.014328	1294.09732	0.082992484
São Félix do Xingu (PA)	-2599.948088	2598.998683	-0.949404662
São Geraldo do Araguaia (PA)	-932.7351634	1003.894199	71.15903587

Senador José Porfírio (PA)	-1784.101811	1787.868658	3.766847298
Tomé-Açu (PA)	-3187.366585	3316.19746	128.8308747
Tucumã (PA)	-3864.907181	3860.948632	-3.958548099
Uruará (PA)	-12364.07965	12449.01073	84.93107503
Vitória do Xingu (PA)	-4137.890402	4129.695561	-8.194841341

Fonte :Elaboração própria com base nos dados da Produção Agrícola Municipal 1996-2016, IBGE(2016).

Vale acrescentar que o efeito escala foi todo negativo para os principais municípios produtores do Pará, e o efeito substituição foi todo positivo assim como nos municípios baianos.

As maiorias dos municípios paraenses tiveram um efeito total positivo, indicando um comportamento mais homogêneo e uma expansão da produção dentro de uma agricultura familiar, que na região paraense constitui praticamente 70 % da produção de cacau, diferenciando da Bahia que apenas em torno de 30 % da produção de cacau está baseada na agricultura familiar.

O efeito escala negativo corrobora com a necessidade de aumentar as áreas de cultivo, uma das necessidades tratadas pela SEDAP e que visa melhorar as potencialidades da cacauicultura no estado. Já o efeito substituição reflete uma situação positiva, pois os municípios obtiveram taxas crescentes, refletindo o aumento da participação da cacauicultura dentro do sistema produtivo. Mudanças estruturais favoráveis a expansão.

Pode-se atribuir as metas estabelecidas, citadas por Oliveira (2016) no programa Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Cacau no Pará, onde estabelece uma produtividade de 1.237 kg/hectare até 2019, controlar e conter pragas e doenças, duplicar a área até 2019 em 220.000 hectares, melhorar a qualidade do cacau do Tipo I e II³, prorrogar a vigência do Fundo de Apoio a Cacauicultura no Pará e principalmente tornar o Pará maior produtor nacional nos anos seguintes.

Todos os incentivos estão encaminhando o Pará para uma projeção crescente, visando os objetivos econômicos, sociais e ambientais para promover um desenvolvimento regional sustentável, valorizando a cacauicultura nacional. Assim

³ O cacau do Tipo I e II segue uma classificação da amêndoa do cacau, regulamentada por Instrução Normativa do MAPA de nº 38 e nº 57 do ano de 2008, em relação a tolerância dos defeitos expressa em % e respectivo enquadramento do produto, considerando os aspectos :mofadas, fumaça, danificadas por insetos, ardósia, germinadas e achatadas.

como a Bahia, o estado do Pará está produzindo cacau fino e orgânico para almejar o mercado consumidor internacional.

Vale dizer que no âmbito do planejamento estratégico Pará 2030, conforme Redepara (2018), através da política de atração de incentivos fiscais, Secretários estaduais e Empresários de São Paulo acabaram abrindo uma indústria para produzir insumos para o chocolate em Belém, buscando verticalizar a cadeia produtiva do cacau no estado com um cacau 100% originário do Pará.

Desta forma, a consequência final seria a atração de outras indústrias chocolateiras para a região metropolitana de Belém criando um polo chocolateiro como na Bahia, abrindo uma janela de oportunidades estimulando um nível de produção ainda maior.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta dissertação foi analisar quais variáveis foram relevantes para a transformação da cacauicultura nas principais regiões produtoras do país, a Bahia e o Pará. Para isso, o estudo teve como base de utilização o modelo shift-share para cada uma dessas regiões, visando responder aos questionamentos que nortearam o trabalho.

O diagnóstico permitiu afirmar que economia cacauceira nas regiões produtoras da Bahia e do Pará apresentaram ser uma ferramenta decisiva para o desenvolvimento regional sustentável considerando as diferenças existentes em cada região.

A cacauicultura possui um potencial econômico, social e ambiental diferenciando diante de outras culturas agrícolas, principalmente por não desmatar e conviver em harmonia com a biodiversidade existente tanto na Mata Atlântica quanto na Amazônia. Deve ser lembrada sua adaptabilidade aos sistemas agroflorestais.

A Bahia apesar de demonstrar taxas negativas de crescimento no período, considerando a variável produção, área colhida e produtividade foram favorecidas por manter uma estrutura industrial no município de Ilhéus, o que o diferencia por ter uma cadeia produtiva mais estruturada e adensada do que a região do estado do Pará, ou seja, mais verticalizada. Isso quer dizer ter maioria dos macrosegmentos com relativa proximidade, apresentando as vantagens locacionais de um arranjo produtivo local tradicional.

A vassoura-de-bruxa foi o grande responsável pela queda da produção no período e conseqüentemente pelo fechamento de processadoras no estado da Bahia associado a uma estrutura de mercado oligopsônica, no qual favorece para que os lucros fiquem nas mãos das indústrias moageiras multinacionais.

Atualmente, a economia cacauceira baiana busca novas formas de produzir, expandir suas áreas de cultivos e produtividade, principalmente pela ação do órgão da CEPLAC através do melhoramento genético das mudas clonais resistentes a praga que tanto assolou a região. Novos desafios foram impostos aos produtores da região, reduzidos pela crise, modificando a estrutura da terra e criando novas formas de cultivo.

A solução da crise baiana está interligada a uma nova demanda internacional que acaba impulsionando a produção local, buscando produzir uma amêndoa de qualidade, sem agrotóxicos, como o cacau orgânico e fino, abrindo uma oportunidade para o produtor. Lembrando que assim abre espaço para se obter um preço premium e que a

certificação orgânica está associada a um bem de crença, geralmente, conforme Unnvehr et al (2010).E isso implica redução do custo de transação, segundo Barbosa e Lages (2006) A cacauicultura orgânica agrega valor ao produto, beneficiando o produtor principalmente em relação ao preço, já que o mercado consumidor é diferenciado, logo o preço mais elevado. Estão surgindo novas industriais locais com produtos regionais, chocolates finos que participam de uma exposição internacional de chocolates.

Na região baiana existe um sentimento de esperança e um novo folego para recuperar a economia cacauera, mas precisa fortalecer os laços entre todos os setores produtores, governo, indústria e terceiro setor, que atua na região viam diversos institutos, tais como o CABRUCA e o IESB, fazendo a diferença para que região volte a pensar em uma cacauicultura mais fortalecida.

No estado do Pará, existe uma forte atuação governamental, terceiro setor e produtores para elevar a produção no estado para figurar como maior produtor nacional, meta almejada por todos os agentes envolvidos.

Apresentou um grande potencial para alcançar tal objetivo, pois possui a maior produtividade no Brasil, confirmado pelo efeito rendimento da análise, e sua amêndoa possui um teor de gordura mais favorável a demanda internacional podendo produzir um chocolate de qualidade elevada, assim como um cacau orgânico e o cacau fino produzidos na Bahia.

Através dos dados analisados, o Pará está uma trajetória de expansão tanto de áreas cultivadas e plantadas, possui cacauais mais novos, o maior banco de sementes sediado no estado, além da atuação da CEPLAC no pacote tecnológico através da clonagem gerando resultados positivos. Outro fato muito importante foi que sua escala de substituição diante de outras culturas foi importante, principalmente como indutor ao reflorestamento, já que o estado sofria com o desmatamento por conta das madeiras e da atividade pecuária.

A cacauicultura paraense parece transformar uma realidade de forma sustentável e foi capaz de prender o homem no campo juntamente com sua família. Entretanto, o estado possui deficiência em relação ao processo de industrialização, pois não processa sua produção e destina parte de sua produção para o estado da Bahia, ficando longe dos centros, refletindo negativamente no efeito localização geográfica de maneira geral.

O estado do Pará precisa melhorar o processo de verticalização, comercialização e toda a infraestrutura das regiões produtoras e esta ação já foi prevista e lançado desafios para o estado, partindo principalmente da articulação entre Governo, Produtores, Indústria e Terceiro Setor.

O governo estadual já conseguiu atrair indústria para o estado através de incentivos fiscais, mas em 2017 ano não contemplado no estudo, o que mostra como o setor está engajado para alcançar o objetivo principal de maior produtor nacional e superar as barreiras pertinentes a cacauicultura no estado do Pará.

No estado da Bahia o setor precisa articular suas ações, que entre elas, pode-se dizer a revitalização da CEPLAC, a articulação da política regional e dos produtores para que tente manter um nível de produção que estimule e promova a região no cenário nacional como foi outrora, realmente investir em outros sistemas produtivos mais rentáveis para a região, como cacau orgânico e fino, dignos de premiações nos principais salões de chocolates do mundo.

A hipótese inicial da dissertação foi confirmada, o estado do Pará constitui vantagens ao analisado os efeitos área e rendimento, com um efeito total positivo justificando suas taxas positivas quando analisadas no estado como todo, bem como em seus principais municípios produtores em relação ao estado da Bahia.

Tudo realmente parece uma questão de tempo, já que o Pará tem potencial de ser um produtor de cacau diferenciado, segundo a SEDAP (2016), não só por suas propriedades físico-químicas e organolépticas superiores, mas também pela excepcional diversidade, com pelo menos 2 mil variedades de cacau nativo. O Estado tem apresentado crescimento mais consistente e maior produtividade e há perspectivas de que se consolide como primeiro Estado em produção até 2030.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADONIAS FILHO, **Sul da Bahia - chão de cacau**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978,113p.

AIPC, Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau. Comissão (2015). file:///C:/Users/grasi/Downloads/DOC_PARTICIPANTE_EVT_2611_1442942109374_K-Comissao-Permanente-CRA-20150918EVT011_parte5075_RESULTADO_1442942109374.pdf

_____. **Apresentação na Câmara Setorial do Cacau**. Março de 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/cacau/2017/41o-ro/aipc-planos.pdf>

ALVES, Lucir Reinaldo. **Indicadores de Localização, Especialização e Estruturação Regional**. In: *Análise Regional: Metodologias e Indicadores*. Organização de Carlos Alberto Piacenti e Jandir Ferrera de Lima-Curitiba, PR :Camões,2012,134 p.

AMIN, Mário Miguel. **Mudanças na posição competitiva e parcela dos principais produtores de cacau**. Belém: Ceplac,1998.

ANJOS, K. P. dos; ROSÁRIO, F. J. P. **Fontes de crescimento da produção de cana-de-açúcar e a proposição de política setorial: o caso alagoano**. Revista de Política Agrícola, ano 21, n. 4, p. 120-130, out./nov./dez. 2012.

ARAÚJO, Antônio Carlos de; SILVA, Lúcia Maria Ramos; MIDLEJ, Rosalina Ramos. **Valor da Produção de Cacau e Análise dos Fatores Responsáveis pela sua Variação no Estado da Bahia**. In: XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2005, Ribeirão Preto. Instituições, eficiência, gestão e contratos no sistema agroindustrial. Brasília: Sober, 2005.

ARAÚJO, Alger, Rocha e Mesquita (1998). Reserva da Biosfera Mata Atlântica caderno n 08. **A Mata Atlântica do Sul da Bahia**. Disponível em http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_08.pdf. Acesso em :abril,2019.

ARERO, A.B. **A produção de cacau na Região da Transamazônica: um estudo de caso sob o ponto de vista da agricultura familiar**. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, UNAMA, Belém.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**-8.ed.- São Paulo: atlas,2008.

BAER, Werner. **A economia Brasileira**; tradução de Edite Sciulli- 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Nobel,2002.

BATALHA, M.O. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001

BASTOS, Eduardo. **Cacaucultura superar crise e retomar crescimento**. In:Agroanalysis, mar,2018.

BONDAR, Gregório. **A cultura de cacao na Bahia**. In: Instituto de Cacao da Bahia, boletim tecnico nº 1. São Paulo :Empreza Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1938.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm. Acesso em: 21 jul. 2018.

_____. Lei nº 11.326, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em: 18 de março,2019.

_____. Projeto de lei2.799/2015. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1700628 &ord=1](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1700628&ord=1). Acesso em :21 de julho,2018.

_____. Lei nº 13.710, de 24 de agosto de 2018.Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacao de Qualidade. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília,2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2018/Lei/L13710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/Lei/L13710.htm). Acesso em : 18 de março,2019.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCA E ABASTECIMENTO.

_____. MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. Bioma Mata Atlântica, 2019.Disponível em:http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atl%C3%A2ntica_emdesenvolvimento. Acesso em:18 abril,2019

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE Bioma Amazônico, 2019. Disponível em :<http://www.mma.gov.br/biomas/amaz%C3%B4nia.html>. Acesso em: 18 de abril,2019.

BRUM, Argemiro Luís. MULLER, Patrícia kettenhuber (organizadores). **Aspectos do agronegócio brasileiro: a realidade na primeira década do terceiro milênio**. Ijuí: Ed.Unijuí,2008,224 p.

BYRNS, Ralph T;STONE JR, Gerald W. **Microeconomia**; tradução Fernanda Camila R Carvalho; revisão técnica Nelson Cavalheiro. São Paulo :MAKRON Books,1996.

CARNEIRO, Ricardo. **Globalização e inconvertibilidade monetária**. Rev. Econ. Polít.; vol. 28, n.4, p.539-556,Dez,2008.

CASTRO, José Augusto de. **Exportação: aspectos práticos e operacionais**.4º Edição. São Paulo: Aduaneiras,2001.

CEPLAC. **Diagnóstico socioeconômico da região cacauera: Ilhéus-Bahia**.v 8, Ilhéus,1976.

_____. **CEPLAC – 50 anos de História**. Notícias:Ilhéus-Bahia,2007. Disponível em : <http://www.ceplac.gov.br/noticias/200703/not00524.htm>. Acesso em :01.jul.2018.

_____.**Informe de pesquisa 1997-2003** :Belém-Pará,2009. Disponível em : <http://www.ceplacpa.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/09/Informe%20Pesquisa%201997%20-%202003.pdf>. Acesso em : 09.jul.2018.

_____. **Uma Instituição Chamada CEPLAC**. Cartilhas:Ilhéus-Bahia,2014. Disponível em :http://www.ceplac.gov.br/paginas/publicacoes/paginas/historia_do_cacau/cartilhas/UMA%20INSTITUI%C3%87%C3%83O%20CHAMADA%20CEPLAC%20-%20RETROSPECTIVA.pdf. Acesso em : 11 agos.2018.

CEPLAC/SUPOR. **Relatório Anual SEREX**. Belém: CEPLAC, 2005

CHIAPETTI, Jorge. **O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado :transformações e permanências na Região**

Cacaueira da Bahia. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro,2009.

CORTIÑAS LOPEZ, José Manoel; GAMA, Marilza. **Comércio Exterior Competitivo.** 4ªEdição.São Paulo :Aduaneiras,2011.

COSTA, Francisco Mendes. **Os ciclos econômicos do cacau.** In: 40 anos do Curso de Economia Memória. Organizador: Fernando Rios do Nascimento, 2 eds. rev. e ampliada –Ilhéus, Ba: Editus,2006.

CUENCA, M.A. G.;NAZARIO,C.C. **Importância econômica e evolução da cultura do cacau no Brasil e na região dos tabuleiros costeiros da Bahia entre 1990 e 2002.**Aracaju :Embrapa Tabuleiros Costeiros,2004.

DIAS, Eliane Laranja et al. **A dinâmica da pesquisa em redes: avanços e desafios do sequenciamento genético da vassoura de bruxa e do eucalipto.** In: Liinc em Revista, v.4, n.1,p.120-137.Rio de Janeiro, março 2008.

EFRAIM, Priscilla et al. **Revisão: Polifenóis em cacau e derivados :teores, fatores de variação e efeitos na saúde.** In: Brazilian Journal of Food Technology. Instituto de Tecnologia de Alimentos –ITAL,v.14,n.3,p.181-201,Campinas,jul-set,2011.

FAO, **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.** Faostat.2016 Disponível em : <http://www.fao.org/faostat/en/#data/QC>. Acesso em 06 jun., 2018.

FERGUNSON,C.E. **Teoria microeconômica** ;tradução de Almir Guilherme Barbassa e Antônio Pessoa Brandão, revisão técnica de Fernando Lopes de Almeida e Francisco Rego Chaves Fernandes .Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1988.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

GOLDFAJN, Ilan. **Década de 2000.**In: Economia brasileira: notas breves sobre as décadas de 1960 a 2020. André Lara Resende, Armínio Fraga Neto, Edmar Bacha, Ilan Goldfajn, Marcos Lisboa, Mario Mesquita, Pedro S. Malan, 2018.Disponível em: <http://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2018/02/180207ECONOMIA-BRASILEIRA.pdf> Acesso: 18 de março,2019.

HADDAD, Paulo Roberto.org. **Economia regional: teorias e métodos de análise.** Fortaleza, BNB.ETENE,1989,694 p.

HEINE, M.L.A **cultura do cacau**, 2009. Disponível em: <https://ilheuscomamor.wordpress.com/historia/a-cultura-do-cacau/>. Acesso em: 01 jul, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal 2016**. Rio de Janeiro, 2016.

_____. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006

_____. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2017

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias : 2017** / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro : IBGE, 2017. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>

ICCO, Internacional Cocoa Organization. **Boletim Trimestral de Estatística da ICCO Cacau**, vol. XXXVII, nº 1, 2010/2011. Publicado em 01/03/2011. (Anos diversos)

_____. **Quartely Bulletin of Cocoa Statistics. Bulletin Trimestriel de Statistiques du Cacao**, London, v. 39, no. 2, 2012/2013. (Cocoa Year 2012/2013).

IICA, Instituto Americano de Cooperação para a Agricultura. Brasília (Brasil). **CEPLAC. Cacau Ano 25**. Desenvolvimento e Participação. Editor : Jefferson F. Rangel. Brasília, 1982.

ILHÉUS,

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Tabela com o módulo fiscal dos municípios, 2013**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em: 4 de julho de 2019.

INTL.FCSTONE. Inteligência de Mercados Brasil. **Relatório Trimestral 3ºT 2019**. Perspectivas. Campinas, São Paulo. 16/07.2019. Disponível em: <https://www.mercadosagricolas.com.br/loja/perspectivas/> Acesso: 30 de Julho, 2019.

IPEA, Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. IPEADATA Regional. **Produção cacau anual**, 2010. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em :18 de julho,2018.

LOBÃO, 2007. **Agro ecossistema cacauero da Bahia: cacau cabruca e fragmentos florestais na conservação de espécies arbóreas**. TESE de DOUTORADO. <http://www.fcav.unesp.br/download/pgtrabs/pv/d/2524.pdf>

LOPES, Herton Castiglioni e CONCEICAO, Octavio Augusto Camargo. **A inflação e os Planos Cruzado e Real: uma interpretação institucionalista**. Economia e sociedade. [online]. 2016, vol.25, n.1, pp.147-172.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia científica** -7º ed.- São Paulo :Atlas,2010.

MASCARENHAS, G.C.C. et al. **A competitividade do agronegócio cacau: produção primária**. Ilhéus: CEPLAC, 1997. Material Ilustrativo de palestra proferida no Encontro do Agronegócio Cacau, promovido pelo CNPq. (mimeografado).

_____. **O Cluster do Cacau no Sul da Bahia**. In: Paulo Haddad et. al. (Org.). A competitividade do Agronegócio e o Desenvolvimento Regional no Brasil. Estudos de clusters: Brasília, 1999.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**- 12º ed.- São Paulo: Atlas,2014.

MENDES, F. A.T. (Org.). Economia do cacau na Amazônia. Belém: UNAMA, 2005.

_____. **A cacauicultura na Amazônia brasileira: potencialidades, abrangência e oportunidades de negócio**. In: CEPLAC. Informe de Pesquisa 1997 – 2003. Belém, PA,2009, p. 143 – 145.

_____. **O Estado do Pará e a produção brasileira de cacau**. Belém-Pará: Ceplac,2011.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: Uma Abordagem Econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

MENEZES, J. A. de & CARMO-NETO, D. **A modernização do agrobusiness cacau.** Campinas, São Paulo, Fundação CARGIL, 1993. 223p

MERCADOS AGRÍCOLAS. **Futuros do cacau encerram 2018 com retornos anuais.** Disponível em : <https://www.mercadosagricolas.com.br/cacau/futuros-do-cacau-encerram-2018-com-amplos-retornos-anuais/>. (17 de janeiro 2019) Acesso em : 21.03.2019

MIRANDA, E.R. de (Coord.). **A CEPLAC e o futuro das regiões cacauceiras do Brasil:** contribuições ao debate. Brasília: Ceplac, 1987.

NASCIMENTO, Fernando Rios do (Coord.). **A crise da lavoura cacauceira :sua natureza e soluções-uma análise das possibilidades do cacau.** Estudos de Política Agrícola. Brasília: IPEA,1994.

NOGUEIRA, M.P. de C.M. The sustainability of cocoa and its contribution to the development of Amazon. Ithaca, NY, USA: IARD, Cornell University, 2000

NOIA, Angye Cássia et al. **A cacauicultura na Região Sul da Bahia :trajetórias, crises e perspectivas.** In: Cacauicultura: estrutura produtiva, mercados e perspectivas. Organizadoras: Andréa da Silva Gomes, Monica Moura Pires. Ilhéus, Ba:Editus,2015.

NORTH, Douglass. **Institutions, institutional change and economic performance.** Cambridge University Press. Cambridge, (1990/1994).

OLIVEIRA, Luiz Pinto de. **Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva no Pará. PROCACAU 2011-2019.** Belém, Pará:SEDAP,2016.Disponível em : <http://www.sedap.pa.gov.br/sites/default/files/Projeto%20de%20Cacau%20-%20formatado%20-%20final.pdf>. Acesso em: 18 de abril,2019.

PEDROSO, L.G; LAGES, A.M.G; SILVA,R .P. **As estruturas canavieira e citrícola em Alagoas, Pernambuco e São Paulo** Revista de Política Agrícola, Brasília, DF, ano 24, n. 3, p. 88-101, jul./ago./set. 2015.

PEREIRA, L. C.B.G. **A inflação decifrada.** Revista de Economia Política, vol. 16, nº 4, 1996.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel I. **Microeconomia.**6º Edição; tradução Eleutério Prado, Thelma Guimarães. São Paulo: Pearson Prentice Hall,2005.

REDE, Gazeta. **Cacau 100 anos**. Linhares, 2017. Disponível em: <https://www.redegazeta.com.br/cacau-100-anos-conheca-a-historia-da-producao-de-cacau-em-linhares/>. Acesso :18 de abril, 2019.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacaueira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação** / Lurdes Bertol Rocha. – Ilhéus: Editus, 2008.

ROSARIO, M et al. **Cacau história e evolução no Brasil e no mundo**. Ilhéus, Ceplac, 1978.

SAMBUICHI, R.H.R.; HARIDASAN, M. **Recovery of species richness and conservation of native Atlantic forest trees in the cacao plantations of southern Bahia in Brazil**. Biodiversity Conservation, 16, p.3681–3701, 2007.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2004.

SANTOS, Almir Martins dos et al. **Cacau: A diferenciação pela qualidade como estratégia para a elevação do preço no mercado internacional**. In: Agrotropica 24 n.3, 197-206 Centro de Pesquisa do Cacau, Ilhéus, 2012.

SEDAP, Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Pará. **Pará 2030- Cadeia Produtiva do Cacau no estado do Pará**. Belém, 2016. Disponível em: <http://www.sedap.pa.gov.br/sites/default/files/Prodecacau.pdf>. Acesso em: 27 de março, 2019.

SIMÕES, Rodrigo. **Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento**. (Texto para Discussão n.259). Belo Horizonte, Cedeplar/Face/UFMG, 2005.

SMITH, N.J.H.; FALESI, I.C.; ALVIM, P. de T. e SERRÃO, E.A.S. 1996. **Agroforestry trajectories among smallholders in the Brazilian Amazon: innovation and resiliency in pioneer and older settled areas**. Ecological Economics 18: 15-27.

SNA, Sociedade Nacional de Agricultura. **Boa Demanda por chocolate estimula moagem de cacau**. 04/02/2019. Disponível em: <https://www.sna.agr.br/boa-demanda-por-chocolate-estimula-moagem-de-cacau/>. Acesso em :Abril, 2019.

SODRÉ, G. A.; MARROCOS, P. C. L. **Manual da produção vegetativa de mudas de cacauero**. Ilhéus: Editus, 2009.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.

TAVARES, M.F.F. **Agregação de valor no cacau: o caso da Cacau Show, ESPM,2014.**

UNNVEHR, Laurian et al. **Food and Consumer Economics**. American Journal of Agricultural Economics, 92, n.2, p 506-521, 2010.

VIANNA, S. B.; VILLELA, A. **O pós-Guerra (1945-1955). In: Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Giambiagi, F. et al., Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ZUGAIB, A.C.C.; BARRETO, R.C.; SANTOS, L.C. **O mercado brasileiro de cacau :perspectivas de demanda, oferta e preços**. Agrotropica, v.27, n.3, p.267-280, Centro de pesquisa do cacau, Ilhéus,2015.

ZUGAIB, Antônio César Costa. **Análise da Importação de Cacau Via Drawback no Brasil e sua influência para os produtores, industriais e governo**. Ilhéus, Ceplac,2005.

_____. **Comportamento dos preços, existência de ágio ou deságio, margens, instituições e canais na comercialização de cacau no ano de 2009**. Revista Bahia Agrícola, Salvador, v. 9, n. 1, p. 50-63, nov. 2011b. (Edição Especial)

WANDERLEY, LÍVIO A. **Produtividade da indústria alagoana no Nordeste, indutores de crescimento e competitividade setorial das mesorregiões de Alagoas :2000-2014**.Pesquisa de Pós Doutorado,331 p.,2018. Faculdade de Economia, UFBA,2018.